



ALEMÃES NO BAIRRO DO BRÁS

ELOY CÂMARA VENTURA

Resumo

Atualmente, quando nos referimos ao bairro do Brás, logo imaginamos a imigração portuguesa, dos espanhóis, dos indígenas que por lá passaram, dos mamelucos e africanos, dos italianos, dos migrantes nordestinos e, mais tarde, imigrantes de muitas outras nacionalidades europeias e, mais recentemente, de coreanos, chineses, bolivianos e outras correntes da América Latina. Raramente, há a lembrança do registro da passagem dos imigrantes alemães, que em muito contribuíram para o desenvolvimento e progresso no início da formação desse famoso bairro.

Germans in the Brás neighborhood

Summary

Currently, when we refer to the Brás neighborhood, the image of Portuguese immigration, Spaniards, indigenous people who passed through it, Mamelukes and Africans, Italians, Northeastern migrants and, later, immigrants of many other European nationalities comes to mind, and more recently Koreans, Chinese, Bolivians and other Latin American currents, but rarely there is the memory of the record of the passage of German immigrants, who contributed a lot to the development and progress in the beginning of the formation of the famous neighborhood.

Palavras-chave: Imigração alemã e sua contribuição para a formação do atual bairro do Brás; São Paulo; Brasil.

Keywords: German immigration and its contribution to the formation of the current Brás neighborhood; Sao Paulo; Brazil.

Até o fim do século XIII, São Paulo cresceu de maneira lenta e irregular. As terras entre o Tamanduateí e Tabatinguera eram cobertas de capoeiras, coberta de mato, a margem do Tamanduateí do lado do Carmo. E, de fato, rodeando o pequeno centro urbano, apenas sítios e chácaras. Chácaras e quintas, roças e sítios são os bairros onde vivem os mais categorizados habitantes do antigo núcleo jesuítico de São Paulo de Piratininga.

As terras situadas à margem do Tamanduateí do lado do Carmo eram simplesmente denominadas como Várzea do Carmo, pois as vilas e bairros sequer existiam, conforme o depoimento de viajantes do século XIX, era essencialmente uma área rural. Kidder, missionário metodista norte-americano, que por ali passou em 1837, durante uma excursão à Penha, fala-nos de flores à beira dos caminhos e de campos onde proliferavam espécimes botânicos raros (KIDDER, 1980, p. 228)¹.

Vale mencionar o registro de antigos viajantes ao descrever como era a região da periferia de São Paulo: “a cidade está localizada num sítio bastante elevado – de fato, toda a região que tínhamos percorrido naquele dia estava quase na mesma altura do cume da montanha. A vista que se tem de todos os lados da urbe é extremamente bonita e variada, em muito se assemelhando a uma paisagem da Itália. Um pequeno rio corre em seus arredores, acrescentando-lhe comodidade e beleza”. E prossegue, em outro trecho: “Ao entardecer, desfrutamos de uma deliciosa cavalgada na quinta do general, situada a cerca de uma légua da cidade, o general (Antônio José da Franca e Horta), ergueu aí uma bela casa e uma excelente estrebaria, com outras repartições, as quais ele construiu praticamente sozinho. O solo bem cultivado e produzia todas as frutas americanas e quase todas as europeias. O jardim das flores situado num local extremamente pitoresco também era fértil e constituía obra saída exclusivamente da imaginação e do empenho do general ...” (MAY, 2006, p. 62)².

O naturalista Saint-Hilaire, em sua viagem a São Paulo em 1822, atesta que: “Aproveitei a minha estada em São Paulo para ir colher plantas no Arraial de Nossa Senhora da Penha, situado a duas léguas da cidade, numa colina que limita, a leste, a planície de que já falei. Vista de longe, sua igreja parece rodeada de árvores copadas, que limitam de forma pitoresca o horizonte. Para chegar ao arraial, é preciso tomar a estrada do Rio de Janeiro, atravessar a planície e começar por um belo caminho pavimentado, de cerca de 400 passos, que avança pelos brejos à margem do Tamanduateí.

A planície é perfeitamente regular e apresenta uma agradável sucessão de pastos de capim rasteiro e de tufos de árvores de pouca altura. Os habitantes de São Paulo dão-lhe a denominação de várzea. Nas partes mais úmidas, o terreno é pontilhado de pequenos outeiros cobertos por uma relva espessa”.

E continua: “Na estrada vê-se um grande número de casinhas, onde se acham instaladas as vendas” e conclui falando das numerosas chácaras que se espalham pelos arredores da cidade. Neste testemunho, o viajante francês

¹ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Sul do Brasil*. Livraria Itatiaia Editora Ltda. Edusp: Belo Horizonte, 1980.

² MAY, William Henry. *Diário de uma viagem da Baía de Botafogo à cidade de São Paulo (1810)*. Tradução de Jean Marcel Carvalho França. José Olympio Editora Ltda. São Cristóvão: Rio de Janeiro, 2006.

refere-se à ponte de pedra “do Tamandateí, que tem o nome de ponte do Ferrão, e fica localizada à saída da estrada para o Rio de Janeiro e ao longo de seu parapeito veem-se bancos de pedra”. Nesse local, eram cobrados os impostos de passagem dos viajantes (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 147-148; VENTURA, 2013, p. 99)³.

Zaluar, médico e jornalista português, em documento da Câmara datado de 1835, no qual foi reservada uma área para a construção de uma praça, futura praça do Brás, depois de atravessar a Penha que assim relata: “Entramos finalmente em São Paulo pelo Brás. É um dos *arrabaldes mais belos e concorridos da cidade, já notável pelas elegantes casas de campo e deliciosas chácaras onde residem muitas famílias abastadas*, ao lado, todavia, de alguns casebres e ranchos menos aristocráticos, mas que nem por isso deixam de formar um curioso contraste” (ZALUAR, 1975, p. 123)⁴.

Uma planta da cidade de São Paulo, levantada em 1810, pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa, em que são assinalados os conventos, igrejas, caminhos e chácaras principais, nada consigna na “Explicação”, para as terras situadas além do Convento do Carmo, embora conste, no mapa, um certo arruamento entre o Carmo e o Tamandateí, que lhe passa nos fundos. Todavia, além do Tamandateí, somente terras devolutas.

Tais terras devolutas irão sendo concedidas aos que as requerem à Câmara Municipal, geralmente para construção de “Casas de Campo” para “agricultura miúda de horta e pomares”.

Alguns pesquisadores afirmam que existe uma probabilidade de essa Carta ter sido produzida por Daniel Pedro Müller – que elaborava esses mapas a lápis – e posteriormente tenha sido aperfeiçoada por Rufino, uma vez que esse fora discípulo de Müller.

Ele prestou serviços a Daniel Muller em diversas comissões, o que lhe valeu a promoção de primeiro-tenente. Exerceu também o cargo de primeiro diretor da Fábrica de Ferro do Ipanema, de 1821 a 1824, ano em que veio a falecer prematuramente.

A questão da autenticidade da citada Carta *supra* fica mais intrigante quando se analisa a Planta Imperial Cidade de São Paulo-1841, atribuída a Karl Abraham Bresser, pois, conforme Nestor Goulart Reis Filho afirma, este apenas ilustrou a citada Carta – partindo da Carta de 1810 até 1841 – confirmada pela ilustração com edifícios não existentes na cidade, na época da edição da referida carta, assim o aprimoramento deve ter tido como base a carta.

No ano de 1588, os moradores da pequena vila de São Paulo do Campo, ou São Paulo do Piratininga, disputavam com os jesuítas a permissão do poder real para

³ SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Apresentação de Mário Guimarães Ferri: Universidade de São Paulo, 1976.

VENTURA, Eloy Câmara. *Os Imigrantes alemães na construção da Sociedade Brasileira*. Edição do Autor: São Paulo, 2013.

⁴ ZALUAR, A. E. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860 - 1861)*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

construir uma igreja. Somente em 1591 foi permitida a construção da então Matriz cuja construção apenas pôde ser iniciada em 1598 e finalizada em 1612. Com a transformação de vila em cidade em 1740, São Paulo tornou-se sede da diocese homônima em 1745. A antiga igreja foi demolida e substituída por uma nova, construída em estilo barroco, concluída em torno de 1764. Essa modesta igreja foi a Catedral de São Paulo até 1911, quando foi demolida, a fim de dar lugar a um novo projeto à proporção da nova São Paulo que florescia. O arquiteto responsável foi o alemão Maximilian Emil Hehl (1861-1916). Nossa Senhora da Assunção é a padroeira da Catedral de São Paulo.

Em 1591, Frei Antônio de São Paulo pediu à Câmara Municipal licença para a fundação de um convento carmelita, cujas dificuldades encontradas só permitiram realizar o seu intento em 1594. A área em que foi construído o convento pertencia à sesmaria de Jurubatuba, propriedade do convento de Santos, na antiga ladeira do Carmo, atual Avenida Rangel Pestana.

Nos registros em 1810, encontramos que a Várzea do Carmo, às margens do Tamandateí, ainda é depósito de lixo, onde andam soltos os animais, onde, ao lado de caçadores, as lavadeiras cantam, lavando roupas. Terrenos fechados por valados profundos, habitações dispersas, raras e mal edificadas casas, eis o que apresentaria o caminho para a Penha, que será, no futuro, artéria principal do populoso bairro do Brás.⁵

Leonardo Arroyo, do exame de documentos um pouco contraditórios que se referem à capela erigida a Nossa Senhora da Penha, cita a título de ereção e instituição da capela do “Sor. Jesus, cita na Matriz desta cidade e fundada por Maria Siqueira e seu filho, Ldo. Matheus Nunes Siqueyra”, de 1663 (TORRES, 1969 in ARROYO, 1953, p. 52)⁶.

O Santuário de Nossa Senhora da Penha nasceu com a instalação da primeira capela pelo Padre Jacinto Nunes de Siqueira, por volta de 1667, em chácara de sua propriedade no alto da colina. Padre Jacinto escolheu esse nome muito em voga na Espanha e Portugal. Como quase todos os santuários, também o da Penha tem uma lenda que mistifica a sua origem. Um senhor francês, dizem, viajando de São Paulo para o Rio de Janeiro, levando consigo a imagem de Nossa Senhora, teria feito um pouso naquele lugar. Querendo prosseguir viagem no dia seguinte, a imagem tornou-se tão pesada que não pode prosseguir sua caminhada, e resolveu construir ali uma capela em louvor a Nossa Senhora Penha de França. A Igreja da Penha tornou-se centro de peregrinação para os habitantes da Vila, mais tarde a cidade de São Paulo e regiões vizinhas.

Assim, em 1796, já bastante povoada, a Penha é elevada à categoria de paróquia desmembrada da Freguesia da Sé.

A devoção a N. S. da Penha de França é uma das mais antigas e tradicionais na cidade de São Paulo, para onde a imagem era levada, mediante prévios entendimentos entre as autoridades eclesiásticas e a Câmara Municipal, “com

⁵ Carta de Datas de Terras (1821-1825), p. 65 e seg.

⁶ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. O Bairro do Brás. Série História dos Bairros de São Paulo. Oficina Gráfica Municipal: São Paulo, 1969 in ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*, Liv. José Olympio Ed. Rio de Janeiro. 1953, p. 52.

suas joias e alfaias”, em imponentes procissões, até a catedral (ARROYO, 1971, p. 173)⁷.

Tais procissões levando a imagem à Igreja da Sé estão ligadas ao costume dos paulistanos de se apegarem à Nossa Senhora da Penha para resolver seus problemas, como as grandes secas ou a epidemia de varíola. A imagem teria sido levada à Sé pela primeira vez em 1744, quando se fizeram preces à Nossa Senhora da Penha, conforme ata da sessão da Câmara de 9 de fevereiro de 1768, que escreve “uma carta ao ilustríssimo e reverendíssimo cabido da Sé Catedral para mandarem vir Nossa Senhora da Penha de França para se lhe fazer preces e novenas, e procissão no fim, para sua intercessão alcançar de Deus Nosso Senhor o remédio de aplacar as moléstias de doenças que nesta cidade e suas vilas vão cada vez em aumento cuja carta mandaram registrar no livro de registro geral para a todo tempo constar”⁸.

José Brás é citado em atas da Câmara como sendo português, proprietário rural, chacareiro como se dizia na época e conhecido de todos.

Essa narrativa é muito interessante, há uma referência ao atual bairro do Pari e a ponte do Ferrão, que ficava na antiga Rua do Brás, atual Avenida Rangel Pestana esquina da Rua da Figueira, e o local citado ponte do Nicolau, correspondia à Chácara do Nicolau que ficava no Largo da Concordia, proximidades da atual estação do metrô e estendia-se até a esquina da hoje denominada Rua Barão de Ladário esquina da atual Avenida Rangel Pestana, no passado ali existia um córrego e a passagem era uma pequena ponte então conhecidos como caminho e ponte do Nicolau.

Alguns pesquisadores tentaram encontrar um elo com a denominação do bairro do Brás com outros significados, alguns invocaram uma homenagem pela passagem no local em remotas eras por Brás Cubas, que teria visitado a localidade e ali fundado uma vila – porém, tal fato nunca foi comprovado – e para outros seria uma homenagem a um filho de Domitila de Castro do Canto e Mello, – a famosa Marquesa de Santos – de nome Brasília e cujo apelido era Brás, que viveu em uma chácara no local, também conhecida como Chácara da Marquesa, e que antes era a Chácara do Ferrão, porém a maioria conclui que a denominação por tradição, usos e costumes é devida a José Brás, o conhecido chacareiro que lá vivia, sendo citado nominalmente em inúmeros registros e Atas da Câmara (ARROYO, 1971, p. 214/5)⁹.

Prosseguindo nas pesquisas à Capela do Senhor Bom Jesus dos Matosinhos do Brás, relata Azevedo Marques: “Capela ereta nos subúrbios da Cidade de São Paulo por José Brás, reedificada pelo tenente-coronel José Corrêa de Moraes, sob o título de Capela do Senhor Bom Jesus de José Brás.

Foi começada a sua reedificação em 5 de abril de 1800 e concluída em 1º de janeiro de 1803. O reedificador a dotou com alfaias no valor de 500\$ uma morada de casas para patrimônio, na rua Santa Tereza,

⁷ ARROYO, Leonardo. *Memória e Tempo das Igrejas de São Paulo*. Companhia Editora Nacional. EDUSP: São Paulo, 1971.

⁸ Atas, vol. XXIV, p. 214

⁹ ARROYO, Leonardo. Ob. cit.

Por provisão de 8 de junho de 1818 foi criada freguesia, e declarada matriz a capela de que se trata” (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 149)¹⁰.

Da análise dos documentos da época, alguns estudiosos concluem que a antiga Capela do Senhor Bom Jesus do Brás estava situada na área onde hoje se encontra a Escola Estadual Romão Puiggari (ou no leito da atual da via pública) e a igreja atual foi construída no local do antigo cemitério que existia nos fundos dela, sendo que, com a construção da nova igreja, o cemitério foi transferido inicialmente para o “Marco da Meia Légua, distrito da freguesia do Brás”, Largo São José do Belém, onde já havia um pequeno cemitério, conforme ata da Comissão de Obras Públicas da Câmara Municipal, em 1874.

O local definitivo escolhido para o Cemitério do Brás foi a divisa do bairro do Belém e Tatuapé e, em anos posteriores, passou a ser denominado pela população como Cemitério da Quarta Parada – inaugurado em 1880 – em alusão à parada da estação ferroviária local, somente com a emancipação da Paróquia Igreja São José do Belém – julho de 1897 – predominou a denominação atual: “Belém”, pois, até aquela data, Belém, Tatuapé, Parque São Jorge e Penha – estes atuais bairros, antes englobavam a localidade única denominada Terras do Maranhão (VENTURA, 2013, p. 67)¹¹.

Em torno da Capela do Senhor Bom Jesus, aos poucos, vão sendo concedidas datas de terras. Misturam-se, como pontos de referência, a estrada de José Brás e o patrimônio da Capela. Uma carta de data de terras de vinte e três braças e meia de frente e dezesseis braças e meia de fundo “até entestar nos valos que vai do José Brás para a Mooca” é concedida a Antônio José Duarte, a 11 de agosto de 1810, “princiando o dito terreno desde o córrego que se acha nos fundos das casas que servem hoje patrimônio da Capela de Nosso Senhor Bom Jesus até a data de Luiz dos Santos...” No mesmo mês, vizinhas a Antônio José Duarte, são concedidas terras a Luiz dos Santos, filho de “Aleixo de Tal”, entre a estrada de José Brás e a Chácara de D. Maria Caetana¹² e da leitura das Atas encontramos: “Criada, pois a Freguesia do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, com a sua capelinha branca, suas casas de taipa, cobertas de telhas, como exigiam os termos das cartas de datas, com as chácaras, hortas e pomares, onde, obrigatoriamente, seus proprietários deveriam não apenas aplinar, cultivar e construir, mas também destruir os formigueiros, a antiga paragem do Brás torna-se parada obrigatória para os que se dirigiam à freguesia de Nossa Senhora da Penha, a ponto de haver aí, também, ‘as milícias da freguesia do Senhor Bom Jesus’ e de se preocupar a Câmara com a ponte preta do aterrado do Bom Jesus”¹³.

A capela elevada à categoria de freguesia teve como limites: ao norte, o Rio Tietê; ao sul, as paragens de São Bernardo; a leste, a paróquia Penha de França; e, a oeste, a Sé. A ermida tornou-se pouso obrigatório dos romeiros e viajantes

¹⁰ AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrazio de. Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo. Comissão do IV Centenário de São Paulo. São Paulo, 1954.

¹¹ VENTURA, Eloy Câmara. *Os Imigrantes alemães na construção da Sociedade Brasileira*. Edição do Autor: São Paulo, 2013.

¹² Cartas de Datas de Terras (1801 a 1820), p. 116 e 122.

¹³ Atas, vol. XXII, p. 390

que se dirigiam à Penha e, quando a imagem de Nossa Senhora da Penha era transportada daquela Freguesia para a Matriz da Sé, a fim de socorrer a população paulista por ocasião de epidemias ou grandes secas, conforme já nos referimos, também, fazia parada obrigatória na Igreja de Bom Jesus, o que muito contribuiu para o desenvolvimento dessa Freguesia. Essa capela caiu em ruínas, e, em 2 de dezembro de 1903, às vésperas da inauguração da nova Matriz, o vigário do Brás sugeriu ao Prefeito Antônio Prado sua demolição, conforme mencionamos a seguir:

“O vigário do Brás não tendo meios para demolir a velha matriz e, nem para remover toda a terra das grossas paredes de taipa e pilão, vendo que essa Prefeitura terá necessidade de material de aterro para encher valados da várzea do Carmo, lembrou-se de propor a V.S.a., o que agora faz, mandar com o pessoal operário dessa Prefeitura, demolir a igreja velha e remover para o serviço da várzea do Carmo toda a terra, deixando toda a madeira, telhas e tijolos inteiros, materiais estes que direta ou indiretamente podem ser utilizados no prosseguimento das obras no ano vindouro. Não desconhece as grandes vantagens deste alvitre para a igreja; sobre sua aceitação, V.S.a. julgará com aquela largueza de vistas que costuma ter nas obras de grande alcance”.

Conforme se conclui, o vigário não tendo recursos para a demolição da velha Igreja achou por bem oferecer ao Prefeito Antônio Prado as terras que sustentavam as paredes da Igreja para serem utilizadas no aterro do buracão do Carmo, apenas ressalvando que alguns materiais, tais como: madeiras, telhas e tijolos, não seriam doados por servirem à nova construção.

Acrescenta Reale que a sugestão foi posteriormente aceita e a terra de suas grossas paredes de taipa e pilão foi usada pela prefeitura para aterrar a várzea do Carmo, o que atesta a falta de interesse que havia por parte das autoridades na preservação da memória de nossa cidade já naquela época (REALE, 1982, p. 6)¹⁴.

Naquela ocasião, a área da clausura do Convento do Carmo, contígua à Igreja da Nossa Senhora do Carmo, estava igualmente em processo de demolição e o material também foi doado para o aterramento do buracão do Carmo, como era chamado na época, pelo grande desnível existente.

Em 5 de abril de 1800, o tenente-coronel José Correia de Moraes apresentou solicitação à Câmara Eclesiástica de São Paulo para edificar uma capela ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos na várzea do Carmo desta cidade de São Paulo, em lugar fronteiro a sua chácara, na saída desta para a Penha. Em 8 de junho de 1818, por decreto de D. João VI, a capela foi elevada à freguesia. A ermida tornou-se pouso obrigatório dos romeiros e viajantes que se dirigiam à Penha.

O Monsenhor Marcondes Homem de Mello encarregou os engenheiros Emílio e Ricardo Ambauer Calcagno, sócios da empresa Calcagno & Irmão, de traçarem os planos da futura matriz. O projeto foi de uma Igreja vasta e monumental em severo estilo romano em forma de cruz latina, com três naves. O projeto original não previa cúpula. Algum tempo depois, esses engenheiros abandonaram a obra, pois decidiram retornar para a Itália, foram substituídos na construção pelo arquiteto Jorge (George) Henry Krug, nascido em Campinas, em 3 de dezembro

¹⁴ REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins, Três bairros, Três Mundos*. Livraria Pioneira Editora da Universidade São Paulo: São Paulo, 1982.

de 1860. Era filho do alemão Wilhelm Gustav Henrich Krug e da norte-americana Amely Catherine Bailey Krug, formado pela Universidade da Pensilvânia e, mais tarde, professor da Escola Politécnica de São Paulo, que foi o autor da cúpula. A igreja foi inaugurada em 1º de janeiro de 1903 e, na década de 1940, sofreu uma intervenção pelo arquiteto Giuseppe (José) Sacchetti.

Por meio da Resolução nº 26, Conpresp – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo/2014, ocorreu o Tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás, pela Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.

Temos, assim, que Brás nasceu humildemente nas encostas do atual Parque D. Pedro II, local esse conhecido até a segunda década deste século como Várzea do Carmo. Há centenas de anos, o local e imediações eram castigados nas épocas das chuvas pelas contínuas enchentes ocasionadas principalmente pelo transbordamento das águas que corriam pelo antigo canal de Piratininga, que, a partir de 1559, passou a ser conhecido como Rio Tamanduateí, e cujos afluentes formavam naquela várzea diversos braços de rios que o povo, no passado, denominou de Sete Voltas. Não eram somente os transbordamentos do rio que causavam as enchentes na então Várzea do Carmo – que continuam até os dias atuais. Havia também os problemas das águas de esgotos que se juntavam às das chuvas que desciam das diversas encostas da cidade, como as da detrás da Boa Morte (Rua Tabatinguera), Ladeira do Carmo (Avenida Rangel Pestana), onde mais tarde, para evitar o desmoronamento do morro do Carmo, a municipalidade foi obrigada a construir o grande paredão de pedras e o da Ladeira das Casinhas (atual Ladeira General Carneiro).

Do lado direito da Ladeira do Carmo, fazendo fundos com a igreja do mesmo nome, achavam-se as terras pertencentes à Irmandade do Convento do Carmo, local onde, nos dias atuais, se acha o majestoso prédio da Secretaria da Fazenda. Pouco abaixo, por sob as águas do Rio Tamanduateí, existia uma velha ponte de madeira, conhecida pela população por diversas denominações, tais como Ponte do Carmo, Ponte da Tabatinguera, da Fonseca e, ainda, Ponte do Buracão.

Prosseguindo, no decorrer de várias décadas, dezenas de pontes de madeira foram ali construídas. E todas as vezes, por ocasião das fortes chuvas, as pontes eram arrancadas e levadas pela correnteza das enxurradas. Em 1903, abandonou-se a ideia de construir pontes de madeira. E no local foi construída uma nova, totalmente à base de alvenaria. Mas, por ter sido mal construída, em 1905 a municipalidade foi obrigada a demolir e fazer outra maior e mais larga e toda de concreto armado. Vinte e dois anos depois (1927), como esta já fosse insuficiente para suportar o trânsito que se formava nas imediações, novas demolições se tornaram necessárias, construindo-se outra de maiores proporções, feita de concreto armado e resistentes armações de ferro e que vem se conservando até os dias atuais.

Na mesma direção, em linha reta, existiu outra ponte de menores proporções, que era conhecida como Ponte do Meio. Continuando em linha reta, nas imediações da Rua da Figueira, vamos encontrar outra ponte, também de

madeira, constantemente arrastada e destruída pelas fortes chuvas. Durante o governo de Antônio José da Franca e Horta (1802-1811), foi construída outra, de alvenaria e pedras, medindo sete passos de comprimento por sete de largura, considerada, na época, como das maiores existentes em São Paulo. Em vista de seu alto custo, viu-se o governo na contingência de passar a cobrar pedágios na passagem de tropas, boiadas e outros transportes pesados.

O Rio Tamanduateí – formado pelas águas do antigo “Ribeirão dos Couros”, que partia da região de São Bernardo – com o passar dos anos tornou-se um rio navegável. Do Rio Tamanduateí, os seus afluentes formavam diversos braços de rios e córregos que cruzavam vários trechos dos bairros do Ipiranga, Cambuci, Mooca e Brás – e iam desaguar no Anhembi (Tietê). Entre esses, havia um mais caudaloso, porquanto se formava na Baixada do Glicério, numa espécie de letra Y; à direita, um dos braços margeava as imediações da Rua da Figueira, e o outro, à esquerda, margeava por detrás do antigo hospício (depois Quartel do Exército, na atual Avenida do Estado), onde ia serpenteando até alcançar a encosta da Tabatinguera, e ali seu leito penetrava e atravessava toda a extensão da antiga Rua de Baixo, atual 25 de março, passando em frente ao velho Mercado Municipal, e prosseguia em direção ao bairro da Luz, pela antiga estrada do Guaré (Avenida Tiradentes e Voluntários da Pátria), onde, após fazer junção com as águas do Rio Anhangabaú, ia desaguar no Rio Tietê. Nas imediações da Várzea do Carmo, no princípio do século passado, haviam-se formado diversos “portos” com seus armazéns próprios, que se destinavam a recolher e armazenar toda espécie de mercadorias e produtos, principalmente gêneros da terra, tais como frutas, legumes e cereais, que eram transportados pelos barcos e canoas que ali navegavam, provenientes de várias regiões ribeirinhas de São Paulo. Esses “portos”, para serem distinguidos por pessoas que deles necessitavam, tinham as seguintes denominações: Porto da Tabatinguera, da Figueira, do Anhangabaú e Beco das Barbas ou das Barcas. Desses antigos “portos”, só restou, nos dias atuais, a lembrança do nome evocativo da atual Ladeira Porto Geral, também conhecida como Ladeira do Tamanduateí, onde, no passado, se localizou o “porto” Beco das Barbas ou da Barça (SESSO, 1995, p. 29 a 37)¹⁵.

O surgimento da influência alemã no bairro do Brás, se retrocedermos no tempo, vale registrar que, desde a chegada a então Capitania de São Paulo do general governador Antônio José da Franca e Horta – que era um general de brigada – seu governo, teve início em 1802 e fundou em 1811. Ele havia sido nomeado por D. João VI e veio em companhia de sua esposa de origem alemã. Em sua comitiva, desembarcou também Daniel Pedro Müller – ainda bastante jovem, pois contava apenas dezessete anos de idade – engenheiro militar, erudito, era fluente em vários idiomas – os ilustres viajantes que circulavam por São Paulo, no início do século XIX, como veremos a seguir, registraram em seus diários a sua admiração e respeito pela cultura e erudição de Müller, dentre eles: Spix e Martius e Saint-Hilaire, nascido em Oeiras, próximo a Lisboa em 1785, de ascendência germânica, seu pai, Johann Wilhelm Christian Müller, foi pastor luterano da congregação Evangélica Alemã em Lisboa e, anos mais tarde, diretor da Imprensa Régia, além de Secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa.

¹⁵ SESSO JR. Geraldo. Retalhos da Velha São Paulo. 4ª. Ed. Editora Maltese: São Paulo, 1995.

Na comitiva de Franca e Horta, veio nomeado como capitão de infantaria, com o exercício de ajudante de ordens. Daniel Pedro Müller, além de sua formação militar, frequentou as aulas de matemática da Real Academia de Marinha e, em 1790, cursou na Academia Militar o ensino voltado a Engenharia Civil.

Em São Paulo, organizou e deu origem a muitas iniciativas, entre estas, a criação de uma escola de engenheiros orientados a formação de engenheiros civis, dando origem em 1835 a escola anexa ao Gabinete Topográfico de São Paulo e, também, elaborava estatísticas e recenseamentos, uma escola – 1836-1838 – com conteúdo voltado à formação teórico-prática de engenheiros¹⁶.

Em 1841, quando assumiu a direção do estabelecimento, propôs uma reformulação do currículo, bem como dos estatutos e regulamentos originais do Gabinete Topográfico, prevendo a concessão de uma carta de “engenheiro civil” aos alunos que concluíssem com proveito os dois anos do curso. No período efêmero e intermitente em que esta instituição existiu (1835-1849), formou dezenas de engenheiros civis que atuaram na construção e manutenção de obras públicas na Província de São Paulo durante praticamente toda a segunda metade do século XIX, o gabinete deu origem a um novo órgão, Diretoria de Obras Públicas, a qual também foi extinta em 1847, por ser muito onerosa.

Muitos anos mais tarde, na oração inaugural da Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, Antônio Francisco de Paula Souza, organizador e primeiro diretor daquela faculdade, fez menção honrosa aos criadores do Gabinete Topográfico:

“A Vitória hoje alcançada foi em luta profunda; porque a Idea que hoje venceu não é nova. Nossos avós já a tinham, tentaram realizá-la; eles bem avaliavam as grandes vantagens que a esta região adviria da divulgação de conhecimentos matemáticos.

Criaram, por isso, uma escola de Engenheiros construtores de Estradas, que modestamente denominaram “Gabinete Topográfico”.

No campo da cartografia, Müller elaborou inúmeros mapas e foi o responsável pelo primeiro mapa impresso de São Paulo, o Mappa Chorographico da Província de São Paulo,¹⁷ desenhado em 1837 e publicado em 1841, na cidade de Paris. O seu imenso acervo de cartas, não só da Capital de São Paulo, mas de várias outras localidades e estados, era feito a lápis, entretanto, o depósito de seus documentos desapareceu, em decorrência de uma grande inundação, quando de sua estada em Paranaguá, conforme mencionaremos a seguir.

Era também professor e erudito, lecionava vários idiomas, entre outros, a língua francesa, que era uma das mais requisitadas – julgada imprescindível para os jovens da sociedade “afrancesada” da época –, teve como um de seus alunos Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, que anos mais tarde seria lente da Academia

¹⁶ TAUNAY, Affonso d'Escragnole, deu especial destaque ao pioneirismo de Daniel Pedro Müller no campo das ciências estatísticas, chegando a propor que Müller recebesse o título de Patriarca da Estatística no Brasil. Ver: TAUNAY. Affonso d'Escragnole. Um Patriarca da Estatística no Brasil. *In*: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio. Rio de Janeiro, Anno II, nº 21. Mai, 1936, p. 354-5.

¹⁷ Para estudo detalhado que reconstitui a trajetória efêmera e intermitente do Gabinete Topográfico de São Paulo, ver José Rogério Beier. “O Gabinete Topográfico de São Paulo: a formação de engenheiros construtores de estradas como instrumentos de governo da Província de São Paulo (1835-1849)”. *In*: Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, pp. 320-337, jul./dez. 2013.

de Direito, atual Faculdade de Direito; homem culto, era encarregado de ciceronear e recepcionar vários viajantes em sua casa, durante o primeiro quarto do século XIX, entre eles, os botânicos e naturalistas germânicos mencionados: Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philippe von Martius e Auguste de Saint-Hilaire¹⁸.

No início de sua atuação, foi o responsável por inúmeras obras na cidade, entre elas:

- a. a estrada do Piques (atual Rua da Consolação),
- b. foi encarregado, em 1804, por preencher o aterro do buracão, ladeira do Carmo;
- c. em 1806, foi encarregado de executar e construir a Ponte do Carmo, projeto de sua autoria;
- d. o aterro do Brás – caminho elevado sobre a área (atual Parque Dom Pedro II);
- e. executou o projeto das pontes do Meio e do Brás;
- f. a pirâmide e chafariz do Piques (atual Largo da Memória, no Anhangabaú);
- g. uma das arquibancadas de madeira no Largo dos Curros (atual Praça da República), onde a população assistia a touradas, conforme menciona Saint-Hilaire.

Um ritmo de trabalho considerável para aquela época.

Com o fim do governo de Franca e Horta, em 1811, Daniel Pedro Müller deixou o cargo de ajudante de ordens do governo e transferiu-se ao Real Corpo de Engenheiros, oportunidade em que recebeu nova promoção, dessa vez ao posto de tenente-coronel, patente recebida por decreto de 24 de junho de 1811. Esse decreto também determinava que Müller fosse empregado no levantamento dos mapas e mais comissões na então comarca de Paranaguá – ocasião em que grande parte de seus estudos, estatísticas e mapas foram destruídos por um alagamento de chuvas torrenciais ali ocorridas – em Curitiba (LAGO, 1941, p. 22)¹⁹.

Anos mais tarde, quando João Carlos Augusto de Oeynhausen, de origem germânica, assumiu o cargo de governador e capitão-general de São Paulo (1819-1821), Daniel Pedro Müller passa a ser nomeado a diversos cargos na administração da Capitania, tais como Diretor da Real Fábrica d'Armas (instalada em São Paulo em junho de 1820); Inspetor do Real Trem.

Entre os anos de 1830 e 1836, Müller prosseguiu como o responsável por diversas obras e projetos, tais como:

¹⁸ Cf. Johann Baptist von Spix; Carl Friedrich Philippe von Martius. *Travels in Brazil in the year 1817-1820 undertaken by command of His Majesty the King of Bavaria*. London: Longman, Hurst, Rees, Ormes, Brod.

¹⁹ LAGO, Coronel Laurênio. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*. Editora do Exército, 1941. Vale lembrar que, em 1811, a comarca de Paranaguá e Curitiba ainda era parte da Capitania de São Paulo, uma vez que esta só seria desmembrada do território paulista em 1853, quando a Província do Paraná foi criada a partir da porção Sul do território da então Província de São Paulo.

- a. o muro de arrimo no morro do Carmo 1830;
- b. a planta do hospital da irmandade da Santa Casa de Misericórdia 1830;
- c. a planta da casa de correção para a municipalidade, em forma de panóptico radiante 1832;
- d. o plano das obras de adaptação para estabelecimento das sessões da Câmara no Mosteiro de São Bento 1833;
- e. e ainda, os desenhos para a nova Ponte Grande, em 1836.

Dessa forma, Daniel Pedro Müller, na companhia do Major João Bloem, o construtor de pontes João Müller e o empreiteiro de obras Henrique Droge já estavam em plena atividade nas obras da Província mesmo antes da data oficial de chegada dos primeiros alemães no núcleo de Santo Amaro, conforme atestam os documentos e as Atas da Câmara nesse período.

Oberacker Jr. relaciona não só as funções ocupadas por Müller durante o governo de Oeynhausen, mas também quais estradas e pontes que foram encarregadas de ser consertadas e/ou melhoradas pelo Coronel Müller neste período: “[...] a Estrada Militar pela costa de Santa Catarina e estradas e pontes no interior (a Franca, Batatais, Casa Branca, etc., assim como as de Piracicaba a Jundiá, 14,5 léguas de comprimento, a Campinas, a Itu e Porto Feliz), mas as finanças da capitania e a falta de mão-de-obra impuseram a Oeynhausen sempre limites” (OBERACKER Jr., 1977, p. 36-38)²⁰.

Müller foi o responsável por elaborar o recenseamento de 1832 englobando a freguesia da Sé, Santa Efigênia e Brás e também estatísticas econômicas para acompanhar o desenvolvimento da população de São Paulo e quais os gêneros produzidos e comercializados na periferia, enfim erudito, poliglota e com múltiplas atuações no campo da cultura e da ciência, com uma incrível visão futurista.

É importante e vale registrar a nomeação de Daniel Pedro Müller como inspetor de operários prussianos especializados em trabalhar ferro e aço e, foi também, Inspetor Geral das Estradas da Capitania (OBERACKER Jr., 1977, p. 15-279)²¹. Muitos desses operários, quando não se adaptavam às agruras do labor na fundição de ferro na Fábrica de Ipanema e com alguma experiência na construção civil, retornavam a São Paulo e eram absorvidos como mão de obra de experiência nas obras públicas que Müller executava.

Sua morte deu-se tragicamente: foi encontrado morto, nas águas do Rio Pinheiros, afogado, em 1º de agosto de 1841, fato tornado público pelo Jornal Diário do Rio de Janeiro, nº 193, de 30/8/1841²².

Retornado a nossa narrativa, verificamos que o Brás, como os demais bairros de São Paulo no início de sua formação, crescia graças ao ordenamento da Igreja, em edital de 28 de setembro de 1819, encontramos: Dom Matheus de Abreu

²⁰ OBERACKER, Jr. Carlos H. A Província de São Paulo de 1819 a 1823. In: *O movimento autonomia no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977.

²¹ OBERACKER, Jr. Carlos H., Ob. cit.

²² Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo: São Paulo: Unesp, v. 94, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802- 1808”. São Paulo: Unesp, v. 95, 1990 – “Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1807”

Pereira, Bispo de São Paulo do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima (...) que pelo muito reverendo Joaquim José Rodrigues, Vigário Colado da nova freguesia do Senhor Bom Jesus do Matosinho desta cidade ... “queria que se declarasse os limites de sua freguesia”.

Termina informando as providências da publicação, registro no livro do tomo e a extração de certidão e remessa à Câmara Episcopal. Dado em São Paulo sob nosso sinal e selo das nossas armas, todas as formalidades que deveriam ser observadas.

Assim o crescimento desordenado do bairro já preocupava o Senhor Bispo, que reivindicava providências na demarcação das áreas de terras da nova freguesia.

O motivo era, sem dúvida, a terra fértil existente no local e facilidade da oferta das terras devolutas, a exigência para receber a outorga do título estava em formalizar por Ofício à obtenção de cartas de datas das áreas devolutas, ao Bispo local e somente em anos mais tarde, esse procedimento passou a ser formalizado diretamente a Câmara.

A Câmara registra a circular do Conselho do Governo de 28 de janeiro de 1828, mas continuam as concessões de terrenos, particularmente ao longo das estradas ou ruas que ligam o centro aos bairros mais distantes, do lado de Santo Amaro, da Penha – com suas ramificações para a Mooca e para o Pari – para o lado de Santana.

Em sessão extraordinária, em 19 de janeiro de 1828, já se legislava sobre posse arbitrária em terrenos devolutos. Rixas contendas, seguidas, muitas vezes, de mortes e assassinatos, motivaram a manifestação do Conselho de Governo a “resolver que fosse restabelecida e mandada pôr em efetiva observância a deliberação tomada na sessão ordinária de 20 de novembro de 1826 em que se assentou proibir que pessoa alguma pudesse roçar e derrubar mato, sem para isso ser legitimamente autorizada por esse Governo, como providência interina, e dependente das medidas legislativas que, para o futuro, fossem dadas pela Assembleia Geral a respeito de semelhantes terrenos”²³.

Além do Tamanduateí, na estrada da Penha, do lado esquerdo, a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos é o centro de um pequeno aglomerado de casas. Nesse lado, está a chácara do bispo. Para o lado da Mooca, seguem dois caminhos, um partindo da Tabatinguera, outro das proximidades da Igreja do Brás, do lado direito da estrada da Penha, onde muitas cartas de datas são concedidas, ficando desse lado, no interior, a chácara do vigário do Brás.

Do exame dos livros de Cartas de Datas da época, encontramos: “Em nenhum outro bairro de São Paulo são solicitados tantos terrenos como na Freguesia do Brás em 1836, fato que talvez possa em parte ser explicado por ser o bairro a única passagem que, através da Penha, levava à saída para a Corte, na época tumultuada da Regência. Até uma nesga de terras na “rua fronteira à Igreja do Brás, a sair da rua do Fonseca”, solicitada em 1834, fora negada em 1836, mas, como se trata de pedido de pessoa que, em várias oportunidades prestara

²³ Cartas de Datas de Terras, 1825-1829, p. 119.

serviços à Câmara, inclusive visitando enfermos na Cadeia, a Câmara acaba atendendo ao pedido do cirurgião-mor Constâncio José Xavier (25/8/1836).

Vale destacar, entretanto, que “a tal ‘nesga’ de terra tem oitenta e duas braças do lado direito, oitenta e cinco de comprimento, de largura nos fundos trinta e três braças, e mais vinte e cinco e meia ao correr dos valos”, devendo a rua de frente “ficar com a largura de noventa e três palmos onde começa a referida nesga para o lado do Brás, com a de cento e seis palmos no fim do ângulo... e com oitenta palmos nos outros lugares”.

Assim, bairro relativamente novo, o Brás não apresenta um plano geral de arruamento, e as ruas que vão se abrindo são irregulares, apresentando até numa mesma rua largura variável conforme o lugar. Algumas ruas são planejadas mais largas em determinados pontos, por serem localizadas em lugares pantanosos, o que revela ruas encharcadas enlameadas, esburacadas pela passagem de carros e tropas. Caminho do Rio de Janeiro, zona de passagem, a rua principal do Brás não seria muito diferente da Rua do Carmo, “esburacada pelas rodas dos carros de boi e enlameada pelas enxurradas” (SANTANA, Tomo II in TORRES, 1969, p. 57)²⁴.

Até 1834 são ainda concedidas datas de terras, em geral, com dez braças, sendo negada a concessão quando se trata de pedidos de áreas maiores. Nesse ano, a Câmara Municipal decidiu suspender tais concessões “até que se instalem as Assembleias Legislativas Provinciais”. O Ato Adicional que reformou a Constituição Imperial de 1824, estabelecendo a regência una, também criara as Assembleias Legislativas nas Províncias. Nessa tentativa de descentralização administrativa, altera-se a esfera de administração abrangida pelas Câmaras Municipais, agora também com elemento novo, com o qual nem sempre se entendem os vereadores – “o senhor prefeito”.

Numa sessão extraordinária da Câmara Municipal, em 27 de agosto de 1834, vários pedidos de terra não foram atendidos, mas algumas cartas já concedidas antes da determinação municipal ainda foram passadas. Trata-se, na maioria delas, de terras em torno das chácaras do Brigadeiro Galvão, do Desembargador Chichorro e do Capitão Mor Eleutério da Silva Prado (Cartas de Datas de Terras, 1833-1835, p. 109; TORRES, 1969, p. 71)²⁵.

Com a nova lei e a criação do cargo de prefeito, coube ao conselheiro Antônio da Silva Prado ser eleito pela Câmara Municipal para assumir a prefeitura da capital, o que ocorreu em 7 de janeiro de 1899, sendo eleito e reeleito para a chefia do poder executivo por quatro vezes consecutivas, inclusive pelo voto direto dos paulistanos em 1907. Silva Prado administrou a cidade até 15 de janeiro de 1911, sendo o homem que mais tempo permaneceu como prefeito na história de São Paulo.

²⁴ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. O Bairro do Brás, São Paulo, Oficina Gráfica Municipal, 1969, p. 69 in SANTANA, Nuto, São Paulo Histórico, 6 Tomos, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1937- 1944, II.

²⁵ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Idem

Temos de registrar que as procissões e peregrinações dos fiéis de Nossa Senhora da Penha beneficiaram o surgimento da freguesia do Brás, estreitando os laços que ligam ao centro urbano de São Paulo.

A antiga estrada do Rio de Janeiro, antes denominada estrada da Penha, mais tarde Rua da Intendência²⁶, pois, neste local, nas proximidades do atual bairro do Belém, ficava a sede administrativa, futura artéria do bairro – as atuais Avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia – antes Rua do Brás –, eixo em torno do qual se processou o povoamento oriental da Cidade de São Paulo, unindo a colina histórica de Piratininga a outra colina, a de Penha de França, no princípio avenidas religiosas, mas posteriormente vias de comunicação de importância social e econômica, ligação da Imperial Cidade de São Paulo a distantes subúrbios no caminho da Corte, ao vale do Paraíba, por onde chegaram tropeiros e viajantes, em sua maioria vindos do Rio de Janeiro e Santana do Parnaíba, mercadorias e notícias.

Os tropeiros costumavam descansar nas proximidades da Igreja do Bom Jesus do Brás, mais precisamente no Largo da Concórdia, onde se situava o Rancho de tropeiros – antes de seguir viagem –, o qual ficava na esquina da atual Avenida Rangel Pestana e, anos mais tarde, no local, foi edificado o Cine Babilônia. Atualmente, abriga uma grande loja de departamentos.

Esse era o cenário que motivou os pioneiros alemães a optarem por se fixar na Várzea do Carmo, vislumbrando ali uma oportunidade de colocar em prática o potencial de sua capacidade de agricultores extraíndo as riquezas e possibilidades que o solo lhes oferecia para comercializar os seus produtos.

Prosseguindo, vale registrar a passagem dos imigrantes na cidade, tais como: Johann Loskiell e o caixeiro José Krauser – caixeiro era um homem de sua extrema confiança, apto a fazer de tudo, desde a escrita contábil, cobrança de aluguéis e de dívidas de empréstimos contraídos por terceiros e não quitados, residindo, inclusive, no mesmo teto do seu patrão; não tinham descanso, trabalhando ininterruptamente todos os dias da semana, alguns autores afirmam que existe uma grande probabilidade de Loskiell e Krauser serem primos, pois conviveram durante a vida toda.

Vele mencionar, a seguir, o registro de Leonardo Loskiell, que explorava atividades econômicas da agricultura de sua muito bem cuidada chácara no Brás, e era proprietário de outros estabelecimentos comerciais, tais como um no centro da cidade na Rua do Comércio (atual Rua da Quitanda) – exercendo as atividades de refinaria, bilhar e confeitaria – e, na Rua do Brás, uma padaria e um comércio de secos e molhados; e, também, proprietário de uma fundição, atuava em vários segmentos.

²⁶ Até a promulgação da Lei Municipal nº 374, de 29 de novembro de 1898, os homens que administravam a cidade eram chamados de intendentes (com exceção de um curto período entre 1835/38, quando a nomenclatura mudou para prefeito) e eram, no tempo do Império, os presidentes da Câmara Municipal de São Paulo, que, eleitos para a chefia do Legislativo municipal, eram automaticamente designados intendentes.

Da leitura do Testamento de Leonardo Loskiell, formalizado em 11 de fevereiro de 1869, pelo rito católico do direito canônico então vigente, podemos melhor compreender como era a vida naquela época²⁷ (Registro 922/1869 – 1º Volume – Lote 201.006003855 com etiqueta 00000044823-7 – 3º Ofício da Família e Sucessões do Foro da Comarca da Capital).

Ao proceder a leitura do documento, constata-se que Loskiell estava gravemente enfermo quando de sua realização e, dessa forma, na presença do Tabelião, que compareceu à sua casa na Freguesia do Senhor Bom Jesus do Brás, para a lavratura tomando por termo a sua vontade, na Imperial Cidade de São Paulo, para consagrar o instrumento do Testamento, declarando nas disposições seguintes: apesar de doente, estava completamente lúcido, tendo respondido a todas as suas perguntas e indagações perante as testemunhas.

Nas premissas iniciais, ele declara que é católico, afirmando que era filho legítimo de João Loskiell e Catharina Loskiell, natural da Prússia, tendo os pais falecidos há muitos anos.

A seguir, declara ainda: “tenho três filhos: Jacob Loskiell, falecido há um ano e tanto, o qual deixou uma filhinha, de nome Branca, que dever entrar como herdeira por parte de seu pai já falecido na herança; Anna Loskiell, morando na minha companhia, João Pedro Loskiell, casado em Pouso Alegre, estes são meus filhos legítimos e únicos herdeiros de tudo o que possuo, porque já foram reconhecidos meus filhos por Escritura Pública na Notas do Tabelião Emilio José Alvarez”.

Prosseguindo, elenca os quinhões atribuídos proporcionais ao terço do que couber aos citados herdeiros: seja de joias e objetos, seja de valores em aplicações financeiras ou de verbas que se destinem a fins exclusivos, como cuidar do túmulo no jazigo da família e mantê-lo, onde já está sepultado o seu falecido filho Jacob, *supra* mencionado, junto ao Cemitério Geral, para as providências que se fizerem necessárias, inclusive na confecção da lápide a ser colocada na sepultura após a sua ausência, ou, ainda, destinando uma verba para a sua afilhada Mariquinha Schmitt; determina a partilha do faqueiro de prata e a serventia de chá dourado, entre os já citados herdeiros.

Na continuidade, declara a chácara que reside no bairro do Brás, em cujo terreno estão edificadas sete casas, uma delas utilizada na fundição de ferro e, a seguir, enumera recursos aplicados na Casa Bancária de Bernardo Gavião, Ribeiro e Gavião e outras disposições.

²⁷ A partir de 1531, Portugal passou a colonizar o Brasil, sendo que, naquele tempo, vigiam em Portugal as Ordenações Manuelinas, o primeiro estatuto jurídico do Brasil ao lado das cartas régias, cartas de foral e cartas de doação, em que se constituíam documentos jurídicos.

Durante todo o período colonial, vigoravam no Brasil as Ordenações Filipinas, decretadas em 1603, ao lado de decretos, alvarás e resoluções promulgadas por Portugal.

Ao tornar-se independente, a Constituição Brasileira de 1824, valendo-se da recepção, determinou que as Ordenações e demais normas legais portuguesas em vigor fossem mantidas vigentes até a promulgação de um Código Civil, que ocorreu em 1917 (SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos da personalidade e sua tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005).

Na descrição da sua chácara no bairro do Brás, faz questão de registrar que o herdeiro a que ela couber “fica obrigado a trazê-la sempre limpa e coberto o córrego d’água que passa nesta”. Fica evidenciado a sua preocupação ambiental em não poluir o córrego e, também, a fim de não propiciar enchentes imprevisíveis no referido local.

Dessa forma, temos que o termo é bastante minucioso, na descrição de todos os objetos e bens móveis e imóveis e até dos escravos que possuía, que compunham o seu patrimônio, e conclui que não irá deixar dívidas, a não ser a existente com a botica e o médico Dr. Borghoff, e segue nomeando o ilustre industrial João Adolfo Schritzmeyer e Nicolau Schmitt como seus testamenteiros.

Uma observação importante é que, assim como os membros da família Jonas, Francisco Jonas, o seu irmão, João Pedro Jonas e o seu cunhado Andrea Christ, por sua respeitabilidade e idoneidade, eram requisitados para testemunhar os contratos de convivência dos alemães “não católicos” – por falta de ministros religiosos – no 1º Cartório de Registros Públicos, de imigrantes que queriam legalizar a sua união conjugal, João Adolfo Schritzmeyer era igualmente requisitado para servir como testamenteiro nos instrumentos públicos perante a comunidade alemã para os fins legais de heranças, por sua idoneidade e representatividade na colônia alemã da época.

Retornando à narrativa do Testamento de Leonardo Loskiell, o documento foi finalizado com as formalidades de praxe, em formato de carta, costurado, como se dizia na época, por instrumento cerrado, nas quatro extremidades, com quatro pingos de lacre encarnado, rubricado pelo Tabelião, para ser aberto somente após a morte do testador. O falecimento de Leonardo Loskiell ocorreu em 23 de fevereiro de 1869, em sua residência na chácara em que residia no bairro do Brás.

Em seguida, no dia posterior, ou seja, no dia 24, cumpridas as formalidades de praxe, teve início, na sala de audiências do foro central, 2ª Vara do Ofício de Família, a abertura do Testamento de Leonardo Loskiell, com a presença do Juiz provedor, do Escrivão, do testamenteiro e das testemunhas legais.

Concluindo, da leitura do mencionado Testamento, constata-se que o pioneiro Leonardo Loskiell soube fazer fortuna no bairro do Brás e, ao morrer, ao contrário de muitos outros chacareiros que o sucederam, conforme teremos a oportunidade de relatar posteriormente, não deixou dívidas, mas apenas bens: numerário em moeda corrente ou em aplicações financeiras, bens móveis e imóveis, era um homem de uma grande visão para a sua época, atuando ativamente no comércio e em diversas atividades, realizando empréstimos a seus conterrâneos, usufruindo da renda de aluguéis de suas propriedades e inclusive um pioneiro, terceirizando a mão de obra de serviços profissionais de seus escravos que eram treinados no ofício de padeiros e cozinheiros e

posteriormente alugados a quem estivesse interessado na contratação desses serviços.²⁸

Mantinha um relacionamento muito próximo com o empresário João Adolpho Schritzmeyer – um pioneiro na produção de chapéus – e com o seu pai, João Loskiell, participavam de sociedade beneficente, para ajuda dos imigrantes em dificuldades financeiras, sendo que Schritzmeyer também possuía uma chácara do Brás, nas proximidades da Igreja do Senhor Bom Jesus do Brás, sendo isso o que motivou Schritzmeyer a ser nomeado o seu testamenteiro (Papéis Avulsos, 1866, v. I, f. 94; SIRIANI, 2003, p. 177)²⁹.

Siriani afirma que: “quando da chegada oficial dos imigrantes alemães em São Paulo, em 1827 e 1828, a padaria de Leonardo Loskiell foi contratada oficialmente para fornecer pães e outros gêneros alimentícios enquanto estavam alojados no Hospital Militar, aguardando a outorga dos lotes de terra”. Essa informação, data vênua, não procede, pois a padaria do “Loskiell” contratada era de Johann, ou João Loskiell, pois, conforme ficou registrado, Leonardo Loskiell desembarcou em 1828, portanto junto com os primeiros imigrantes oficiais em São Paulo, assim, a padaria referida é a de Johann, que já existia naquela época, pai de Leonardo.

A partir de 1860, foram iniciadas as desapropriações no bairro, nasceram atritos e acaloradas discussões entre os desapropriados e a Câmara Municipal; o caso tomou feições mais graves quando uma das áreas a ser desapropriada atingia o imóvel do Bacharel Inácio José de Araújo, homem que gozava de grande prestígio entre alguns políticos da época. Estes, como era de se esperar, tomaram partido contra a desapropriação e a favor do proprietário.

A área do terreno, que havia sido declarada de utilidade pública, por algum tempo gerou sérias “discórdias” entre os vários políticos: a área em questão ficava nas imediações da estação do Brás e da futura estação do Norte. Nela o proprietário, após longos anos de árduos trabalhos, formara uma das mais atraentes e modelares chácaras na região, onde, aos domingos e feriados, se reuniam numerosos grupos para saborear os deliciosos vinhos que ali eram fabricados. Mediante pequeno pagamento, tinham o direito de colher frutos à vontade, que eram consumidos no próprio local.

Depois de vários meses de discussões e impasse entre os litigantes, a justiça deu ganho de causa à Câmara Municipal de São Paulo, e esta, logo a seguir,

²⁸ Em relação a sua propriedade encontramos: Chácara sita na Rua do Brás, com casa de morada, abarracada sob o nº 18, de boa construção, com seu quintal todo plantado de arvoredos e pasto contíguo que se divide pelo lado esquerdo com terreno de Silvério Rodrigues Jordão, pelo direito com casa desta herança pelos fundos com a rua que segue para a Praça do Mercado – aqui há referência expressa ao atual Largo da Concórdia e ao Mercado Municipal que ali existia, anterior ao atual Mercado Municipal de São Paulo –, cuja casa de dois lances, porta de entrada e mais um portão para a área do quintal foi vista e avaliada pela quantia de 10:000\$000”. Valor considerável para a época. Leonardo Loskiell falecido em 23 de fevereiro de 1869 (SIRIANI, 2003, p. 176).

SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Uma São Paulo Alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1899). Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2003.

²⁹ Papéis Avulsos, 1866, v. I, f. 94.

SIRIANI, Ob. Cit.

iniciou a derrubada das árvores e das casas por ali construídas, o que motivou o povo a chamar de “Chácara da Discórdia”. Uma vez limpa e aplainada

toda a área, iniciou o reflorestamento e plantio de novas árvores e a construção de vários canteiros, dando a formação de um belo jardim, em cujo centro a Câmara mandou construir um mercado para a venda de carne verde e outros gêneros alimentícios, medida que muito concorreu em favor da população local.

A praça ali construída, embora tivesse recebido o nome de Praça da Concórdia, em sucessão ao nome “discórdia”, como fora chamada algum tempo antes, a população do bairro começou a chamá-la de Largo do Mercado, e para outros como Largo do Brás.

Mas essas denominações não se mantiveram e o que prevaleceu mesmo foi o nome oficial Largo da Concórdia, mais tarde ratificado em atas, que se conserva até nossos dias.

Da análise de antigos documentos, encontramos o registro de que o médico português Justiniano de Mello Franco também residiu no bairro do Brás, em sua chácara em área contígua à chácara do Bispo. Anos mais tarde, ele passou a residir em outra chácara, mais precisamente nas Terras do Maranhão – na época, essa denominação abrangia grande parte dos atuais bairros do Parque São Jorge, Tatuapé, Belém e Penha, a que já nos referimos. E conforme sabemos, Mello Franco foi nomeado por D. Pedro II diretor responsável para organizar a área do loteamento e instalação da Colônia Alemã pelo domínio que tinha do idioma alemão, visto ter se formado médico na Alemanha.

Não menos importante para a história da formação do bairro do Brás foi a chamada Chácara do Ferrão, pertencente a José da Silva Ferrão, situada na esquina da Rua do Brás com a Rua da Figueira, compreendia uma área da várzea do Tamanduateí, após o falecimento do proprietário, em 1867, passando a vários donos. O seu núcleo central, sob o nome de Chácara da Figueira, pois ali se erguia uma gigantesca e secular árvore, derrubada em 1905, tinha um sobradão de cor oca, com telhado de quatro águas e duas linhas de janelas em arco. A Chácara atravessava o Rio Tamanduateí, alcançando o local onde atualmente é a Casa das Retortas (antigo Gasômetro), confrontando, de outro lado, com o antigo Hospício, atualmente prédio desativado do Quartel Militar. Com a morte de Tobias de Aguiar, passou a pertencer a sua esposa Domitila de Castro do Canto e Mello, a Marquesa de Santos, e passou a ser chamada de Chácara da Marquesa (Conf. Dicionário de História de São Paulo, Antônio Barreto do Amaral, Vol. XIX, Imprensa Oficial, São Paulo, 2006).

Outras propriedades merecem destaque, como a Chácara do Bispo Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade por sua enorme extensão e depois comprada pelo Barão de Souza Queiroz.

Havia também, como já mencionamos, outros chacareiros que não eram alemães, mas que, por dominarem o idioma alemão, se entrosaram e participavam do convívio com a comunidade alemã como se o fossem, é o caso

de Jules Joly, ou Júlio Joly, como ficou aqui conhecido, francês de Grenoble, que desembarcou em São Paulo em 1828, com 27 anos de idade. Este era um empreendedor nato, inicialmente com outro patrício montou uma livraria jurídica em São Paulo, depois foi o pioneiro no cultivo de flores na cidade e, também, atuava comercializando miudezas e produtos de luxo importados, tais como joias e bijuterias, perfumes, tecidos, cristais, porcelanas, calçados, vinhos e elixires, que trazia regularmente de suas viagens à França, muitos produtos sob encomenda – inclusive sementes de flores, plantas e outros gêneros de cereais, para consumo próprio ou para o comércio, que eram comercializados em sua chácara, como iremos mencionar a seguir – para serem vendidos à sociedade paulista caipira que, prosperando com o cultivo do café, estava se afrancesando, como se dizia naquela época. Mantinha uma loja em sobrado na Rua do Rosário, atual Álvares Penteado, onde atraía um grande número de clientes, principalmente, quando realizava promoções do estoque para angariar recursos para suas viagens à França, o que acontecia pelo menos uma vez por ano. Ele era o que hoje denominamos vulgarmente de sacoleiro.

A sua chácara no bairro do Brás ocupava uma extensão de cerca de um hectare, área bastante significativa, com um sobrado, ao qual se chegava por uma alameda ladeada por palmeiras – área da sede da chácara, contando com vários animais, mais de mil árvores frutíferas, parreiras, senzala para os escravos. O terreno era atravessado por um córrego de boa água.

Dizia ter 400 variedades de camélias e de rosas, além de dalias, rododendros, azaleias (MARTINS, 2013)³⁰.

As flores cultivadas eram comercializadas, a princípio, na atual Praça João Mendes Jr. – justamente no local do atual abrigo do ponto de ônibus, ao lado esquerdo da Igreja de São Gonçalo Garcia. Posteriormente, abriu uma floricultura, a primeira da Cidade de São Paulo, na Rua da Imperatriz, atual Rua 15 de Novembro.

Quando Joly decidiu abrir as ruas de sua propriedade – por pressão do governo da época, conforme iremos relatar no presente estudo – e lotear a sua chácara – cuja artéria principal leva hoje o seu nome Joly ou Joli –, o local abrangia parte das atuais ruas do Bairro do Brás: Joli, Dr. Manoel Vitorino, Sampson, Dr. Euclides da Cunha e Rubino de Oliveira.

Em 1893, já cego, foi submetido à temerária cirurgia de catarata – como era admitida na época – pelo doutor Carlos Botelho – que também residia em chácara contígua, que mais tarde iria dar o seu nome àquela via (Dr. Carlos Botelho) –, que lhe permitiu voltar a ler e escrever. Entretanto, veio a falecer no ano seguinte, aos 93 anos de idade. Seus filhos já viviam em Itatiba, como fazendeiros e lojista.

No local da sede da chácara do Joly, o Com. Guglielmo Poletti, industrial residente em Milão, fundou e dirigiu a Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira – durante 22 anos. Em 1926, decidiu retornar à Itália e aceitou a proposta de

³⁰ MARTINS, José de Souza. O Estado de São Paulo. Edição de 4 de março de 2013.

transferência de parte de suas ações na tecelagem a um consórcio formado por um grupo de investidores (Diário Nacional, São Paulo, Ano III, 5.5.1929, fls.2).

Segundo artigo de Chiara Vangelista³¹, durante os primeiros anos do fascismo, surgiu uma revista (1924-1932) do Touring Club Italiano que analisava as relações dos imigrantes italianos no Brasil e sua inserção na vida brasileira. “A caracterização mais específica da revista – no tema da emigração italiana – é, porém, *sublinhar o papel das indústrias italianas e sua italianidade*. A Tecelagem de seda *Italo-brasileira*, fundada em 1892 em São Paulo por Guglielmo Poletti, é, por exemplo, “la piú. italiana fra le industrie di São Paulo. Italianíssima é l'architettura dello stabilimento, che sorge nel grande quartiere popolare del Braz [...] Italianissimi il capitale e la direzione [...] Italianíssima é l'intera organizzazione del grandioso stabilimento” (ZUCULIN, 1925, p. 767 e 786-94)³².

Ocorre que, em anos posteriores, os investidores transferiram as ações recebidas para outros investidores que – com a crise econômica da década de 1930 – contraíram dívidas significativas com as grandes instituições financeiras da época: Banco do Brasil, Banco Brasileiro Alemão, Banco Francês e Italiano, Banco Alemão Transatlântico, Cotonifício Rodolfo Crespi, entre outros, o que levou a sociedade à beira da falência. Como alternativa, foi então vendida – em 1930 – a Guilherme Guinle e, em 1935, efetivou-se sua compra pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, dando continuidade aos negócios e alterando a denominação social para: Tecelagem Brasileira de Seda (TRENTO, 1989, p. 144)³³.

Nos dias atuais, encontramos ainda, nas redondezas das ruas adjacentes, a grandeza desse passado por meio das edificações fabris suntuosas construídas nas ruas Joli, Sampson e Euclides da Cunha, mas principalmente pela edificação erguida exatamente no local da antiga chácara do Joli.

O prédio de cor alaranjada que se destaca é o mais requintado, com pátio, seu entorno ajardinado, com uma alameda de palmeiras na entrada principal, talvez, mantendo a característica do antigo jardim existente – para alguns o estilo da construção lembra um palácio – e, segundo os registros, corresponde exatamente ao local de entrada da antiga chácara do Joli, portanto, houve cuidado pelo autor do projeto em manter, dentro do possível, as características da antiga propriedade, pois, para abrigar uma instalação fabril, houve certo requinte, com as instalações internas com o pé direito alto, janelas amplas, pisos e escadas em mármore, artefatos de corrimão em ferro, belos lustres, esculturas, portas de madeira maciça e entalhadas, vitrais e outros requintes no espaço

³¹ VANGELISTA, Chiara. Uma revista italiana e a emigração no Brasil durante os primeiros anos do Fascismo: Le Vie d'Italia e dell'America Latina, 1924-1932. In: *Veritas*, v. 40, n. 159, 1995.

³² Bruno Zuculin, 'Le grandi industrie italiana nel Brasile. La Tecelagem de seda italo-brasileira, *VIAL*, II (1925) n. 7, p. 786-94, e p. 767.

³³ TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico. Um século da imigração Italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

destinado à administração, tudo decorado com móveis de estilo e de muito bom gosto para aquela época.³⁴

O prédio da Rua Joli abrigou no início a cúpula administrativa das Industrias Matarazzo até a construção do prédio da Praça do Patriarca no centro de São Paulo em 1939, com a queda financeira do Grupo Matarazzo na década de setenta, porém, pelos compromissos financeiros não liquidados, o prédio da Praça Patriarca foi confiscado e a cúpula da administrativa transferiu-se da Praça do Patriarca e volta a ocupar as instalações no atual Bairro do Brás e, na década de noventa, parte do prédio passou a pertencer ao Instituto Nacional de Seguridade Social e nos dias atuais é ocupado pela empresa Dataprev – Empresa de Tecnologia e informações da Previdência Social.

Atualmente o imóvel foi tombado, conf. Resolução SC-30, de 5-4-2018.³⁵

Em seguida, encontramos o registro de outro chacareiro muito importante para a história do Brás, foi Johann Boehmer, no Brasil João Boemer, havia chegado a São Paulo em 1857, na companhia da sua mulher Maria Catharina e filhos, vindo de Nieder-Kostenz, região do Vale do Mosel, perto de Frankfurt. Alguns historiadores afirmam que desembarcou com dez filhos,³⁶ entretanto, ao falecer, em 1878, constaram como herdeiros, além da viúva, dez filhos, entretanto, sendo que a sua filha Thereza constava como tendo dezoito anos de idade, portanto,

³⁴ O mesmo prédio que durante décadas abrigou a Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas e conforme relato: “no bairro paulistano do Brás no meio do comércio popular e dos camelôs, um belo conjunto de prédios alaranjados se destaca na Rua Joly, próximo do Largo da Concórdia. São vestígios do maior império industrial do Hemisfério Sul no século 20. Um dos galpões do conjunto virou estacionamento. O prédio-sede, espécie de palacete com amplas janelas, está praticamente deserto. Sobre a entrada, o velho brasão enegrecido pela fuligem destaca a sigla IRFM, abreviação de Indústrias Reunidas das Fábricas Matarazzo.” (TEICH, Daniel Hessel. Artigo, Ascensão e queda de um Império. O Estado de São Paulo, 14 de novembro de 2004, p. 38)

³⁵ No site oficial da Municipalidade, encontramos:

Localização: Rua Joli, 179, 273 e 294; Rua Sampson, 142 e 146; Rua Doutor Manoel Vitorino, 232, 280, 322 e 343

Existe uma dúvida sobre o início das atividades da tecelagem, se em 1902 por Guilherme Poletti ou em 1907 por Rodolfo Crespi e Nicola Carbone. A fundação da S.A. Tecelagem Ítalo-Brasileira, no entanto, ocorreu de fato em 1911, contando com operários brasileiros, espanhóis, alemães, ingleses e italianos, estes em predominância. O bairro do Brás é caracterizado pela presença de objetos sociais que remetem à história do proletário e do trabalho em São Paulo, como as indústrias e as moradias de seu entorno. Os edifícios da Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira são autênticos representantes da pujança do grande capital têxtil — posteriormente pertenceu à família Guinle e, a partir de 1935, à Família Matarazzo —, cuja ampliação mais significativa ocorreu na década de 1930. A empresa destaca-se por sua imponência na paisagem do bairro do Brás e também por ser uma das poucas indústrias de seda presentes no estado de São Paulo. Entre os seus edifícios, a sede administrativa guarda belos vitrais e ornamentação de guarda-corpo de escada, remetendo ao fabrico de seda. A relação das unidades que compõem esse complexo fabril entre si e com a rua foi mantida e, hoje, as ruas internas são ruas do bairro. Dessa forma, é possível ao público a compreensão da articulação dos edifícios com a paisagem urbana e sua importância na constituição da história da industrialização de São Paulo.

(Fonte Processo de Tombamento / Número do Processo: 57120/08 / Resolução de Tombamento: Resolução 30, de 5/4/18 / Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 478, p. 150 / Publicação do Diário Oficial – Disponível em: <condephaat.sp.gov.br/benstombados/tecelagem-de-seda-italo-brasileira/>. Acesso em: 26 maio 2022. Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira – Condephaat Poder Executivo, 7/4/18, p. 105-106)

³⁶ Localizamos o registro no desembarque, relação de 137 passageiros imigrantes prussianos e belgas, vindo de Anvers ou Antuérpia no Brasil, em 20 de maio de 1857, no navio brigue Belga Bouprole, Capitão J. Pentzne, com destino a Santos: Johann Bhoemer e Maria Christ e filhos: Johanes, Maria, Peter, Catharina, Lisabeth, Carl, Jacob e August. Na data do óbito, aparece o nome da herdeira, Maria Paulina, e da herdeira menor, Thereza Boemer, porém não consta o nome de Lisabeth ou Elisabete no Brasil.

portanto, era nascida em São Paulo, Capital, acreditamos que a outra filha Maria Paulina, era também brasileira.

Os registros indicam como seu primeiro domicilio a chácara na Rua do Brás, nº 25, posteriormente, ocorre a mudança para o lugar da atual Rua que leva o seu nome “João Boemer”, também, no Brás e, anos mais tarde, encontramos a chácara que se tornou mais conhecida, inclusive onde o mesmo veio a óbito no Caminho da Penha, que provavelmente estava situada na divisa entre o atual bairro do Tatuapé e o caminho da Penha, antes denominado Terras do Maranhão, contando com a utilização da força tarefa do braço familiar, criava gado, desenvolvia o cultivo de vários cereais, hortaliças e plantas, especialmente videiras e mantinha criação de gado, cavalos e porcos, possuía também um carro que servia para transportar a lenha que extraía de sua plantação e que regularmente vendia para o comércio da cidade, em sociedade com Carlos Boemer, para alguns historiadores seriam primos, mas na verdade era um de seus filhos – pois, quando da mudança para a chácara da Penha, este último deu continuidade à chácara do Brás.

Na Penha, deu prosseguimento à produção de cervejas e vinhos e, aos domingos e feriados, abria a sua chácara à visita pública. Mediante um pagamento módico, os visitantes podiam degustar à vontade as cervejas e vinhos e ainda consumir os frutos de sua predileção diretamente da fonte.

Na região da Penha, os seus negócios prosperaram e a cerveja e o vinho eram oferecidos aos donos de botequins e tavernas na cidade, inclusive na taverna O Corvo, uma livraria literária e taverna, frequentada pelos estudantes do Largo de São Francisco, de propriedade de Henrique Schomberg (ou Schamberg), que também aparece no Almanaque de 1873 como dono de um depósito de cerveja, era a mais famosa da cidade, o qual anos mais tarde iria tornar-se sócio de Boemer na fabricação de cerveja e, dessa forma, incentivar a visita turística, com uma maior divulgação, atraindo com a propaganda os estudantes da então Academia de Direito e atual Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

A fabricação de cerveja não seguia exatamente as tradicionais receitas alemãs ou inglesas, João Boemer, apesar de marcar a sua passagem como um dos pioneiros na fabricação, tinha outros concorrentes, no Almanak da Província de São Paulo, de 1873, encontramos: Luiz Bücher, que desembarcou em São Paulo em 1860, como primeiro e único fabricante de cerveja, com fábrica na Rua 25 de março, nº 2, originariamente fabricava gelo, mas posteriormente, em 1887, fundou a Cia. Antarctica Paulista.

É importante, antes de prosseguir na história de João Boemer, fazer um relato de seus concorrentes mais próximos, principalmente o Sr. Heinrich Ferdinand Alexander Simon Stupakoff, descendente de russos, mas nascido em Hamburgo, em 24 de setembro de 1856, ou simplesmente Henrique Stupakoff, como ficou conhecido no Brasil, com seus sócios Carlos Schorcht Júnior, Hermann Burchard e Martinho Burchard, produzia a cerveja Bávara, a qual era servida desde 1877, quando da inauguração da cervejaria “Stadt de Berna”, na Rua de São Bento, nº 73, São Paulo, de propriedade de Victor Nothmann.

Em 1890, Stupakoff, partiu para Alemanha, onde foi aprimorar os seus conhecimentos, tendo adquirido os mais modernos equipamentos e aparelhos industriais, retornando inclusive na companhia de profissionais especializados na fabricação de cerveja.

Em 20 de outubro de 1892, foram inauguradas novas instalações da Fábrica de Cerveja Bavária de Henrique Stupakoff & Cia., nas terras de uma chácara do engenheiro Daniel Mackinson Fox, da Companhia Inglesa Mackinson, ele foi autor do projeto de substituição da estrutura de madeira da Ponte Grande, por uma estrutura de ferro, entre 1865 e 1866, que teve a sua fabricação na Inglaterra. Stupakoff e seus sócios eram também proprietários de um café-restaurante, o Progredior, onde Stupakoff exibia seus dotes artísticos de músico como violoncelista e barítono. Fez inúmeras apresentações inclusive sob a regência do maestro Luigi Chiafarelli, responsável pela formação de uma elite musical, criou e passou a dirigir o departamento de piano do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo³⁷.

O prédio da cervejaria foi construído na Rua da Mooca, nº 282 (depois Alameda Bavária, atual Avenida Presidente Wilson), no bairro da Mooca, então subúrbio do Brás, à margem da Estrada de Ferro Inglesa. Nesse bairro, havia a maior concentração de edificações industriais. Localizava-se ao longo da faixa ferroviária. Ao ocupar esses terrenos, as indústrias e armazéns voltavam os fundos de suas instalações para a via férrea – recurso que permitia facilitar o recebimento e escoamento de produtos – e o acesso principal às ruas paralelas.

Em 28 de outubro de 1898, foram registradas as marcas de cerveja: Bavária Pilsen, Bavária München (escura) e Bavária Culmbach (preta), já em 17 de outubro de 1899, foram registradas as contramarcas: Gallo, Pato, Cavallo, Urso, Tourp, Gato e Martello.

Em 1900, sua capacidade de produção era de 13.000 litros diários. A fábrica ocupava uma extensão de 25.000 m² e o prédio principal de cinco pavimentos era dividido em tantas seções quantas eram as fases de fabricação. O capital nela empregado foi de 4 mil contos de réis, sendo metade alemão e metade brasileiro. Os maquinismos eram os mais modernos e foram construídos na Alemanha e Suíça, de onde também foram importadas as matérias-primas: cevada, lúpulo e fermentos.

Em 1901, a Bavária já contava com 200 funcionários e, em 20 de maio de 1902, homologou o registro de mais duas marcas: União e Tivoli (cervejas claras).

Em 1904, a Companhia Antártica Paulista, fundada em 1891 (os registros relatam que ela estava instalada desde 1885 no bairro da Água Branca, mais tarde, essas instalações foram adquiridas pelas indústrias Matarazzo), sob o controle da Zerrenner, Büllow & Cia, assumiu o compromisso de compra da Cervejaria Bavária de Henrique Stupakoff & Cia., pela quantia de

³⁷ Correio Paulistano de 12/8/1894 e 8/10/1898.

Rs.3.700:000\$000, sendo Rs.1.200:000\$000 em ações e o resto em dinheiro (PINTO, 1979; BANDEIRA JR., 1903)³⁸.

Com o aumento da produção, dobrou o número de funcionários e a expansão da área de atuação, passando a ocupar um amplo terreno de 74 mil m².

Atualmente, o prédio desativado dessa antiga fábrica foi comprado pela Prevent Senior, empresa especializada em planos de saúde, conforme noticiado pela imprensa.

Entretanto, houve também outros concorrentes de João Boemer, entre eles, o alemão Bernardo Diederichsen, proprietário da fazenda Morumby, atual bairro do Morumbi, e com chácara na freguesia de Santa Efigênia, onde funcionava sua fábrica de bebidas.

João Boemer tendo êxito em seus negócios havia se tornado muito popular, tentou ingressar na política concorrendo na Câmara Municipal ao cargo de vereador, porém, sem êxito.

A sua passagem como fabricante de bebidas foi registrada, na época, pelo conhecido jornalista e escritor Raimundo Menezes: “A primeira dessas excursões era ao marco de Meia Léguas, ali assim pelos confins do Belenzinho, na Estrada da Penha, atualmente transformada em avenida com iluminação e calçamento” [...]. O marco era uma espécie de recanto campestre, fora do burburinho da cidade. “Havia por lá chácaras, numa das quais residia um alemão pacato bonachão, João Boemer. Tinha ele uma fábrica de cerveja, com um lugar franqueado à sua freguesia, por sinal, bem numerosa”. E continua: “A cerveja de fabricação do simpático João Boemer chamava-se ‘cerveja da Penha’ e custava 500 réis a garrafa. Que maravilha! Mas pensam os leitores que a bebida era um primor? Qual ... Era uma garapa azeda como que!”, e, prossegue: “A turma bebia porque não havia outro jeito. A estrangeira ou do Rio – marcas Pá, Viena, Franziskaner etc. – era vendida na praça a preço exorbitante. Só os ricos podiam gozá-la: chegava a custar até \$500 a garrafa”! (MENEZES, 1969, p. 30).³⁹

Este relato preciso nos dá a dimensão da projeção de João Boemer, que não ficava restrito apenas à fabricação de cerveja, mas, também, cultivava e fabricava vinhos.

Naquela época – 1873 – havia dificuldades com a obtenção da matéria-prima usada na fabricação de cerveja, que era cara e difícil de ser importada – o lúpulo e a cevada – Boemer adquiria a matéria-prima para a sua fabricação por meio de terceiros e, muitas vezes, optou para que fossem substituídos por milho, arroz e trigo, daí talvez o fundamento da crítica que o citado autor fazia quando a

³⁸ PINTO, Alfredo Moreira. A Cidade de São Paulo em 1900, São Paulo, Governo do Estado, 1979. BANDEIRA JR., Antônio. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. Correio Paulistano de 18/8/1903.

³⁹ MENEZES, Raimundo. São Paulo de nossos avós. São Paulo, 1969.

cerveja – de forma artesanal – não era produzida exatamente nos modos convencionais.

O seu filho, João Boemer Filho, e Francisco Lichtemberger foram os fundadores da Sociedade de Atiradores do Brás.

Ao falecer, no dia 25 de julho de 1878, Boemer deixou para a sua família um patrimônio total avaliado em 16:108\$200.

Perante a Vara do Juízo de órfãos da Imperial Cidade de São Paulo, em 29 de agosto de 1878, teve início o Inventário sob o nº 748/1878, sendo declarado que João Boehmer era natural do Reino da Alemanha, morador no bairro da Penha e falecido em 25 de julho de 1878, e em seguida, as fls. 3 e sgs. o rol dos herdeiros representados pela viúva e inventariante, Maria Catharina Christ (o nome dela aparece sempre como Maria Catharina de tal, viúva de João Boemer, o nome do inventariado e dos filhos, na maioria das vezes, aparece grafado “Boehmer” como passou a ser chamado no Brasil), seguida dos demais herdeiros filhos: João Boehmer Filho, casado com Maria Theresa, moradores no Brás; Anna Maria, casada com Libório Goldsmidt, moradores na Água Branca; Izabel, casada com Jacob Frederico (Friederichs), moradores nesta cidade; Carlos Boehmer, casado com Catharina Junk, moradores no Brás; Jacob Boehmer, casado com Umbelina dos Santos Cruz, moradores em Campinas; Augusto Bohemer, casado com Leduina de tal, moradores na Penha; Maria Paulina, casada com Jacob Wagner, moradores na Freguesia de Santa Efigênia; Thereza de 18 anos, moradora em companhia da inventariante; Catharina Christ, casada com Pedro Christ – tendo este falecido antes do Inventariado; Pedro Boehmer, que faleceu antes do inventariado e foi casado com Maria Junk, de cujo matrimônio ficou a seguinte herdeira, Filha, Christina, de seis anos de idade, que vive na companhia de sua mãe na Vila de Santo Amaro.

No prosseguimento da propositura do inventário, são feitas as primeiras declarações, as fls. 14, sendo elencados de forma minuciosa – como acontecia naquela época – a avaliação dos bens do espólio, seguida da habilitação do rol dos credores, entre os credores habilitados, destaca-se, a fls. 27, o comparecimento de seu genro Libório Goldsmidt, apresentando um demonstrativo contábil de débitos e créditos de relacionamento com espólio e ele, fls. 29, evidenciando a importância de que era credor de 118\$000; contestando o valor da avaliação da chácara para fins de inventário, 10.000\$000 – alegando ter sido o valor supervalorizado e, ainda, contestando alguns fatos que foram omitidos ou que impugnava, como a dívida que havia sido contraída por João Boemer Filho, em que seu falecido pai figurava como fiador, contraída com o conhecido médico e agiota Dr. Theodor Reichert, e o mesmo João Boemer Filho por ter residido na chácara do espólio nos anos de 1865 até 1872 sem pagar aluguel algum; se opõe ainda a entrega de uma pipa de vinho ao herdeiro Augusto Boemer, três pipas de vinho a Maria Paulina e duas pipas de vinho a herdeira Thereza e, ainda, não terem sido levados a colação alguns bens: animais, tais como cavalos, burros de carroça, colchão de penas e quadros a óleo, entre outros bens. Em seguida, às fls. 35 e sgs, ocorre a manifestação da viúva e inventariante, Maria Catharina, contestando as alegações de seu genro,

fundamentando resumidamente que: o valor da avaliação da chácara foi procedido por justo valor, mas, para desmentir as insinuações caluniosas do co-herdeiro, a quem responde, convém e requer que dita chácara seja posta em praça (leilão), a fim de que o produto apurado seja dividido por ela e o suplicante e os herdeiros, na proporção de seus respectivos quinhões. Com relação ao valor da dívida de empréstimo contraído por João Boemer Filho, tendo seu falecido pai como fiador e o Dr. Theodoro Reichert como credor, a quitação foi feita pelo mesmo João Boemer Filho, com seu próprio dinheiro, e em duas prestações, sendo a primeira de 700 e alguns mil réis, e a segunda do restante. Quanto ao aluguel, que pretende o reclamante dever ser pago pelo mesmo João Boemer filho, corresponde ao tempo decorrido de 1865 a 1872, durante o qual ele morou na chácara, responde a inventariante que tal aluguel não é devido à herança, porque João Boemer, filho com o inventariado, coadministraram os trabalhos da fábrica e lavoura da mesma chácara. Porém, quando mesmo assim não fosse, jamais se viu a exigir de herdeiro algum que o filho que morou em casa de seu pai, ou o irmão que habita em casa de seu irmão, pague a herança dos aluguéis do cômodo que ocupou.

Prosseguindo, alega a inventariante, não devem vir a colação essas pipas de vinho dadas a Augusto Boemer, Maria Paulina, Thereza e Catharina, de quem o reclamante se esqueceu, porquanto esses vinhos foram produtos de trabalhos em comum feitos por estes co-herdeiros em um terreno, que, por ingrato, o inventariado não queria mais cultivar, e, por isso, a pedido desses co-herdeiros, deu-lhes o inventariado para eles cultivarem, e assim foram eles que o cultivaram, pagando com seu próprio dinheiro os camaradas para tal fim empregados.

Quanto a pretendida omissão de bens na descrição, em que o reclamante denuncia a falta de cavalos, burros de carroça, colchão de penas, tachos de cobre e quadros a óleo, declara a inventariante que existia na chácara ultimamente um cavalo branco, que foi vendido ainda em vida pelo inventariado. Bestas de carroça nunca as teve o inventariado, a que a ocupava era de propriedade do co-herdeiro João Boemer, e essa ainda está na chácara. Os colchões de penas são do leito da inventariante e por isso não quiseram os avaliadores lhes dar valor. Os tachos de existentes são dois, estão em ruínas, mas se assim mesmo os convêm ao reclamante, a inventariante, já autorizada pelos demais co-herdeiros, dos irmãos lhe faz presente.

Há quadros a óleo, estes não pertencem à herança, são de propriedade do co-herdeiro Jacob, que, tendo se mudado para Campinas, os deixou guardados em casa de seus pais. Tal é a razão porque não foram descritos.

Finalmente, pede o reclamante que a herança lhe pague a quantia de 118\$000.

A Inventariante não põe em dúvida a semelhante exigência, pelo contrário, sem impugnar uma só parcela, concorda no pagamento dessa quantia.

Esses fatos ocorreram no processo, em 5 de março de 1879, seguindo-se a assinatura do representante da inventariante e dos demais herdeiros envolvidos na denúncia oferecida por Libório Goldsmidt e sua mulher, Anna Maria.

Na sequência, as fls. 50, em petição de 19 de abril de 1879, comparece o reclamante Libório Goldsmidt e sua mulher, declarando que: [...] “julgando-se prejudicado com as declarações da Inventariante a reclamação de V. Exa., sobre essas declarações, visto prejudicarem elas aos Suplicantes, como provam não terem sido atendidos *querem desistir de toda e qualquer parte da herança que lhe possa tocar na partilha*, salvando os Suplicantes *a importância da conta que não foi impugnada*, pelo que requerem a V. Exa., que se digne mandar por termo, depois de juntar aos autos a presente petição, a desistência que ora fazem da referida herança para todos os fins e efeitos legais”.

A chácara constituída de uma casa de três lances de paredes de pilão coberta de telhas, com outra dita pequena construída de tijolos, com moinho e seus acessórios, alambique de cobre, e plantações de parreiras, e outras benfeitorias, é avaliada em 10.000\$000.

A chácara é levada a praça por três vezes a fim de arrecadar recursos para serem partilhados entre os herdeiros em: 5, 6 e 7 de maio de 1879, sem que houvesse êxito da arrematação, conforme publicações dos editais no Jornal o Correio Paulistano e, em 10 de maio de 1879, dá-se a arrematação da chácara e demais bens e sítios na Freguesia da Penha, pertencente à herança do finado João Boemer, que foram arrematados por Carlos Boemer.

Esse foi o cenário dos fatos ocorridos no inventário de João Boemer.

E outros acontecimentos paralelos que envolviam o espólio em exame: no jornal *O Correio Paulistano*, em sua edição de 6 de junho de 1897, nº 12.210, p. 1, foi publicado um edital informando que: “Acha-se quase concluído o inquérito aberto pelo subdelegado do Brás, sobre o roubo de animais que foram vítimas os Srs. Araujo & João Boemer proprietários da Fábrica de Cerveja Penha”.

Há o registro de uma disputa entre os herdeiros sobre o patrimônio deixado por João Boemer, senão vejamos: “Augusto João Boemer – Venho por intermédio deste aviso que nada tem com a falência de Augusto Boemer, meu tio, este ex-fabricante de cerveja na freguesia da Penha, e eu na Avenida da Intendência, nºs 19, 23 e 25, com minha cerveja denominada ‘Penha muito antiga e conhecida de todos, faz a presente declaração para evitar equívocos’”⁴⁰.

João Boemer Filho deu prosseguimento aos negócios da fábrica de cerveja do pai no bairro da Penha e, também, pleiteou um cargo na Câmara Municipal como vereador, porém não conseguiu eleger-se, foi derrotado pelo opositor João Bueno.⁴¹

Atualmente, o registro do patriarca de sua passagem no bairro do Brás como chacareiro é lembrado em importante via em que se localizava a sede de uma de suas chácaras e que leva o seu nome: Rua João Boemer.

⁴⁰ Augusto João Boemer. *Jornal O Democrata Federal*, 7 de dezembro de 1895. Ano 1895/Edição 00210(1). p. 4.

⁴¹ *Correio Paulistano*, 1892, edição 10781.

Na freguesia do Brás, viveu também João Pedro Christ e sua esposa, Catharina. Christ chegou ao Brasil ainda criança, em companhia de seu pai e se estabeleceu, inicialmente, no Planalto Paulista. Casou-se com Catharina Boemer, filha de João Boemer, com quem teve quatro filhos. Adquiriu uma pequena chácara na freguesia do Brás, no caminho que vai para a Penha, próxima à várzea da Mooca, no local cultivava gêneros variados, sua propriedade era de extrema rusticidade, com mobiliário simples, não possuía rebanho de gados. Ao falecer, deixou um monte partível de 3:750\$000, oriundo de sua propriedade e dos frutos nela produzidos.

Está também documentado que inúmeros outros alemães já viviam no bairro do Brás em suas propriedades, pois são citados nominalmente em documentos, ocorrências policiais e demais referências públicas, inclusive nos jornais da época em editais, anúncios fúnebres e registros de atos paroquiais na Igreja do Senhor Bom Jesus do Brás – a própria filha de João Boemer, Thereza Boemer, casou-se durante o transcorrer do processo de inventário de seu pai, no dia 12 de maio de 1882, com o advogado Manoel Domingos d’Araujo, espanhol – e de inventários da época, menos nos registros públicos de terras – salvo raras exceções –, assim, existe a probabilidade de que eram pequenos chacareiros – acredita-se que muitos ali estavam resguardados por “contrato de papel” (como se dizia naquela época) ou “contrato de gaveta”, como hoje denominamos – visto que, muitas vezes, no desembarque, por não dominarem perfeitamente o idioma e não conhecer determinados trâmites e, até, por não estarem legalmente regularizados, com os requisitos burocráticos para pleitear a outorga de datas, que também exigia – desde aquela época, um apadrinhamento político ou tráfico de influências, pois nas outorgas das concessões de datas, da leitura das atas, encontramos, reiteradas vezes, os nomes dos mesmos políticos e dos mesmos empresários, isto é, pessoas consideradas influentes, o que talvez justifique a dificuldade dos imigrantes “anônimos” em conseguir habilitação para pleitear individualmente o registro de concessões de datas de terra, que, no início da formação do bairro do Brás, estava centralizado no poder da igreja, sem contar que muitos deles também não professavam a religião católica.

Também, não podemos ignorar que muitos alemães desembarcados em São Paulo, sem recursos, eram acolhidos por sua qualificação como trabalhadores no cultivo das plantações nas chácaras do Brás de seus conterrâneos alemães em situação econômica privilegiada.

Mas, na vida cotidiana, encontramos o registro de inúmeros alemães ali residindo. Merece destaque o nome de Miguel Justo, filho de Johann Theodore Josten, portanto irmão de Margharetta Josten (esposa de Francisco Jonas) – no Brasil, o sobrenome ficou Justo, pois, além de cultivar plantações agrícolas, era também criador de cavalos de raça adestrados, levando-os para o centro da cidade nos finais de semana e feriados e oferecendo passeios turísticos a cavalo para as pessoas que soubessem cavalgar e quisessem conhecer os bairros do Brás e da Mooca, tudo conforme anúncios publicados nas edições dos jornais da época.

Alguns chacareiros, quando as chácaras do Brás passam a atrair muitos interessados, decidem se transferir na denominada Várzea do Carmo para um local mais próximo da Colina da Penha, como foi o caso de um dos pioneiros já mencionado de Justiniano de Mello Franco, no que também foi seguido por muitos alemães, para o local então denominado Terras do Maranhão, que abrangia parte dos atuais bairros do Belém, Tatuapé, Parque São Jorge e Penha, os quais ainda não tinham autonomia.

Da leitura do inventário dos bens deixados por Júlio Roos, do qual sou descendente, casado com Catharina Roos – de solteira Catharina Ablaß, filha de Carlos Ablaß – com um só “S” (ROTHFUSS, Daniela)⁴², verificamos que a área compreendia 13 alqueires e, na avaliação do laudo do perito dos autos, era equivalente a 240 mil metros quadrados, com terras de cultura e pasto, com uma casa de morada e, posteriormente, acrescida de mais seis moradias e uma taverna de secos e molhados à beira da estrada da Avenida da Penha, Ludwig Roos ou Luíz Roos, como chamado no Brasil, pai de Júlio, gostava de praticar e incentivar a prática no local de atividades náuticas e de remo, pelo favorecimento do terreno naquela época banhado pelas águas calmas e limpas do Rio Tietê, e também, nessas ocasiões, geralmente aos fins de semana ou feriados e datas especiais, reunia os amigos e familiares que se descontraíam nas quadras de bochas. Continuando a leitura do laudo, encontramos: [...] “terras essas situadas entre as linhas de bonde da Penha (atual Avenida Celso Garcia no caminho da Penha) e o Rio Tietê (atual Avenida Marginal), abrangendo todo o Parque São Jorge, indo terminar na divisa das Terras do Instituto Disciplinar, na Avenida Celso Garcia (antiga Febem), pertencente ao Governo do Estado, sendo as referidas terras de conformação irregular, entre baixas, altas e alagadiças, sendo que estas últimas vão margeando o Rio Tietê” [...]. Esse laudo foi necessário, pois ocorreu litígio entre os herdeiros de Júlio Roos, pelo valor estipulado da venda realizada pelos compradores e primos Nagib Sallem e Assad Abdalla, que posteriormente iriam revender parte da área adquirida, que compreendia o atual Parque São Jorge, ao Sport Club Corinthians.

Os alemães católicos, mesmo tendo migrado para as bandas da Penha, como costumavam dizer, e praticantes da religião católica prosseguiram como sendo “fregueses”, como era comum na época, da Igreja do Senhor Bom Jesus do Brás, assim, conforme já nos referimos, da leitura do Livro dos Atos Paroquiais, está documentada a realização de batismos, casamentos e celebrações de missas por falecimento desses fiéis; inclusive o comparecimento do famoso Julius Gottfried Ludwig Frank, ou Júlio Frank, em 1º de março de 1835, como padrinho de meu antepassado Júlio Roos (era filho de Luís Roos e Anna Maria) em seu batizado, acompanhado da madrinha Maria Margarida, ambos solteiros, aquele

⁴² ROTHFUSS, Daniela. Famílias Brasileiras de Origem Germânica. (Há uma diferença entre B e ß. Uma é o “ss” (ou chamado “sz”) do alemão e a outra é a letra beta do grego. A família optou por utilizar somente o nome Ablas, com um “S”, 2012, p. 31-33.)

VENTURA, Eloy Câmara. *A Rua Quintino Bocaiuva, berço dos Imigrantes Alemães*. ebook, p. 18, 2019. Instituto Martius Staden, São Paulo, www.martiusstaden.org.br

da Freguesia da Sé e esta da Santa Efigênia, e prosseguindo as demais testemunhas desta freguesia.

Do exposto, cumpre destacar, primeiramente, o nome do afilhado “Júlio”, na época era comum homenagear os afilhados com o nome dos padrinhos, assim, essa deve ter sido a origem do nome; outra questão é quanto à religiosidade de Júlio Frank. Muitos historiadores alegam que, ao falecer, como os cemitérios da época eram católicos, recusaram-se a fazer o seu sepultamento. Nem mesmo o antigo cemitério da Glória, onde eram enterrados os pobres e indigentes, permitiu o sepultamento por ser ele protestante. A solução então encontrada pelos estudantes e corroborada pelo diretor da faculdade, Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, que não contou com a aprovação do Bispo, foi de realizar o sepultamento no pátio da Faculdade de Direito.

Entretanto, faço as seguintes ponderações: Júlio Frank foi aceito como “padrinho” pela Igreja Católica, segundo constou no texto: (...) aquele da Freguesia da Sé (...)” Talvez, Júlio Frank fosse ateu e personalidade influente na época, frequentava a Igreja da Sé, próxima de sua residência e da Academia de Direito local em que lecionava, mais para cumprir a agenda social que por religiosidade, concluindo acredito que ele fosse na verdade maçom (VENTURA, p. 63 a 73)⁴³.

No ano de 1837, houve a decisão do Governo de enviar o Major João Bloem à Alemanha – que era diretor da siderúrgica de Ipanema – para que recrutasse imigrantes qualificados da construção civil para prestar serviços de sua especialidade em Ipanema e em obras públicas de São Paulo. Dessa forma, 227 imigrantes foram transportados pelo veleiro Clementine, da empresa J.F.W. Iken & Co de Bremen deve ter atracado em Santos no fim de outubro de 1838 e a viagem para Cubatão e Ipanema ocorreu em seguida. Os imigrantes eram em sua maioria prussianos, dos quais 56 se fixaram na Siderurgia de Ipanema em Sorocaba e o restante, 171, foram empregados na construção da estrada Cubatão e obras em São Paulo.

O Prefeito de Krefeld endereçou, em 1º de agosto de 1838, ao Major Johann Bloem uma carta de referências e apresentação do geômetra (agrimensor) Sr. Bresser, acrescentando que ele tinha na comunidade o suficiente para viver, sendo um cidadão casado e respeitado e afirma que ele era habilidoso e assíduo trabalhador.

A carta de recomendação faz referência à hipótese de, havendo a sua morte prematura, por certo iria assegurar uma quantia – seguro – à sua mulher e outras considerações à família, pobre etc., assinado por Leysner, Prefeito de Krefeld.

Como visto, ele embarcava em condições especiais para o Brasil, visto que assinara, ainda em Bremen, um contrato de trabalho, redigido no idioma alemão, lhe assegurando todos os direitos e privilégios que não eram estendidos aos demais trabalhadores embarcados no Clementina. Dessa forma, ao formalizar o contrato, o Major Bloem demonstrava estar assumindo responsabilidades de

⁴³ VENTURA, Eloy Câmara. Ob. Cit.

contratante em nome de Daniel Pedro Muller, diretor de Obras Públicas da Província de São Paulo, conforme veremos:

Vamos destacar algumas considerações da referida celebração: Contrato de Prestação de Serviços – Premissas iniciais: o contratado obriga-se, no período de cinco anos consecutivos, a projetar a construção da estrada, através das serras de Cubatão, Província de São Paulo, no Império do Brasil, esboçar projetos, fazer orçamentos e dirigir a construção. E a seguir outras obrigações de prestação de serviços do contratado. Prosseguindo, encontramos: em contraponto, (o contratante) o Governo da Província de São Paulo obriga-se a fornecer ao Sr. Agrimensor C. A. Bresser a) um salário de 1.500\$000 ao ano, que será pago mensalmente; b) uma boa e salubre e apropriadamente mobiliada moradia, para ele e para a sua família; c) passagem paga para ele e família. E, segue, item 4: Ao término do presente contrato e cumprimento de todas as condições, o Governo se compromete a pagar ao Sr. Bresser a quantia de Lio St. para a viagem de volta, caso não se concretize um novo contrato. E, ainda, **d)** mais 25 Lio St. para a família, caso o Sr. Bresser venha a falecer no país, o que se Deus quiser não venha a acontecer. E, na conclusão, enuncia os requisitos da formalização, com a apresentação de seu diploma ao Governo de São Paulo; e o pagamento pelo contratante, do salário, mediante sua assinatura. Lavrado em Bremen, em 1º de agosto de 1838.

Algumas ponderações quanto ao nome Karl Abraham Bresser: vale mencionar as considerações de ROTHFUSS (2012, p. 31-33)⁴⁴ em relação ao emprego dessa letra, um é o “ss” (ou chamado “sz”) do alemão e o outro é a letra beta do grego. No presente caso, não sabemos se foi o mesmo que optou pelo uso de dois “ss” ou se essa prática lhe foi imposta pelos responsáveis legais quando de seus primeiros registros no Brasil, pelo som com que o seu nome produzia quando era pronunciado, mas o que prevaleceu foi a utilização da grafia sempre com dois “ss” a partir de então.

Carlos Abrão Bresser, nasceu em Krefeld, na Prússia em maio de 1804, primeiramente desembarcou em Santa Catarina, (1836) - registros encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, confirmam ele ter chegado ao Brasil acompanhado de uma companhia feminina, (uma certa Bibi ou Berta Bresser, que retornou a Alemanha por não ter se adaptado a vida no Brasil), porém, a afirmação e de que essa Bresser seria sua irmã - e, dois anos depois, em 1838, resolveu aceitar o convite do marechal Daniel Pedro Muller, para ser instrutor de obras (major de engenheiros), naquela longínqua cidade – São Paulo -, que então contava com cerca de 60 mil habitantes. Os pesquisadores ressaltam que na realidade ele era geômetra (agrimensor) e não engenheiro civil.

Em São Paulo, adquiriu – segundo relata a sua bisneta Diva Bresser, a chácara foi adquirida de monges franciscanos por sete contos de réis - uma chácara no bairro do Brás de um perímetro considerável, pois abrangia grande área atual da Rua Bresser e se prolongava pelo atual bairro do Belém, abrangendo assim parte de várias ruas nas proximidades, iniciou a construção, de mais de 200 casas e

⁴⁴ ROTHFUSS Daniela. Obr. Cit. Idem.

galpões, das quais ele próprio e seus descendentes passaram a explorar o aluguel, passou a viver com a irmã do marechal Muller, Anna Clara Müller, austríaca de Viena, onde nasceu em 1º de março de 1813, Karl e Anna tiveram cinco filhos: Carlos Augusto, Clara Albertina, Carlos Adolfo, Carlos Alberto e Carolina Augusta.

Além da chácara que levaria o nome da família, adquiriu, em 1846, por 100 mil réis à vista, um sítio e “terras adiante do Ypiranga”, que pertenciam a Lenardo Langenekhard e sua mulher, Catharina Stein, sete anos depois vendido a Germano Yunker, pelo dobro do preço. Era também proprietário de uma casa por ele construída no atual Largo de São Francisco (antigo Largo do Capim), que a transformou em pensão, pois o imóvel era vizinho à Academia de Direito, propiciando que os jovens acadêmicos, vindos de outras localidades, fizessem as suas refeições naquele local, para isso valia-se de anúncios nos jornais da época divulgando a sua atividade – anos mais tarde, transformado no famoso Hotel Palm – era também proprietário de vários lotes de terrenos no Catumbi (Vila Maria) e muitas outras propriedades no Brás e adjacências.

Os registros comprovam que, além de perceber um salário fixo do governo e atuar como construtor, aplicava os seus proventos investindo no aprimoramento de sua chácara, na construção de moradias, no cultivo das terras com plantações e até criação de algumas cabeças de gado, e no cultivo principalmente de hortaliças e suas videiras com muita dedicação em que deu início, como um dos pioneiros, na fabricação de cervejas e vinhos, especialmente os licorosos, e ainda atuava na especulação de compra e venda de bens imóveis.

Fica evidente que ele soube, e muito bem, usufruir da celebração de sua contratação firmada no exterior em 1838, inclusive com cláusulas de seguro de ressarcimento na hipótese de ruptura imotivada da contratação por parte do contratado. Assim, a sua atuação no país esteve sempre assegurada com o salário que recebia e outras fontes alternativas de renda que eram fruto de sua expertise que demonstrava ter, seja atuando como “construtor civil”, sendo na verdade de formação “agrimensor”, seja atuando em múltiplas atividades, tais como “cartógrafo” na elaboração de mapas, de rendas usufruídas na corretagem de imóveis, venda de gêneros agrícolas, na fabricação de vinhos licorosos e outras atividades, e impulsionando suas práticas comerciais com anúncios que promovia nas publicações da época. Era um hábil marqueteiro.

Foi comprovada a existência de um contrato formal de prestação de serviços domésticos entre Carlos Abrão Bresser e Anna Clara Muller. Segundo o registro, o original foi feito à mão e, nove anos depois, lavrado em Cartório.

Escritura de Contrato que fazem Carlos Abrão Bresser e Dona Anna Clara Muller, em 1850: com as premissas de praxe, registramos: “aos 2 de julho de 1850, [...] em meu Escritório compareceu Carlos Abrão Bresser que reconheço pelo próprio de que dou fé, e por ele me foi dito na presença de testemunhas abaixo nomeadas, e assinadas, no princípio do ano de mil oitocentos e quarenta e um, ajustou-se com Dona Anna Clara Muller para ir tomar conta do governo econômico de sua casa, e administrá-la completamente, obrigando-se ele

outorgante a pagar-lhe anualmente a quantia de 150 mil réis, a qual ficaria em poder dele outorgante até sua morte, ou até que a dita Dona Anna Clara Muller não queira mais permanecer em sua casa; e como tivesse ele outorgante passado em papel de mão neste contrato naquela data, para maior segurança o confirma por esta Escritura na forma sobredita, afim de ter todo o vigor e reproduzir os efeitos legais, ficando de nenhum momento aquele papel particular. E de como assim o disse, passei a presente Escritura por me ter sido apresentado bilhete de Distribuição” [...]. Conclui com as formalidades e assinaturas, inclusive do Tabelião.

Do acima exposto, percebe-se a preocupação de Bresser em assegurar ao que hoje chamaríamos de um Contrato de Prestação de Serviço, nomeando gestora de seus negócios a sua companheira a fim de garantir-lhe uma estabilidade na hipótese de eventual ausência por morte.

E, mais, Escritura de Declaração: em 2 de julho de 1852, ele comparece perante o Tabelião, José Rodrigues, afim de formalizar uma Escritura de Declaração a favor de Dona Anna Clara Muller, como abaixo se declara: “em presença de testemunhas, abaixo nomeadas e assinadas que todo o gado *vacum* existente na sua chácara na freguesia do Brás, e no Sitio dos Moinhos, pertencer exclusivamente à Dona Anna Clara Muller, *que mora em sua companhia*, por ser parte comprada com dinheiro da mesma, e parte por doação, e afim de que a todo o tempo não haja qualquer dúvida a respeito faz esta declaração muito de sua livre e espontânea vontade, ficando por este modo tranquila a sua consciência”.

Dessa forma ele formaliza o que hoje chamaríamos de Termo de Convivência Marital, assegurando que, em sua ausência, por morte, o seu patrimônio pertenceria a sua companheira e procura justificar a origem dos recursos, que parte havia sido adquirida *por ela, com os proventos próprios, parte a título de doação*, para que não paire dúvida futura quanto à origem dos bens, que estavam sendo doados.

Em 13 de julho de 1850, formalizou o seu testamento, portanto seis anos antes de sua morte – ocorrida em 26 de março de 1856 – *de forma cerrada*, conforme se denominava naquela época, para ser aberto após a sua morte, de fato, no dia seguinte, ou seja, no dia 27, segundo consta da certidão de óbito, o testamento foi aberto na residência do Doutor Juiz Provedor Joaquim Inácio Ramalho.

Pelo documento, ele falecera no dia anterior, ou seja, 26 de março de 1865, às 20h, em sua casa, sita no Largo de São Francisco, aos 52 anos de idade.

Nas declarações iniciais do testamento consta: “Declaro que sou natural d’Alemanha, filho legítimo de Christiano Germano Bresser, e de Elisabeta Himes, também naturais d’Alemanha, e ambos falecidos”.

No testamento, ele assim dispõe: “ Declaro que deixo por meus Testamenteiros em primeiro lugar a Dona Anna Clara Muller em segundo lugar a Jacob Michels, e em terceiro lugar Daniel Vedchen, aos quais peço, rogo queiram ser meus testamenteiros para cumprirem e fazerem se cumpram as poucas disposições

que neste meu testamento passo a declarar, e para o que lhes deixo o prazo de dois anos para a conta, e caso não possa prestá-la no dito prazo por alguns justos motivos, em tal caso rogo ao Juízo a que pertencer a conta da mesma haja de prorrogar (sic) por mais tempo na forma da lei”.

E prossegue com a sua disposição de vontade: “Declaro que deixo a Dona Anna Clara Muller toda a minha mobília em recompensa a bons serviços que a mesma Senhora me tem prestado, no governo da minha casa”.

Algumas considerações, ao formalizar o testamento, constatam-se que ele deliberou pela prática somente após o falecimento de seus pais e, nada constou em relação a sua esposa na Alemanha.

Na escritura formalizada do contrato de 2 de julho de 1850, ele assegurou a Anna Clara Muller o controle de seus bens, que ele denomina de governo econômico de sua casa e administrá-la completamente, isso deve ser entendido de forma ampla, mediante a percepção de uma remuneração pelos serviços prestados, ressalvando que a validade dessa celebração deverá retroceder a nove anos antes, ou seja, 1841, visto que o contrato originário foi elaborado de forma escrita à mão, celebrado entre às partes, então denominado “contrato de papel”.

E, na Escritura de Declaração de 2 de julho de 1852, ele ressalva que o rebanho de gado vacum é de propriedade de Anna Clara Muller. Essa manifestação demonstra a sua preocupação em garantir a ela os bens de maior relevância na hipótese de ele falecer.

E em seguida: “Declaro que tenho os filhos seguintes: Carlos Augusto, Clara Albertina, Carlos Adolfo e Carlos Alberto Jacob, os quais sendo naturais, por esta verba os legítimo, como se de legítimo matrimonio os houvesse tido; e por isso os declaro por meus legítimos herdeiros de todos os meus bens, que ficarem, depois de cumpridas as minhas poucas disposições”. E termina com as formalidades de praxe.

Alguns estudiosos indagam não ter constado do referido documento a sua filha Carolina Augusta, não obstante, a justificativa de ela ter nascido três anos após a data do celebrado documento, mas também é verdade que tais atos podiam ser modificados, no prazo de sua vigência, por fatos supervenientes ou de vontade do doador e, assim, serem retificados, ratificados ou alterados, mas o fato é que isso não correu, de forma que somente resta a interpretação da justificativa da data.

Após a sua morte, Ana Clara Muller, ou “Madame Bresser” como ficou conhecida, assumiu a administração da chácara no Brás e de seus negócios (que conforme os documentos públicos lavrados dos quais já era a gestora), e os gêneros e produtos agrícolas eram por ela comercializados no bairro e, por ela própria, no início à frente de sua residência no Largo de São Francisco e, posteriormente, em um novo ponto comercial na Rua das Casinhas, tornando-se conhecida como uma das maiores quitandeiras da época, faleceu aos 77 anos no dia 4 de fevereiro de 1891.

Com a morte de Bresser, Anna Clara Muller e seu filho mais velho, Carlos Augusto, prosseguiram na mesma prática antes adotada por Bresser em requerer Carta de Doação de áreas na localidade do Brás e, conforme registro, obtiveram êxito nessa empreitada, assim se explicam as denominações dos nomes da família, nas atuais ruas do Brás – fato comum na época –, como Rua Müller, e em outras designações de vilas com as denominações de membros da família Bresser.

Da passagem dos alemães pelo bairro do Brás, a mais marcante para história foi, sem dúvida, o nome do alemão Bresser, pois hoje é nome de rua, viaduto, estação do metrô, terminal rodoviário e, também, as vilas Gustavo Bresser e Júlia Bresser, nas proximidades da Rua Silva Teles, e a Vila Izaura Bresser, na Rua Cachoeira, todas no Brás – bairro ao qual a história da família de mesmo nome sempre esteve intimamente ligada.

E outras referências na cidade: Rua Professor Alfredo Bresser, no Tucuruvi, e a Escola Estadual Alfredo Bresser, na Rua Sumidouro, em Pinheiros.

Vale registrar que, durante 35 anos, entre 18 de outubro de 1902 e 5 de dezembro de 1937, circulou pelas ruas paulistanas um bonde chamado Bresser. Eram cinco carros com o número 38, da fábrica inglesa Hurst Nelson, que percorriam nove quilômetros. O Bonde Bresser saía do Largo do Tesouro – e, a partir de 1920, do Largo da Sé –, passando pelas ruas General Carneiro, Gasômetro, Travessa do Brás, Piratininga, Visconde de Parnaíba, Hipódromo, Santa Cruz Bresser, Silva Teles, Maria Marcolina e Rangel Pestana. Atualmente, um daqueles carros, recuperado de acordo com os padrões originais, ainda percorre, em datas especiais, a título de passeio turístico, um trajeto de 600 metros entre o Memorial do Imigrante, na Mooca, e a estação Bresser do Metrô (UNZELTE, 2003)⁴⁵.

Na história do bairro do Brás, não podemos deixar de registrar o marco da imigração no local, ou seja, o atual Museu da Imigração, antes denominado Hospedaria de Imigrantes de São Paulo:

“Como já abordamos em outras postagens, é importante destacar que o nome ‘Hospedaria de Imigrantes de São Paulo’ responde, na verdade, por duas hospedarias principais da cidade: a Hospedaria do Bom Retiro, cujo funcionamento oficial ocorreu entre 1882 e 1887, e a Hospedaria de Imigrantes do Brás, que exerceu suas atividades entre 1887 e 1978 e onde atualmente encontra-se o Museu da Imigração.

Da consulta a dados do museu, temos: os primeiros registros de alemães que existem em nosso acervo são de maio de 1882; ou seja, tais imigrantes ficaram alojados na hospedaria do Bom Retiro, e não no Brás, que ainda não existia.

Entretanto, se pela hospedaria do Bom Retiro passaram pouco mais de 500 alemães, pela hospedaria do Brás eles foram mais de 20 mil.

⁴⁵ UNZELTE, Celso. A Família Bresser na História de São Paulo, idealizado por Diva Bresser Organizado pelo autor. Editora Saraiva, 2003.

Aliás, foi um alemão, Mateus Häussler, o responsável por projetar o edifício da Hospedaria. A princípio, esses milhares de alemães que por aqui passaram eram principalmente camponeses. Já na década de 1950, eram profissionais especializados, tais como: mecânicos, soldadores, secretárias, advogados etc., bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Homens e mulheres, em família ou sozinhos, chegaram a São Paulo e se alojaram na hospedaria por alguns dias.”⁴⁶

Consultando os dados da imigração alemã em Santos, encontramos: cerca de “260 mil alemães desembarcaram no Brasil entre 1824 a 1972. Em Santos, como mencionamos, começaram a chegar oficialmente a partir de 1827. Foram os primeiros imigrantes do Estado de São Paulo.”⁴⁷

Alguns alemães que chegavam a São Paulo, com mais recursos ou talvez com maior *expertise* financeira e se dedicaram – e se deram muito bem – à agiotagem, entre eles, citamos Jacob Michels, que chegou a São Paulo por volta de 1840, provavelmente requisitado para trabalhar em obras públicas, acabou proprietário, além de sua chácara em que residia no Brás, de muitas outras propriedades nas proximidades, algumas até transacionadas com Carlos Abrão Bresser de quem se tornaria um amigo fiel, nomeado em seu Testamento com o encargo de Testamenteiro por eventual ausência de sua companheira. Assim, além de Jacob Michels, os registros da Daesp mencionam: Leonardo Loskiell, Daniel Bebber/Boeber, Eduardo Haggemann, Bernardo Diederichsen e Germano

Frederico Borghoff, que efetuavam empréstimos a seus patrícios mediante garantia hipotecaria conforme compravam os registros de imóveis daquela época.⁴⁸

Quanto ao aspecto educacional, muito se questiona em relação a não preservação do idioma pátrio e da cultura, para os imigrantes alemães que haviam adotado o Brasil como sua nova pátria, mas especificamente, a comunidade alemã radicada no bairro do Brás, conforme iremos verificar e está perfeitamente documentado que era grande o número de crianças e jovens que já frequentavam unidades de ensino.

Temos o registro da unidade de ensino no bairro do Brás: Colégio Alemão, Mooca Brás, fundado em 1868, pela Associação Escola Alemã Mooca-Brás, sediado inicialmente na atual Rua Brigadeiro Machado, esquina do Largo da Concórdia, sendo que os responsáveis pela “Associação” eram os senhores Gustavo Kuss e Bernardo Blekmam. Para a época, era um empreendimento arrojado. Preocupados com a formação dos imigrantes, em sua maioria filhos dos chacareiros domiciliados do bairro, ministrando com o currículo escolar normal aulas de idiomas, alemão, inglês e outros, biblioteca e práticas esportivas. Chegou a formar um número expressivo de jovens.

⁴⁶ Portal do Governo do Estado – Museu da Imigração.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/maior-porta-de-entrada-de-imigrantes-do-pais-santos-tem-diversidade-de-nacoes>>.

⁴⁸ Daesp, Livros de Notas do 2º Cartório da Capital, Ordem: E12097, Livro: 0042, Anos: 1842-1843, p. 50.

Em 1910, a “Associação”, tendo em vista adquirir ou construir sede própria, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o registro de seus estatutos sociais em sua edição do ano 20º, 22º da República, nº 182, de 24 de agosto de 1910, devidamente aprovado pela Junta Comercial.

Na continuidade, na consulta aos cartórios localizamos: certidão do 3º Ofício de registro de imóveis de São Paulo, transcrição 16.048, de 18 de outubro de 1921, Livro K1, fls.180, Ficha 01, a compra de um imóvel na Travessa do Hipódromo, no Distrito da Mooca, identificados como prédio nº 93, na Rua João Caetano – antiga Travessa do Hipódromo, nº 2. Valor R\$ 12.500\$000.⁴⁹

E certidão do 3º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, transcrição 24.447, de 25 de outubro de 1923, Livro Q2, fls. 227, Ficha 01, a compra de dois imóveis na Travessa do Hipódromo, no Distrito da Mooca, identificados como único prédio de nº 113 na Rua João Caetano – antiga Travessa do Hipódromo – antes prédios de nºs: 25 e 27. Valor, R\$ 35.500\$000.

No ato da lavratura do instrumento público da aquisição dos bens móveis, a Associação foi representada pelo seu Presidente, Gustavo Kuss, e pelo tesoureiro, Bernardo Blekmam.

Acredita-se que o valor da transação tenha sido obtido mediante doação da Cia. Antarctica Paulista, pois esta, além de incentivar o lazer através da prática do futebol a seus operários, no antigo domicílio da Água Branca, denominado de Parque Antarctica, contribuía para a formação de centros assistenciais, hospitalares, educacionais e culturais, para os seus funcionários e familiares.

Prosseguindo da leitura do teor da Certidão do 7º Oficial de Registro de Imóveis, transcrição nº 34.501, datada de 29 de janeiro de 1947, o Centro de Assistência Social Brás-Mooca, adquiriu a *título de transferência de bens resultantes da arrecadação feita pela União Federal do patrimônio*, pertencente a ex- Associação de Cultura Alemã Mooca-Brás ou Associação Escola Alemã Mooca-Brás, representada pela *interventoria* Federal do Estado de São Paulo, na qualidade de seu delegado e representada pelo Procurador da Procuradoria Judicial do estado, devidamente autorizados como arrecadante dos bens da Associação de Cultura Mooca-Brás ou Associação Escola Alemã Mooca-Brás, nos termos da escritura de 10 de julho de 1946, do Tabelião de Notas desta Capital pelo de Cr\$374.000,00, os seguintes imóveis, no subdistrito da Mooca:

- a) “um prédio à rua João Caetano, nº 93, ...”;
- b) “um prédio sob o nº 113, antigos nºs 25 e 27, ...”.
- c) E, na continuidade, ... É arquivado nesta serventia na forma prevista no Provimento nº 17/99 da E. Corregedoria Geral da Justiça deste Estado, o Ofício n. 175/03-1º, datado de 15 de maio de 2003, expedido pelo D. Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível do Foro Central desta Capital, extraído dos

⁴⁹ Nº 3 – 27/4/2018. A presente ficha foi aberta com o traslado do inteiro teor da transcrição, extraído do livro nº 3 – Transcrição das Transmissões, conforme autorização do MM Juiz Corregedor Permanente exarada dos autos do processo nº 583.00.2004.120426-0 (Ermos Bernardo de Souza, Auxiliar de Registro – Joelson M. Martins, Escrevente autorizado).

autos da Ação de Procedimento Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Centro de Assistência Social Brás-Mooça, solicitando providências desta serventia no sentido de não registrar o compromisso de venda e compra do imóvel situado à rua João Caetano nºs 93/113, até o julgamento final do feito ou revogação da decisão, tendo sido deferida a tutela antecipada em 24 de outubro de 2002. O referido é verdade é da fé. São Paulo, 21 de março de 2018.

Do acima exposto, comprova-se o confisco de bens havida durante o governo Vargas que acarretou sérios prejuízos a comunidade alemã privando-os de uma unidade qualificada de ensino. O fato serve para desmistificar – o entendimento de alguns estudiosos – as teorias *do desinteresse dos alemães em preservar a sua cultura e seus costumes e o próprio idioma*, o que contribuiu, *por sua inércia ao retrocesso cultural, para o que denominaram “acablocamento”* (miscigenação), o que concluímos não ser verdadeiro, pois, até a presente data, o acervo “eminente cultural” – foi totalmente destruído – e os bens imóveis confiscados na perseguição imposta durante o regime da ditadura Vargas ao Colégio da Associação Alemã, encontram-se ainda em litígio, conforme se comprova pelos fatos descritos do Centro de Assistência Social (CEI) – Brás-Mooça (Certidões, Registros de Imóveis)⁵⁰.

Em artigo sobre os imigrantes alemães no centro de São Paulo, a Rua Quintino Bocaiuva, o berço dos Imigrantes alemães, Ventura aborda com propriedade a perseguição da ditadura Vargas aos países do eixo, Japão, Itália e Alemanha. A partir de 1942, essa prática foi acentuada, empresas de “súditos do Eixo” foram expropriadas, funcionários demitidos (Decretos-Lei 3.911, de 9 de dezembro de 1941; 4.166, de 11 de março de 1942, e portaria 5.408, de 28 de abril de 1942). Para depósitos inferiores a dez contos, 10% tinham de ser transferidos para o Banco do Brasil e chegava a 30% para os superiores a cem contos. O governo justificou o confisco como reparação por danos de guerra, amparado pelo Decreto 4.166, *supra* mencionado, segundo o qual os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses ou italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo ao Estado brasileiro, pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, de atos de agressão praticados pela Alemanha, Japão ou Itália.

Os bancos desses países foram nacionalizados, assim o Banco Alemão Transatlântico, o Banco Germânico da América do Sul e o Banco Francês e Italiano para a América do Sul – em decreto posterior de 14 de junho de 1943, asseguraram garantia de emprego – em outros bancos, casas bancárias e caixas econômicas – acrescentando que a realocação dos bancários era um “dever de solidariedade social”. A medida tinha como objetivo preservar os interesses econômicos e financeiros do país.⁵¹

⁵⁰ 8º Tabelião de Notas – São Paulo, SP, Certidão da Escritura de Venda e Compra de 28/6/2018. Certidões de transcrição das transmissões do 3º Oficial de Registro de Imóveis de nºs 16.048, de 18/10/1921, Liv. KI, fls. 180, e 24.407, de 25/10/1923, Liv. 02, fls. 227 emitidas em 27/4/2018.

⁵¹ CYTRYNOWICZ, RONEY, p. 437 e sgs. São Paulo e o *front* interno na Segunda Guerra Mundial, História da Cidade de São Paulo. *A Cidade na Primeira Metade do Século XX*. Editora Paz e Terra S.A. São Paulo, 2004.

Do exposto, temos que a intervenção Vargas atingiu não só o sistema financeiro, mas, também, as entidades culturais e esportivas consideradas “estrangeiras” foram forçadas a “nacionalizar” seu nome sua diretoria que deveria ser composta de “brasileiros natos”. Este processo ocorreu com entidades ligadas às várias comunidades.⁵²

A seguir, vamos tecer alguns comentários sobre outros estabelecimentos de ensino na formação do bairro, iniciando pela conhecida Escola Estadual Romão Puiggari, o “Primeiro Grupo Escolar do Braz” – de ensino público – como era chamado anteriormente tem sua origem no começo da segunda metade do século 19, ainda no Brasil Imperial, em um outro imóvel em que funcionava no bairro. Em 1895 as autoridades começaram a debater a construção de um novo edifício para escola, pelo fato que o imóvel existente já era incapaz de atender de maneira eficiente o cada vez maior número de alunos.

Foi no início de 1898 que Bernardino de Campos, então presidente do Estado de São Paulo, determinou a construção da nova escola. Com projeto arquitetônico de Ramos de Azevedo, suas obras foram executadas pelo engenheiro Pedro de Mello e Souza Júnior, sendo entregue concluída ao final do primeiro semestre do mesmo ano.

O grupo escolar foi inaugurado em 15 de agosto de 1898, passando a atender inicialmente um total de 1031 alunos. Não demorou para que a instituição se transformasse em uma das mais importantes de capital paulista.

Localizado na Avenida Rangel Pestana, nº 1482, no Largo da Igreja Bom Jesus do Brás, importante elo entre a região leste e o centro da cidade. O grupo escolar sofreu uma grande reforma no ano de 1926, ocasião em que teve parte de sua estrutura comprometida por um incêndio. Apesar da reforma, a arquitetura original idealizada por Ramos de Azevedo não sofreu alterações.

O Tombamento ocorreu com o Processo: 24929/1986 – Resolução de Tombamento: Resolução SC 60, de 21/7/2010.⁵³

Na continuidade, encontramos o registro do “Segundo Grupo Escolar do Brás”. Grupo Escolar Eduardo Prado.

Foi instalado em 4 de novembro de 1896, e inicialmente funcionou apenas com a seção masculina, em prédio adaptado, na Avenida da Intendência, nº 12.

⁵² Há o registro dos campos de internação de cidadãos alemães no interior de São Paulo, como foi o caso da tripulação do navio Winduck, é interessante ao tratamento emblemático do campo de concentração “à brasileira”. A história: em 1939, o navio Winduck deixou Hamburgo rumo à África. Iniciada a guerra, o navio recebeu ordens de voltar para a Alemanha, mas a Marinha de Guerra inglesa impediu e o navio foi à Argentina e, por fim, veio ao Brasil, porto neutro, aportando em 7 de dezembro de 1939, camuflado como navio japonês de nome Santos Maru. Os menos de vinte passageiros que ainda estavam a bordo viajaram livremente para outros locais. Os 244 tripulantes do Winduck ficaram morando no navio, depois na Cidade de Santos e em São Vicente, recebendo regularmente seus salários e em liberdade. Com o rompimento de relações, em 29 de janeiro de 1942, foram presos, primeiro na Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e depois levados a cinco instalações governamentais improvisadas como prisões no interior, em Bauru, Ribeirão Preto, Pirassununga, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, onde permaneceram até o fim da guerra, em agosto de 1945, tudo conforme relata Camões Filho (FILHO, Camões. O canto do vento. A história dos prisioneiros alemães nos campos de concentração brasileiros. São Paulo: Scritta, 1995).

⁵³ Disponível em: <www.ipatrimonio.org> (sao-paulo-e-e-romao-puiggari).

Criada a seção feminina, por decreto de 11 de janeiro de 1900, foi adaptado o prédio da Rua Almirante Barroso, nº 3, onde passou a funcionar o estabelecimento, a partir de 1º de março daquele ano. No dia 9 do mesmo mês e ano, foi instalada a seção feminina. O seu primeiro diretor foi o professor Miguel Carneiro Júnior. Esse estabelecimento foi responsável pela alfabetização e formação no ensino básico de um número considerável de crianças e jovens da região, do Brás, Pari, Vila Guilherme e outros bairros próximos.

Pela Resolução nº 24 da Secretaria de Estado da Educação/SEE, de 28/1/1976 (DO 29/1/1976), o Grupo Escolar Eduardo Prado fundiu-se com o Colégio Estadual Duque de Caxias (criado pela lei nº 2.914, de 4/1/1955).

Foi transformado em EEPSG Eduardo Prado, no ano de 1993. Atualmente, a escola oferece Ensino Fundamental.

Prosseguindo, temos a atual EE Padre Anchieta, criada como Escola Normal do Braz, em 24 de dezembro de 1912, e instalada em 31 de março de 1913, também denominada “Terceiro Grupo Escolar do Brás”. Iniciou suas atividades como escola exclusivamente feminina e foi projetada pelo engenheiro Manuel Sabater, tendo como diretor o professor Sebastião Dias. Posteriormente, recebeu os nomes de Escola Normal Feminina da Capital, Escola Normal Padre Anchieta (1920), Escola Normal e Ginásio Estadual Padre Anchieta e Instituto de Educação Padre Anchieta, em área de considerável tamanho, de frente para a Avenida Rangel Pestana, 2401, quase esquina da Rua Dr. Ricardo Gonçalves e nos fundos para a Rua Visconde de Abaeté, nº 154, onde funciona atualmente a EE Padre Anchieta. Esse edifício anexo, construído em 1955, fica no terreno contíguo ao edifício anterior.

Durante o período em que funcionou como escola exclusivamente feminina, foi responsável pela formação de um grande contingente de professoras, das quais muitas seguiram no aperfeiçoamento do ensino, aprimorando os seus conhecimentos no ensino pedagógico e aperfeiçoando os ensinamentos como diretoras do ensino público em inúmeras escolas e tiveram uma importância significativa na formação cultural de crianças e jovens da maioria das escolas públicas na capital e no interior do estado.

A partir de 2017, o prédio do antigo instituto de ensino funciona como Escola de Teatro, instituição da Secretaria da Cultura do Estado.⁵⁴

Posteriormente, outros estabelecimentos de ensino marcaram presença na história do bairro voltados especialmente a área técnica, assim, Colégio Comercial 30 de outubro e a Escola de Comércio “Barão de Mauá”, este último pertencente à família do Vice-Governador São Paulo Hilário Torloni, ambos responsáveis pela formação em nível médio de um elevado número de jovens nos ensinos técnicos de finanças e contabilidade, além do Liceu Acadêmico São Paulo que existia na Rua Oriente e o Colégio Bom Jesus Santo Antônio do Pari, que também encerraram as suas atividades.

⁵⁴ Maria Elizabeth Peirão Corrêa, et al. Arquitetura escolar paulista: 1890 – 1920, de, 1991. Nome atribuído: E. E. Padre Anchieta. Localização: R. Visconde de Abaeté, nº 154 – São Paulo – SP. Número do Processo: 25591/87 e 24929/1986. Resolução de Tombamento: Resolução 30, de 17/6/1988, e Resolução SC 60, de 21/7/2010. Disponível em: <www.ipatrimonio.org> (sao-paulo-e-e-padre-anchieta).

Com o desenvolvimento, o bairro do Brás acabou atraindo outros alemães que enxergavam um grande potencial imobiliário a ser explorado, assim, encontramos os registros de Martim Burchard, que chegou à capital por volta de 1870, e nessa época conheceu o mascate Victor Nothmann, que viria a ser seu sócio na década seguinte e, mais tarde, junta-se a eles o suíço Friedrich Glette – que, entretanto, não residia na cidade, mas na Corte, como se dizia na época da cidade do Rio de Janeiro.

Além de comerciantes, passaram a desenvolver e atuar consideravelmente nos negócios imobiliários, sendo considerados os maiores empreendedores da história, conforme comprovam inúmeras escrituras de compra e venda de imóveis constantes do livro de registro do 2º Cartório da Capital. Adquiriram inúmeras chácaras e casas na região do Marco de Meia Légua, que abrangiam parte dos bairros do Brás, Vila Maria, Belém, Catumbi, Vila Guilherme e Pari.

Em 9 de fevereiro de 1871, encontramos anúncio no jornal O Correio Paulistano em que Victor Nothmann oferta a venda de máquinas de costura industrial para tecidos e na fabricação de calçados, em sua loja na Rua da Imperatriz, nº 33, atual 15 de Novembro. Por volta de 1879, a sua firma de tecidos Victor Nothmann & Cia. se transformou na maior atacadista da cidade, o que lhe propiciou ser nomeado para o cargo de cônsul interino do Império Alemão na Capital.

Foram os responsáveis pelo plano de loteamento e urbanização dos atuais bairros de Higienópolis, Santa Cecília e Campos Elíseos com a abertura de loteamentos, com ruas e casas de alto padrão e, na região do Brás, Belém, Catumbi, Vila Maria, Vila Guilherme, Mooca e Pari, pela venda de inúmeros loteamentos para construção de casas populares, originários de terrenos desmembrados de antigas chácaras.

Em 1877, Guilherme Maxwell Rudge comunica a Câmara ter aberto duas ruas em sua chacara no Bairro do Pari, a fim de prestar serviço público aos moradores e vizinhos. Anos mais tarde, já como Presidente da Câmara, apresentou um projeto de desapropriação de uma área considerável de terras, para dar início a construção de casas populares, porém seu projeto foi recusado, pois no entendimento da Câmara não havia justificativa para a aprovação do projeto a não ser interesse pessoal do autor.

No mesmo ano, Júlio Joly e José Bento Ferreira solicitam permissão para abrir ruas em seus terrenos entre o Pari e a Rua do Brás.

Na época da expansão do Brás, por volta de 1891, ocorreu a oferta por Martim Burchard e Victor Nothmann de 112 metros sobre nove, de um terreno que possuíam para o alargamento da atual Rua Piratininga, ligando-a ao bairro da Mooca.

Em 1865, quando da inauguração da Estação do Brás pela empresa inglesa (São Paulo Railway), o número de prédios existentes no bairro, segundo os lançamentos dos impostos prediais, não ultrapassava 164 casas, e a população era de pouco mais de mil habitantes. Doze anos depois em 1877, ao término da extensão dos trilhos da via férrea entre o Rio de Janeiro e São Paulo, pela

Empresa Férrea Central do Brasil, e com a inauguração da estação do Norte (atual presidente Roosevelt), vamos encontrar a antiga freguesia do Brás com outro aspecto, particularmente em torno do Largo da Concórdia, e nas ruas adjacentes com muitas edificações e a antiga freguesia do Brás com perto de 2.600 habitantes.

E, conforme relato: “A cidade de S. Paulo passou a dispor de três mercados. O do Brás situado na praça da Concordia, *era o mais elegante*, mas o menos concorrido. Era um edifício quadrangular, tendo um pátio com um chafariz e aos lados diferentes casas de negócio. Foi inaugurado em 1897” (PINTO, 1979)⁵⁵.

Este serviu durante muito tempo de local receptor de produtos que eram transportados pelos chacareiros locais, portanto, antes do mercado municipal do Brás, ele foi o pioneiro na realização das denominadas feiras livres, pois os produtores agrícolas se reuniam ao seu redor na praça, transportando em carroças os gêneros agrícolas produzidos que desejavam comercializar e a praça foi adaptada com tanques de bebedouros d’água para os animais que para lá se dirigiam, hoje diríamos que era o embrião do Ceagesp – Centro de Abastecimento do Estado de São Paulo.

O prédio do mercado funcionou até 1906, quando a municipalidade decidiu pelo seu fechamento, Lei nº 892, de 20 de abril de 1906.

Entretanto, no mesmo ano, com a Lei nº 914, de 9 de junho, a Câmara Municipal autorizou o prefeito a arrendar o antigo edifício do mercado, para casa de diversões.

E na pesquisa encontramos: “o prédio do Teatro Colombo era “quadrangular”, tendo no centro um pátio com chafariz e dos lados casas de negócios. Todo rodeado de duas galerias interiores, com madeiramento em forma de xadrez, com quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas”.

Com 30 metros de frente e 20 metros de fundo, o prédio foi adaptado de acordo com as plantas apresentadas à Prefeitura pelo arrendatário, a 21 de janeiro de 1907. A lotação do teatro, de acordo com o alvará expedido pela Prefeitura, que também lhe deu o nome, era de 1.968 lugares, assim distribuídos: 39 camarotes com cinco lugares cada um; 24 frisas com 5 lugares cada uma; 750 cadeiras na plateia, inclusive as dos lugares sob os camarotes de frente; 3 arquibancadas com 216 lugares cada uma; além de 260 lugares em pé, duas filas atrás das arquibancadas (TORRES *In* PINTO, 1979, p. 173).⁵⁶

Na descrição, constatamos que a construção do teatro absorveu grande parte das instalações do antigo mercado, inclusive mantendo o espaço aberto e o chafariz ali existente.

De acordo com a Lei nº 914, o prédio foi arrendado a Pedro França Pinto, mediante uma pensão anual, pelo prazo de vinte anos, sem isenção de impostos, e com reversão das benfeitorias para a Câmara, ao findar o prazo do

⁵⁵ PINTO, Alfredo Moreira, Ob. Cit.

⁵⁶ TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Ob. Cit. In Alfredo Moreira Pinto. Ob. Cit.

arrendamento, não tendo o locatário direito à indenização. A finalidade do arrendamento: “diversos gêneros de espetáculos e diversões próprios de circos, teatros ou café-concerto”.

Para realizar as obras necessárias à remodelação do antigo prédio do Mercado, Pedro França Pinto precisou tomar empréstimo à Companhia Antártica Paulista: a quantia de 100:000\$, pois além do valor do terreno (100:000\$), as obras realizadas pelo arrendatário foram orçadas em 150:000\$.

O Teatro Colombo foi inaugurado festivamente em 19 de fevereiro de 1908 pela Companhia Dramática Italiana do ator Bognese, tendo sido encenada a peça “Maria Antonieta”, de Giacometti. Na continuidade, a Prefeitura, no mesmo ano, ou seja, em 11 de agosto de 1908, através da Lei nº 1.111, autorizou a elevar o prazo do arrendamento para trinta anos, prazo esse novamente alterado em 1913, quando foi elevado para 40 anos, isto é, até 18 de fevereiro de 1948.

Até 1966 o Teatro Colombo foi o “teatro do Brás”, como era carinhosamente chamado, único no gênero, tradicional e querido por todos, abrigando companhias nacionais e estrangeiras, nessa época particularmente italianas, que encontravam sempre um público entusiasta e amigo.

Nesse ano, quando em virtude de sua construção antiga e já bastante avariada, o Departamento de Cultura da Prefeitura já o havia desocupado, um violento incêndio destruiu o velho casarão da Praça da Concórdia. No dia 19 de julho de 1966, os jornais noticiaram, com uma nota de tristeza, o incêndio que destruiu o “tradicional Teatro Colombo” (TORRES, 1969, p. 175).⁵⁷

Alguns estudiosos acreditam que esse incêndio tenha sido criminoso, pois havia interesse da municipalidade na desapropriação daquela área, porém, nada se conseguiu provar (SESSO JR., p. 57-59).⁵⁸

No período áureo das obras públicas na cidade de São Paulo, ou seja, a partir de 1860, a mão de obra alemã por ser mais qualificada foi requisitada para a maioria das obras executadas, da leitura das Atas da Câmara daquela época encontramos seguidamente os nomes de engenheiros e empreiteiros e artífices: Cristiano Seechrist, Cristiano Enderess, Valentino Kanz, Conrad Thomaz e João Roos e seu irmão Philippe Roos e João Reinfrank, que aqui chegaram a partir de 1850 e se uniram a outros que aqui já estavam, mas que não foi possível precisar a data exata de seus desembarques.

Mas os alemães, já haviam se destacado pela realização de obras no bairro do Brás como já evidenciamos, dentre eles, João Roos, que havia se tornado figura bastante popular sendo citado diversas vezes nominalmente nos registros e em atas da Câmara para executar obras futuras, caso julgasse de seu interesse, comprova-se a atuação de João Roos, na testada da Faculdade de Direito e obras no interior do convento e da Igreja de São Francisco, no calçamento de ruas, sistema de pedras macadamizadas – desenvolvido pelo engenheiro escocês John McAdam, em 1820 – mas na época apedregulamento,

⁵⁷ TORRES, 1969.

⁵⁸ SESSO JR., p. 57-59

arruamento, aterro e nivelamento do Largo da Igreja de Bom Jesus do Brás e, no aterro urbanização e retificação do traçado e nivelamento do caminho da Mooca – atual Rua Piratininga e parte da atual Avenida Radial Leste, juntos os irmãos, João e Felipe Roos, foram os responsáveis por inúmeras obras de urbanização e calçamento de ruas e praças no centro da cidade e na Mooca, construção de chafarizes, canalização de rios e córregos.. ATAS da Câmara Municipal de São Paulo, 1862-1865 (VENTURA, 2013, p. 114 e sgs.).⁵⁹

João Teodoro Xavier, que foi presidente da província entre 1872 e 1875, realizou uma série de melhoramentos urbanos que preparavam a cidade para as grandes transformações que estavam para acontecer. Investindo grandes quantias em obras públicas, remodelou o Jardim Público, atual Jardim da Luz, e o Palácio do Governo, atual Pátio do Colégio, Largo dos Curros, atual Praça da República e, também, procedeu a limpeza do leito do rio Tamanduateí, deliberou construir uma pequena área de lazer – uma pequena ilha artificial – no meio do rio, que durante alguns anos ficou conhecida como Ilha dos Amores. Entretanto, como persistiram as inundações no local, em 1899, já no Governo de Antônio da Silva Prado, foi feito um aprofundamento do leito do rio, assim como de seus afluentes e o aterro total da Várzea do Carmo. O antigo leito do rio que se achava na encosta da Tabatinguera, foi totalmente canalizado e os portos ribeiras, antes mencionados no presente texto, desapareceram pois foram aterrados.

Apesar de combatido pelos deputados pelos gastos excessivos que empreendia, o Presidente da província investiu no calçamento da cidade nas ruas centrais, utilizando paralelepípedos, drenou e aterrou áreas inóspitas na região da Várzea do Carmo, deu início a iluminação pública, nas ruas e praças, inclusive a Rua do Brás, fiscalizando pessoalmente a execução das obras.⁶⁰

Na continuidade, a Câmara Municipal decidiu, em janeiro de 1874, pela publicação de editais que definiam o prazo de noventa dias, sem prorrogação, para os moradores da cidade caiassem a frente de suas casas e muros e

⁵⁹ VENTURA, Eloy Câmara. Ob. Cit.

⁶⁰ Alguns artigos e registros relatam que era um tipo excêntrico para a sua época em que era tão formal ao trajar, costumava usar calças amarelas de brim, sobrecasaca, lenço preto no pescoço e cartola.

Existe o relato que, certa vez, ao meio-dia, foram levar-lhe um documento oficial no palácio, atual Pátio do Colégio, e o portador, entrando no gabinete presidencial, encontrou João Teodoro de ceroulas, embrulhado num cobertor vermelho, sentado à mesa de trabalho, com as janelas fechadas e duas velas acesas, escrevendo um relatório.

Diziam os mais próximos que ele produzia melhor à noite, assim, a cena descrita no item anterior passou a posteridade com a seguinte explicação: o portador ao entrar no palácio indagou: O que é isso doutor? Ah, meu amigo, só sei trabalhar à noite. E como tenho pressa de terminar este relatório, vejo-me forçado a tomar estas precauções que me dão a ilusão da noite, mãe do sono e da morte, irmãos gêmeos, protetores do silêncio, do isolamento e da tranquilidade. Pode ir. Diga a seu pai que o documento está entregue e que em palácio é meia-noite (Edison Loureiro, O Canudo do Dr. João Teodoro, São Paulo Passado). Disponível em: <<https://saopaulopassado.wordpress.com>>.

calçassem as suas testadas em todas as ruas em que houvessem guias, conforme as posturas municipais.

Nesse sentido, Moura afirma que o Presidente João Teodoro Xavier foi: “o primeiro que realmente se interessou pelos problemas de urbanismo”, a iniciativa e a realização de importantes melhoramentos públicos, que acabaram por dar à cidade uma feição mais moderna e mais de acordo com os grandes progressos que se registravam na Província.

São desse tempo as atuais ruas: João Teodoro, que une o bairro da Luz ao Brás; Glicério, que contorna a colina central, no rumo ao litoral; Helvetia, que pôs os Campos Elísios em contato com a Luz e o Bom Retiro (MOURA, 1932, p. 236)⁶¹.

Mas a par de todo esse ímpeto de modernidade e melhoramentos, o pacato bairro do Brás sobrevivia com inúmeras chácaras e a não ser no caminho central, Rua do Brás e caminho da Penha, depois Avenida da Intendência e, mais tarde, atuais avenidas: Rangel Pestana e Celso Garcia, a seu redor não existiam ruas ou caminhos de passagem e, a circulação dependia do direito de passagem de uma chacara para outra, que com o crescimento do bairro, começaram a gerar desentendimentos e obstrução pelos proprietários, em relação ao direito de passagem, em virtude das plantações por eles desenvolvidas e até por ocorrências de furto e roubo de animais, gêneros e sementes que começavam a proliferar.

Mas o crescimento da Várzea do Carmo e, mais precisamente, da área do hoje denominado bairro do Brás, começava a preocupar João Teodoro, antevendo o contingente de imigrantes europeus – principalmente imigrantes italianos – que haviam deliberado viajar para o Brasil, segundo os relatórios que recebia, mais precisamente para São Paulo, dessa forma o Presidente da Província preocupava-se com a existência de um local de moradia para poder abrigar o grande número de imigrantes que já começavam a desembarcar, desta forma dá um ultimato aos chacareiros da localidade da Várzea do Carmo – *especialmente Brás e adjacências, Mooca, Pari, Vila Guilherme, Belém, Vila Maria e outros* – ou eles abririam espontaneamente ruas de passagem em suas chácaras, ou o Governo iria tomar a iniciativa, mas através de desapropriações, as quais efetivamente iriam acontecer anos mais tarde.

Esse fato criou um trauma e descontentamento na maioria dos chacareiros da região, como era de se esperar e, principalmente entre os chacareiros alemães, que tanto fizeram para aprimorar a produtividade de suas áreas extraíndo o que dela havia de melhor e sendo os responsáveis pela introdução de inúmeros gêneros agrícolas que eram até então desconhecidos dos paulistas. A manifestação dos chacareiros prosseguiu mesmo no término da gestão de João Teodoro, mas conforme veremos a questão se tornou irreversível.

Conforme registros da época, os proprietários das chácaras: Guilherme Maxwell Rudge, Julio Joly, José Bento Ferreira, José Sampson, Martim Burchard Victor

⁶¹ MOURA, Paulo Cursino de. São Paulo de Outrora (evocações da Metrópole). São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1932.

Nothmann e outros, de forma “espontânea”, deliberaram abrir, por conta própria, ruas de circulação ao redor de suas áreas de terra: por temor de desapropriação pelo Poder Público, mas já antevendo que a saída seria fazer o arruamento e desmembramento da área para venda de lotes de modo a propiciar a construção de moradias populares, no bairro do Brás, Mooca e adjacências, essa prática fica definitivamente consolidada na região a partir de 1900.

A partir da década de 1850, a cidade de São Paulo sofre com as constantes enchentes e o prejuízo não é notado somente nas vias públicas, mas também no tipo de construções existentes, as “taipas”. Assim, começa a haver uma preocupação em se adotar um sistema de construção mais sólido, as olarias, que fabricavam tijolos e telhas, que tiveram origem com os imigrantes portugueses. Ainda era considerada uma atividade restrita, porém os imigrantes alemães começaram a se associar aos portugueses e dar expansão a essa atividade, dessa forma encontramos os primeiros registros da atuação alemã, pois, conforme anúncios, alguns comercializavam o material, ou mesmo a cal, nas chácaras em que residiam, como João Pedro Schwindt.⁶² Há o registro de Frederico Riemann, como proprietário de uma fábrica mecanizada de tijolos, mas o que mais se destacou, entre outros, foi sem dúvida, Hugo Richter, proprietário de duas olarias no Pari, identificadas como Pari e Pari de cima.

Segundo os pesquisadores, a mão de obra alemã que se especializou na atividade de olarias era provavelmente em razão dos imigrantes que aqui desembarcaram arrebanhados por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro, para mão de obra na indústria de fundição, mas que optaram por desenvolver a tal atividade por conta própria, provavelmente muitos até por não terem se adaptado às agruras dos serviços na Fábrica de Ipanema, ou da Fazenda de Ibicaba, de propriedade de Vergueiro.

Foi documentada a existência, em 1859, de uma grande olaria a vapor, no Bom Retiro, a qual foi posteriormente vendida a João Ribeiro da Silva, que era importador de cimento, tendo montado, ao lado da olaria, uma fábrica de pedra artificial, em 1875 (CAMPOS, 1997)⁶³.

Mas um anúncio do Jornal Correio Paulistano, do ano de 1862, divulga a existência e oferta à venda uma olaria a vapor no Pari, o que demonstra ser uma atividade comum naquela localidade facilitada, sem dúvida, pela proximidade da área ribeirinha do Rio Tietê, que formava um porto natural de solo arenoso e propício à extração também de pedras, nas proximidades da área atualmente ocupada pelo Shopping Center Norte.

Concluindo, a mão de obra dos artífices portugueses que deram início à fabricação de tijolos e telhas apresentou, a partir de 1860, uma mudança radical, pois apareceram, nas circunvizinhanças do Brás, nove olarias de telhas e tijolos

⁶² *Correio Paulistano*, 13/3/1858, Anúncios, p. 4.

⁶³ CAMPOS JR., Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*, tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: 1997.

espalhadas pelas várzeas do Tietê e de outros cursos d'água, figurando como proprietários, sobrenomes como Schwindt, Rieman, Wieman, Heinrichsen, Rohe, Gerard, Bossel, Michels e outros.

Enquanto para alguns estudiosos a mudança significativa nas construções de taipa para tijolos, principalmente na região de Santo Amaro, passava a ser evidenciada de forma irrefutável somente a partir de 1890 (ROTHFUSS)⁶⁴.

Alguns artesãos alemães tiveram o seu trabalho reconhecido em âmbito nacional e internacional, como é o caso de Conrado Sorgenicht, natural de Cleve, Essen, na Renânia do Norte-Vestfália, atraído por novas oportunidades de trabalho e obedecendo a recomendações médicas por sofrer de reumatismo, resquício de sua passagem na guerra Franco-Prussiana, para se fixar em terra quente, chegou em 1874, com 52 anos de idade, acompanhado da esposa e Josefina Burmann, e três filhas mulheres: Ema, Maria e Josefina, e um homem, Conrado, inicialmente se fixaram em Iguape, porém, após um ano, já recuperado da doença, rumou para São Paulo com a família, onde tiveram mais dois filhos: Ricardo e Júlia.

Inicialmente, instala-se na Rua Brigadeiro Tobias, nº 5, e num anexo de sua casa, conforme anúncios, inicia as suas atividades de artesão e pintor, posteriormente abre o seu ateliê em um barracão na Rua do Triunfo, no Belenzinho, esquina da Rua da Intendência, atual Avenida Celso Garcia, conforme anuncia em seus folhetos a “Casa Conrado”, fundada em 1889, e a seguir Cristaleira Germânica, de 1890 e, mais tarde, Conrado Sorgenicht & Cia., pois o ofício de sua especialidade na execução de vitrais, que executava por aptidão e de forma intuitiva, digamos, tinha um dom nato visto que não havia nenhum respaldo técnico do ofício. Assim a sua arte passa a ter continuidade com três gerações: pai, filho e neto, todos com o mesmo nome: Conrado Sorgenicht; com a morte do patriarca, em 1901, a empresa segue tendo continuidade, nesta ocasião, ele já havia mandado o seu filho aprimorar os seus conhecimentos técnicos em cursos profissionalizantes da arte na Itália e França, onde predominava o ensino da arte de vitrais – assim, todos os três sucessores dedicaram-se às artes aplicadas e à arquitetura, trabalhando com vidraçaria, tapeçaria e pinturas especiais, entre outras técnicas.

O patriarca profundamente religioso iniciara com maestria as obras de vitrais em templos religiosos, um de seus primeiros trabalhos é reconhecido na Igreja Presbiteriana de São Paulo, na Avenida Rio Branco, o quase monopólio da Casa Conrado se deveu, em parte, a uma relação de amizade e parceria com o Engenheiro e Arquiteto Ramos de Azevedo, que o introduzira nas obras de vulto em que atuava, assim a sua arte não se restringiu apenas a vitrais de igrejas, mas se propagou para os mais variados segmentos: Catedral da Sé, Casa das Rosas, Faculdade de Direito, Mercado Municipal, Palácio das Indústrias – atual Museu Catavento –, vitrais da Faap, Beneficência Portuguesa, e inúmeros outros edifícios públicos e particulares da Cidade de São Paulo.

⁶⁴ ROTHFUSS, Daniela. artigo Primeiros alemães em SP esperaram mais de um ano por terras prometidas, 29/6/2009.

Foi também *expert* na fabricação de móveis com detalhes em vitral e azulejos de cerâmica.

Durante o período em que a empresa funcionou, por mais de 100 anos, foi responsável pela formação de vários artesãos vitralistas, que foram seus aprendizes na empresa e que mais tarde abriram seus próprios ateliês.

Na década de 1960, o ateliê Casa Conrado transformou-se em uma sociedade anônima, com filiais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, e mudou a denominação social para: Vitrais Conrado Sorgenicht S.A. Em 1963, a empresa passou por dificuldades financeiras e sofreu com a redução de encomendas de vitrais. Em 1964, a empresa pediu concordata e veio a falir em 1965. Todo o espólio da empresa é leiloado. Conrado Sorgenicht Neto passou a trabalhar, em 1965, como orientador de cursos profissionalizantes no Liceu de Artes e Ofícios, na Cidade de São Paulo. No ano seguinte, chegou a criar uma empresa prestadora de serviços, veio a falecer em 1994.

O lazer praticado pelos alemães ocorria, de forma geral, dentro de suas próprias chácaras, em reuniões de comemorações de datas especiais com amigos e familiares ou em grupos, nas águas do Tietê – às margens do qual iriam surgir as demais associações esportivas da cidade – em competições náuticas, os proprietários faziam os “cochos”, que serviam como linha demarcatória, que eram feitos com pranchas nas bordas e tambores vazios que os mantinham flutuando, funcionando como piscina, permitindo inclusive que as crianças, na área demarcada, nadassem com maior segurança e, também, praticavam o remo em barcos por eles construídos e jogos de bocha. Uma característica que fica evidente no estudo da mentalidade que imperava nos alemães no bairro do Brás é que eles tinham consciência de que o bairro era uma região eminentemente agrícola, de forma que o comércio por eles praticado no Brás era de forma muito modesta, a maioria na frente de suas residências, mas sem nenhum apelo ousado na instalação, digamos assim, um comércio simples e artesanal, sem sofisticação alguma, e eram identificados, como costume na época, pelo seu tipo físico – como “alemão” – seguido da profissão “pedreiro”, “ferreiro”, “encanador”, “sapateiro”, “marceneiro” e outros –, pois, para os brasileiros, os seus sobrenomes e, às vezes, o próprio nome eram difíceis de serem pronunciados –, visava atender a uma necessidade premente e imediata dos chacareiros ali instalados na conhecida Rua do Brás, de tal forma que o comércio concentrado nas proximidades da Igreja Bom Jesus do Brás e do Largo da Concórdia, com raras exceções, não era significativo.

Entretanto, de maneira geral “na cidade”, como eles identificavam o centro de São Paulo, é que se sentiam mais confortáveis para exercer as atividades artesanais e profissionais: principalmente na Rua Quintino Bocaiuva, com a abertura de lojas e pontos comerciais – conforme já comentamos em outro estudo sobre a Rua Quintino Bocaiuva –, com seus compatriotas ou em locais próximos das redondezas, Rua Direita, São Bento, 15 de Novembro e a famosa Rua das Casinhas, a conhecida área do Triângulo, de maneira que ali exerciam as diversas atividades e profissões de alfaiates, sapateiros, marceneiros e artesãos especialistas em ferro e aço, e muitas outras, conforme anúncios da

época, e também a venda de madeiras retiradas de suas chácaras e principalmente as hortaliças e de gêneros e produtos agrícolas e de muitos outros, inclusive de bebidas e vinhos que fabricavam, geralmente de forma artesanal, e que eram transportados em carroças para ali serem comercializados, conforme documentado.

Essa tendência existia desde a época das famigeradas procissões com a transporte da imagem de Nossa Senhora da Penha, que atraíam um grande número de viajantes e tropeiros, mas o comércio durante a realização do evento religioso ficava restrito – a não ser pelas rústicas tavernas para a venda de bebidas – às barracas que eram instaladas ao longo do trajeto; hoje diríamos que os diversos produtos, comidas, doces e bebidas eram comercializados em bancas e quiosques, pelos vendedores ambulantes – somente com o fim das procissões é que se iniciou a implantação de um tímido comércio, de característica permanente, ao longo da avenida do caminho da Penha, pois no local, pela existência das chácaras, ainda não existia um arruamento homogêneo da ligação de ruas que não fosse o caminho principal e, mesmo esse, era irregular, seja pela largura da via e por inúmeros atalhos e mesmo interrompido em seu trajeto por córregos e rios.

No ano de 1876, um acontecimento importante marcou a história da Mooca – antigo subúrbio do Brás: Rafael Paes de Barros, senhor de muitas terras na região, que se estendiam até a Vila Prudente e Vila Alpina, criava o Clube Paulista de Corridas de Cavalo, atual Jockey Club, que a partir de então começa a atrair ao bairro inúmeros visitantes.

O futebol tem seu registro vinculado à figura de Charles Müller, nascido no Bairro do Brás, filho de um escocês e uma brasileira de origem inglesa, Charles Miller viajou para Hampshire, na Inglaterra, aos nove anos de idade para estudar. Lá aprendeu a jogar futebol, rugby e críquete. Charles Müller retornou ao Brasil em 1894 – para trabalhar na São Paulo Railway Company (companhia inglesa de ferrovias), tornando-se também correspondente da Coroa Britânica e vice-cônsul inglês em 1904.

Müller introduziu o futebol com as regras, bolas e uniforme especiais para a sua prática. Um ano depois, em 14 de abril de 1895, foi realizada a primeira partida de futebol, de forma oficial no Brasil, na Várzea do Carmo, onde hoje está localizada a região do Gasômetro – atual Casa das Retortas. A partida foi disputada entre os funcionários da Companhia de Gás de São Paulo (Gás Company of São Paulo) e da Companhia Ferroviária de São Paulo (São Paulo Railway). O time de Charles Müller venceu por 4 a 2. Segundo o historiador John Mills, em sua obra Charles Müller, este foi o Pai do Futebol Brasileiro, conforme depoimento que Müller deu ao jornalista Thomaz Mazzoni, que foi publicado na Gazeta Esportiva, em 1942.

Alguns historiadores contestam o pioneirismo de Charles Müller, pois o esporte já era aqui praticado pelo São Paulo Athletic Club, hoje Clube Atlético São Paulo, fundado em 1888, era a equipe de Charles Miller e venceu as três primeiras edições do Campeonato Paulista. Seus treinos e primeiros amistosos eram

realizados na Chácara Dulley, no Bom Retiro, Sport Club Germânia – depois Esporte Clube Pinheiros – 1899, Sport Club Internacional – era uma ala dissidente do Germânia – 1899, Club Athletico Paulistano, 1900, e outros Clubes de Amadores, ou de Várzea, como se dizia na época, que existiam nas proximidades da Avenida Tiradentes.

Há o registro das Associações filantrópicas da cidade: a mais antiga, a Sociedade Beneficente Alemã (1863), “Deutscher Hilfsverein”, tendo por finalidade amparar e orientar por todos os meios os necessitados e desprotegidos sem distinção de raça, cor, sexo, credo, nacionalidade ou condição social. Portanto, uma Organização de Socorro Mútuo, no Protocolo da Constituição, “Protokoll der Verhandlungen”, constam dentre outros os nomes dos cidadãos alemães: Dr. Fr. Borghoff, Jakob Loskiell, Adolf Kuher, Franz Fischer, Luis Bamberg, A. Wehrsig, Gustav Sachaumann, J.C. Müller, H. Bossel, Adof Schritzmeyer, H. Schroeder, Max Ratlev, C.D. Rath e Dr. C. Martin, que estava voltada às necessidades dos imigrantes alemães em dificuldades, inclusive aqueles de pouco recursos domiciliados no bairro do Brás, objetivava, também, o recreio, o canto e a propagação de conhecimentos gerais e úteis, principalmente conhecimentos industriais, por meio de jornais discursos e biblioteca. Com fins parecidos, ainda fundaram-se outras entidades nacionais: dos Homens das Letras, Filarmônica Paulista, dos Empregados do Comércio, Zeladora da Glória do Ipiranga etc. (AMARAL, 1980, p. 439)⁶⁵.

Início das Associações, no Almanaque *administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo*, ano de 1857, menciona a existência da Sociedade Concordia Paulistana, constituída para fins recreativos mas conforme documentamos em nossas pesquisas muitos alemães se direcionavam para o centro da cidade, mais precisamente na Rua Quintino Bocaiuva, onde se sentiam mais confortáveis para usufruir das práticas esportivas, culturais e de lazer, no seio de seus pares e, para os mais atrevidos, pela ausência de botequins de literatura ou de “cabarets”, frequentavam os cafés cantantes, que proliferavam no Brás, em grande número, os quais segundo relatos “frequentados na sua totalidade pela boemia desocupada e perigosa”.⁶⁶

Entretanto a vida seguia o fluxo normal na comunidade alemã do bairro do Brás, inclusive como demonstra o registro das ocorrências policiais do cotidiano, como mencionamos a seguir: assalto ocorrido no Brás, “ao pé da Ponte Preta”, no ano de 1851. Uma testemunha, que tinha ido à casa de Pedro Alemão comprar duas cargas de carvão, relata que havia muita gente reunida em várias rodas, todos jogando, quando viu sair um preto chamado Benedito, escravo de uma senhora, e Miguel Jacob, filho de Jacob Miguel, carreiro de profissão. A pouca distância do lugar em que ele estava, viu que ambos foram assaltados por três pessoas, todas armadas de espadas. Tratava-se, evidentemente, do relato da prisão dos assaltantes, pela polícia. No julgamento, o escravo foi absolvido e

⁶⁵ AMARAL, Antônio Barreto do. Dicionário de história de São Paulo. Governo do Estado, 1980, p. 439.

⁶⁶ Conf. Reis & Villela. “Faíscas”. Folha do Braz, ano II, 18 jun.1899.

Miguel Jacob recebeu a condenação de um ano de prisão, com trabalho, e multa correspondente à metade do tempo da pena.⁶⁷

O Código de Posturas que vigorava em 1854, proibia a revenda de gêneros por terceiros, o objetivo era evitar atravessadores, desta forma os alemães Pedro Rostander e João Chrisen, por terem adquirido mercadorias – um cargueiro de arroz, contendo dois alqueires a 7\$000 cada em cargueiro de café, contendo sete arrobas a 3\$000 cada, respectivamente. Responsabilizados pelo subdelegado da freguesia, foram recolhidos à cadeia e a vendedora Maria Engrácia, multada em 4\$000. Interrogados, declararam não saber que não conheciam a proibição de comprar gêneros de terceiros. Condenados a oito dias de prisão, 16\$000 de multa e ainda ao pagamento das custas do processo, recorreram do processo e um de seus defensores foi o Dr. João Theodoro Xavier (SIRIANI, p. 147-8)⁶⁸.

Outra ocorrência: “Também assinou o termo de bem-viver o carpinteiro João Schultz, casado, natural da Prússia e alfabetizado. Foi preso “embriagado e na vagabundagem” por volta das 21 horas do dia 29 de novembro de 1887, em cima de uma ponte, pendurado nas grades, nas imediações do aterrado do Gasômetro. Sendo solicitado a sair para que não caísse nas águas devido ao seu estado, passou a insultar o subdelegado. Segundo o relato de testemunhas, o dito alemão também era dado ao “defeito da gatunagem”. A defesa do réu baseou-se na sua ignorância em relação às leis locais e à dificuldade de compreender os policiais, por não dominar o idioma português. Além disso, a defesa procurou alegar que o réu era pai de família, a quem sustentava com seu trabalho honesto, e tinha residência fixa na Rua 25 de Março”. Após os argumentos da acusação, o réu foi condenado a três meses de prisão em casa de correção e também ao pagamento das custas do processo (SIRIANI, ..., p. 261-2)⁶⁹.

Em 1859, o empresário Irineu Evangelista de Souza – Barão de Mauá – juntou-se a investidores ingleses e propôs ao governo imperial uma estrada de ferro que interligasse Jundiaí ao Porto de Santos, passando pela Cidade de São Paulo.

A chegada da ferrovia, denominada São Paulo Railway Company (SPR), foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1867, que passou a transportar durante décadas café, mercadorias e passageiros entre o interior, a capital e o porto santista.

Fazendeiros da região do Vale do Paraíba decidiram construir uma ferrovia que levasse a produção do café desta região, até os trilhos da SPR na Cidade de São Paulo, então fundaram a Estrada de Ferro do Norte (EFN). Em 6 de novembro de 1875, inauguraram como ponto inicial da ferrovia a Estação do Norte, construída exatamente ao lado da Estação Braz, para possibilitar o transbordo do café entre as composições e poder seguir para o porto de Santos.

⁶⁷ Processo Crime. São Paulo, 1851, caixa nº 3.905, fls. 8v e 67. Processo-crime. São Paulo, 1851. Caixa nº 3.905, fls. 8v e 67. Arquivo do Estado de São Paulo.

⁶⁸ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *idem*, *idem*.

⁶⁹ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *idem*, *idem*

Na verdade, esta estação pertencia a um ramal que em Cachoeira Paulista se encontrava com a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que partia do Rio de Janeiro e chegava a Cachoeira Paulista. A Estrada de Ferro Dom Pedro II foi inaugurada oficialmente pelo governo imperial em 1855. Essa denominação prevaleceu até a queda da monarquia em 1889, com a Proclamação da República, quando passou a ser denominada Estrada de Ferro Central do Brasil.

Assim, a estação Roosevelt, antes chamada estação do Norte, como acima visto, era o início da viagem ferroviária até o Rio de Janeiro. O nome Roosevelt foi adotado a partir de 1945.

Atualmente, Roosevelt e Brás formam uma estação única, mas antigamente, apesar das linhas da Central e da Inglesa se encontrarem no bairro do Brás, eram duas edificações diferenciadas. O acesso principal da Roosevelt era na área que corresponde ao atual Largo da Concórdia e o da Inglesa era na área do atual acesso à linha do Metrô Brás. Ao findar o século XIX, São Paulo apresentava índices expressivos de um progresso ininterrupto: 3.375km. de vias férreas, mais de meio bilhão de cafeeiros e uma população de quase 2.300.000 habitantes, em todo o Estado. E a capital paulista, que contava com 31.000 habitantes em 1872 e ocupava o modesto posto de décima primeira cidade brasileira, passou a ter uma população de quase 240.000, no ano de 1900.

Desta forma, com a chegada dos imigrantes italianos, os chacareiros alemães, conforme já registramos, irão vender as suas terras e rumar para outros locais, para as bandas de Santo Amaro, como eles se referiam às regiões de Santo Amaro, próximas do centro de São Paulo, Chácara Santo Antônio, Chácara Sant'Ana, Brooklin, Moema, Campo Belo, Morumbi, mas também Interlagos, Santa Cecília e outras localidades, algumas mais distantes do centro ou até mesmo no interior do Estado (VENTURA, 2019, p. 20)⁷⁰.

Do exposto, conclui-se que a mudança de região agrícola do Brás, que os alemães tanto contribuíram para implementar, passava por uma transformação radical a partir da introdução da linha férrea, que atraiu a implantação das indústrias e fábricas locais, dentre elas como expoente a Companhia Antártica Paulista, e a seguir, tantas outras que para lá se dirigiram e, o comércio antes praticado de forma artesanal pelos imigrantes alemães na porta de suas chácaras, seria modificado por um modelo novo, da industrialização e da produção em série.

Assim, não restou aos chacareiros alemães – antes bem instalados e acomodados em suas belas chácaras – senão abandonar as raízes agrícolas do bairro, fazendo o arruamento e colocando à venda o loteamento de suas áreas, divididas em pequenos lotes, para possibilitar a construção imediata das casas populares para abrigar o expressivo número do contingente de imigrantes desembarcados, pois tais iniciativas senão tomadas *de forma individual e espontânea*, seriam alvo de medidas mais drásticas de desapropriação pelo

⁷⁰ VENTURA, Eloy Câmara. A Rua Quintino Bocaiuva, berço dos Imigrantes Alemães. ebook, p. 20, 2019. Instituto Martius Staden, São Paulo, www.martiusstaden.org.br

poder público – como aconteceram em muitas oportunidades, daqueles que ainda insistiam em permanecer em suas chácaras – conforme iria ocorrer.

A mudança verificada pela iniciativa dos imigrantes a partir de 1878 se fez notar na Rua Monsenhor de Andrade, ergueu-se a primeira fábrica de massas alimentícias; em 1886, na Rua Visconde de Parnaíba, foi fundada a Destilaria Italiana a Vapor; em 1888, na Rua Piratininga, nº 6, surgiu a primeira fábrica de móveis, e, conforme já mencionado na antiga Rua da Intendência – atual Celso Garcia – foi inaugurada a Cristaleira Germânica e, na antiga Rua do Rodovalho – atual Mooca –, construiu-se a Fábrica de Carros (carroças) e o panorama e marcado pelas edificações dos grandes complexos industriais, dos Grupos Crespi, Guinle, Street (Vila Maria Zélia), Matarazzo, Alpargatas, Industrias Orion S.A, Tecelagem Ítalo-Brasileira, Tecelagem e Tinturaria a Brasileira, Irmãos Secchi, dentre inúmeras outras de grande porte, algumas à par de suas instalações fabris, iniciam a construção nas adjacências de vilas de casas populares – o melhor exemplo é o da Vila Maria Zélia – para abrigar a seus operários, para fazer funcionar seus empreendimentos, absorvendo inclusive, pela ausência na época de legislação proibitiva, de um grande contingente da mão de obra infantil, por ser menos onerosa,⁷¹ tudo conforme fortemente documentado em registros e fotos da época, de inúmeros menores ali engajados.

Na última década do século XIX, enquanto declina a presença dos alemães, começa a haver um aumento considerável da presença de italianos, em maior número do que os próprios migrantes brasileiros, fato comprovado pelos dados dos imigrantes chegados ao porto de Santos – 1882-1891–, segundo a Sociedade Protetora de Imigração.

Imigrantes desembarcados no Porto de Santos: 1882 a 1891

Nacionalidade	Número
Italianos	202.503
Portugueses	25.925
Espanhóis	14.954
Alemães	6.196
Austríacos	4.118
Russos	3.315
Franceses	1.922
Dinamarqueses	1.042
Belgas	851
Inglêses	782
Suecos	685

⁷¹ Pela ausência ou fraqueza de outras formas de controle, os patrões impuseram uma disciplina e um grau de violência - física e até de abuso sexual - nas fábricas, que a imprensa operária sempre igualava a escravidão, conforme denúncia dos sindicatos, que começavam a se organizar e protestar em suas publicações, a um fato interessante que a maioria desses sindicatos distribuía os seus jornais no idioma italiano, na obra: A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo. Diário Oficial, 1901, p. XIII, o autor Francisco Bandeira Junior, descreve as condições precárias em que viviam os operários “quase em sua totalidade italianos”, certamente esse foi o cerne do primeiro movimento sindical com o jornal da União dos Sindicatos de São Paulo, La Lotta Proletaria, editada durante vários anos em italiano - motivo pelo qual as empresas germânicas, por exemplo os chapeleiros - que agregavam um número considerável de operários - se recusavam a aderir a categoria sindical; esse era o padrão também, de publicações de outros sindicatos, redigidos no idioma italiano, são dessa época as publicações: Avanti, Terra Livre, O Combate, La Battaglia, o Chapeleiro dentre outras. Uma das reivindicações dos grevistas na Companhia Nacional de Tecidos de Juta, em 1919, era para que não mais se espancassem as crianças que ali trabalhavam – O Combate, 5.7.1919.

Suiços	219
Irlandeses	201
Outros	483
Total :-	263.196

Até o ano de 1920, deram entrada em São Paulo 1.078.437 italianos.⁷²

É verdade que o governo sensível às reivindicações de fazendeiros paulistas, tinha interesse em destinar esses imigrantes – considerados em sua maioria mão de obra qualificada, para trabalharem na lavoura cafeeira, entretanto, boa parte desses imigrantes eram instalados na Hospedaria dos Imigrantes, a fim de conseguir a legalização de documentos e demais formalidades para serem posteriormente encaminhados ao local de trabalho; há o registro de muitos que, após serem recrutados ao trabalho na lavoura cafeeira, acabavam não se adaptando às agruras da vida nas fazendas do interior do Estado e assim acabavam, permanecendo no Brás, que era o seu único ponto de referência quando do desembarque na cidade; outros por conta própria, ou até vítimas de falsos “agentes”, malandros, que agiam nas proximidades da Hospedaria dos Imigrantes, já naquela época, eram atraídos por falsas promessas de trabalho mediante a extorsão de pagamento em dinheiro e somente mais tarde, e que constatavam que haviam sido vítimas de um golpe com falsa promessa de emprego e, dessa forma, sem nenhum dinheiro, acabavam perambulando pelas ruas do Brás implorando ajuda à seus patrícios para conseguir uma oportunidade de trabalho.

A famosa antes Rua do Brás e, posterior Avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia, formavam uma *via única*, que doravante iremos denominar o “Corredor do Brás”, com um crescimento célere e massificado, pois a partir da instalação do assentamento dos imigrantes em suas moradias, seja em casa populares em suas redondezas – Brás, Belém, Pari, Catumbi, Vila Maria, Mooca, Tatuapé e Penha – seja em pensões ou cortiços, a população, é uma sociedade carente de lazer e vida social, a princípio, para maioria praticante da religião católica, não existiam dificuldades em professar a sua fé pois passam a frequentar as Igrejas lá instaladas, desta forma temos a Igreja do Senhor Bom Jesus do Brás, como privilegiada, por absorver o maior contingente de imigrantes nas suas imediações, seguida da Igreja São João Batista, São José do Belém, mas também nas localidades mais próximas a Igreja Santo Antônio do Pari, Santa Rita de Cassia e, um pouco mais distante, Nossa Senhora da Penha, e, anos mais tarde nas proximidades, para suprir o apelo de fé de alguns núcleos específicos de imigrantes italianos as novas Paróquias: Nossa Senhora de Casaluce, na Rua Caetano Pinto, e a de São Vito Martir, na Rua Polignano a Mare (antiga Rua Álvares de Azevedo).

⁷² São Paulo foi o Estado que teve o maior número de imigrantes italianos no Brasil. Para se ter uma ideia, cerca de 70% dos italianos que vieram para o nosso país desembarcaram e se estabeleceram em São Paulo. Massiva, a imigração de italianos teve início de forma constante em meados da década de 1880. O fluxo imigratório perdurou por décadas, sendo estimado que, na década de 1920, havia mais de 1 milhão de italianos no território bandeirante. Disponível em: <<http://diasporacidania.com/>>.

Em anos posteriores, passam a surgir, nas ruas do Brás os templos e igrejas de outras religiões – Sinagoga Israelita do Braz, Mesquita do Brás, Igreja Ortodoxa Grega de São Pedro, Igreja Presbiteriana Antioquia Coreranos Brasil, Igreja Cristo Pentecostal da Bíblia do Brasil e, muitas outras, que demonstram a pluralidade de núcleos de imigrantes que ainda existem, inclusive às Lojas Maçônicas.

Os Institutos de ensino público passam a conviver com unidades profissionalizantes em 1911, escolas iniciam suas atividades, ministrando artes industriais para os meninos⁷³ e economia e “prendas manuais” para as meninas, a primeira na Rua Müller e a segunda na Rua Monsenhor de Andrade e anos mais tarde com o ensino unificado para ambos os sexos.

Entre 1915 e 1930, acompanhando as necessidades provenientes do desenvolvimento urbano e industrial, a Escola qualifica profissionais, em sua maioria, para o ramo metal-mecânico. Em 1917, a Escola é transferida para a Rua Piratininga, nº 105, no mesmo bairro do Brás.

A Escola Profissional Feminina começou suas atividades letivas no dia 11 de dezembro de 1911 e instalou-se, em primeiro lugar, num antigo sobrado na Rua Monsenhor de Andrade, já demolido, onde anteriormente funcionava o Colégio Azevedo Soares. Em meados da década de 1920, o edifício adquirido em 1911 e considerado adequado, na época, passou a sofrer críticas de diversos segmentos da sociedade, o que levou o Governo do Estado a construir um novo prédio para a escola, de acordo com os “preceitos de higiene, harmonia e beleza”. Em 1930, foi entregue a primeira etapa da construção, sendo que a segunda nunca foi concluída.⁷⁴

⁷³ A atual Etec "Getúlio Vargas" teve, desde então, várias denominações: Escola Profissional Masculina, Escola Profissional e Industrial, Instituto Profissional Masculino, Colégio Industrial Estadual "Getúlio Vargas", Centro Interescolar de Ensino Técnico e Escola Técnica "Estadual Getúlio Vargas". Em 1964, desmembrou-se em três partes: Escola Estadual de Segundo Grau "Martin Luther King" (Tatuapé), Escola Estadual de Segundo Grau "José Rocha Mendes" (Vila Prudente) e Colégio Técnico (Ipiranga). Este último, em 1972, passou a se chamar Escola Técnica Estadual "Getúlio Vargas". A ETE "Getúlio Vargas" passou a integrar o Centro Paula Souza e passou a oferecer cursos técnicos de nível médio em três semestres. Atualmente são oferecidos os seguintes cursos: Ensino Médio, Administração, Automação Industrial, Design de Interiores, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica, Mecatrônica, Meio Ambiente, Nutrição e Dietética, Química e Telecomunicações.

Em 1918, na trágica epidemia gripal, a gripe “espanhola”, que assolou a cidade matando mais de cinco mil paulistanos, a Escola Profissional Masculina interrompeu as suas atividades escolares por determinado período, transformando-se num hospital com 300 leitos, tendo socorrido e assistido os doentes, vítimas da gripe; assim, o que hoje denominamos como hospitais de campanha, instalados em Centro de Convenções, em Estádios de Futebol e Parques Públicos, para neutralizar a atual epidemia do coronavírus, já fora feito na época em espaços públicos. No conflito armado da Revolução de 1932, a Escola Profissional Masculina fabricou caldeirões e granadas para as frentes de combate, participando da maior mobilização popular da história paulista, onde homens, mulheres, estudantes, políticos e industriais participaram da revolta que deu origem à nova constituição brasileira.

⁷⁴ A Escola já se chamou Escola Profissional Feminina (1911), Escola Normal Feminina de Artes e Ofícios (1931), Instituto Profissional Feminino (1933), Escola Industrial “Carlos de Campos” (1945), Escola Técnica “Carlos de Campos” (1952), Colégio de Economia Doméstica e Artes Aplicadas Estadual “Carlos de Campos” (1962), Centro Estadual Interescolar “Carlos de Campos” (1979), Escola Técnica de Segundo Grau “Carlos de Campos” e, finalmente, Escola Técnica Estadual (ETE) “Carlos de Campos” (1994), quando foi incorporada à rede de ensino do Centro Paula Souza.

O surgimento da imprensa local: “Em pequenos jornais, que algumas vezes se transformam em diários, os diversos interesses do bairro ganham seus portavozes. É o caso de jornais como O Braz (1895), pequena folha de propriedade de Albino Soares Bairão, que prometia “[...] não se envolver em política, ocupando-se principalmente do desenvolvimento material e higiênico [sic] do populoso e extenso bairro do qual adotava o nome e se constituía em órgão”; O Boi (1897), publicação do bairro, de propriedade de Armando Cruz e Edgard Leuenroth, e que, a partir de 1898, passou a chamar-se A Folha do Braz e foi publicada quinzenalmente até o ano de 1901; o Braz-São Paulo (1902); o Comércio do Brás (1905); o Concordia (1906), “órgão dos interesses locais”; o Diário do Brás (1914) (CRUZ, 2013, p. 76)⁷⁵.

O desenvolvimento das indústrias fez crescer a propagação de vários periódicos voltados as reivindicações da classe operária, no meio daquela população laboriosa que circulavam pelas calçadas no ritmo contínuo de trabalho, haviam os jornaleiros, cada qual oferecendo o seu jornal diário: desde os mais tradicionais, “Correio Paulistano”, “O Estado de São Paulo”, “O Brás-São Paulo”, “Gazeta de São Paulo”. Além de alguns jornais em língua peninsular, de cunho eminentemente sindical: como o “Avanti”, “Terra Livre”, “O Combate”, “La Battaglia”, juntamente com os periódicos: “Tribuna Italiana”, “Fanfulla” e “Il Secolo”, estes são os melhores indicativos da presença dos imigrantes italianos no local.

Não existindo a televisão a diversão e o lazer da sociedade era o teatro – de forma mais requintada, mas na maioria das vezes em espetáculo circense – e o cinema, assim, gradativamente no *Corredor do Brás*, passam a proliferar a construção de salas de teatro e de cinema, que passa a ser denominada nos anos seguintes de Cinelândia local, assim, temos como referência o Teatro Colômbio, que mais tarde se transformaria em cinema, no Largo da Concordia esquina do *Corredor do Brás*, mas exclusivamente no local foram surgindo nos anos seguintes os Cines: Eden-Theatre, Piratininga, Universo, Roxy, Cine Teatro Brás Politeana, Babilônia, Celso Garcia, Cinema Popular, Brás Bijou, Olímpia, Mafalda, American Cinema, Brás-Cinema, Cinema Belém, e nas ruas próximas: Cinema Ideal, na Rua do Lucas, Gloria, na Rua do Gazômetro, o Teatro da Paz, depois Colombinho e, posteriormente, Rialto na Rua João Teodoro, e Éden Cinema, na Rua São Caetano e na Rua Mendes Junior o Savoy, alguns desses pioneiros proprietários dos cinemas locais eram de origem germânica.

Infelizmente, nenhuma dessas casas de espetáculo resistiu até os nossos dias, apenas encontramos vestígios desse passado grandioso no prédio do Cine Oberdan, hoje ocupado por uma loja de confecções, e o do Cine Piratininga, muito abandonado, cujo local foi transformado em estacionamento.

A culinária, implementada pelas Cantinas, Bares e Pizzarias, passam a atuar com pujança local, assim, temos a primeira pizzaria aberta em São Paulo foi a

⁷⁵ CRUZ, Heloisa de Faria, São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915. e.book Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

Santa Genoveva, fundada em 1910 na Avenida Rangel Pestana, esquina Rua Monsenhor Anacleto, no Brás, pertencia a Carmino Corvino, o D. Carminiello, como falam na Itália; ou D. Carmeniélo, segundo seus descendentes brasileiros, Castelões, Cantina Bella Napoli, Balila, Cantina do Lucca, Cantina do Chico, Pizzaria Tiradentes, Brazeiro, Santa Cruz e outras, destas a única em funcionamento até os dias atuais é a Castelões.

Os imigrantes não de origem italiana abrem os seus restaurantes com as comidas de suas especialidades nas proximidades, assim, registram-se a abertura de restaurantes com comidas típicas de várias nacionalidades ao redor do corredor do Brás: no Pari, Vila Guilherme, Mooca, Vila Maria, poucos ainda resistiram até a data atual os sobreviventes são conduzidos pelos herdeiros.

Mas o aspecto mais significativo desse rápido progresso se faz notar no comércio, com a evolução do padrão de vida, e os italianos seguidos dos demais imigrantes de outras nacionalidades, que desembarcavam no Brás se depararam com uma nova realidade o bairro não era mais uma região agrícola, os alemães e outros imigrantes ao saírem do bairro, conforme mencionamos, haviam feito o arruamento, com a demarcação de loteamentos populares e ruas de acesso as propriedades, mudando o perfil agrícola para urbano, pronto para receber as edificações e unidades comerciais e de habitações populares, que imediatamente passam a surgir.

Os seus habitantes não podiam se dar ao luxo de se dirigir a “cidade”, como era chamado o centro de São Paulo, assim, simultaneamente a construção de suas moradias, passam a exercer o ponto de comércio e atividades profissionalizantes em local vizinho a seu domicílio, acentuando assim a principal característica do bairro que de eminentemente *agrícola* passa a ser também *comercial*: as lojas vão se especializando e o *Corredor do Brás*, passa a atuar – não existiam ainda os “shoppings” – com segmentos de negócios em áreas específicas do bairro, desta forma, em determinados quarteirões do *Corredor do Brás* funcionavam as lojas de artigos masculinos – nas proximidades da Igreja do Brás e da Rua Bresser –, em outros quarteirões – Rua Dr. Ricardo Gonçalves – eram as lojas de artigos femininos, nas proximidades da Rua do Belém e Rua Saldanha Marinho – o comércio de calçados em geral, masculinos e femininos e, também, lojas de artigos para presentes do lar. A Rua Oriente, se destacava com lojas especializadas de cama e mesa e enxovais, e na Rua Maria Marcolina, as vidraçarias e as lojas de linhas e aviamentos, na Rua Bresser, as famosas lojas de meias e lingerie, a famosa “Meias Bresser”; nas proximidades, conviviam as pequenas lojas de tintas e materiais de construção e na Rua do Gasômetro – antes especializada em ferros e funilaria – começa a nascer o comércio madeireiro temos o registro da A.F. Lameirão e Almeida Porto S/A., fundadas respectivamente em 1897 e 1908, e também de materiais de construções que anos mais tarde iria prosperar significativamente; nas ruas paralelas, Rua Cantareira e Santa Rosa, proliferaram os armazéns (em geral secos e molhados), nas proximidades das ruas do largo Brás, os artigos de couro, os ateliês de Alfaiates, Modistas (Costureiras), e outros, como divulgavam os almanaques e anúncios da época, tais como: Sapateiros, Quitandas, sem olvidar as feiras livres, na maioria implementadas pelos portugueses – Barbearias e nas

proximidades das Igrejas antes citadas os Fotógrafos – especializados em fotos de comemorações familiares, mas também, fotos profissionais para documentos e outras finalidades – e as Farmácias, sem contar os médicos com as respectivas especialidades profissionais e dentistas que passam a exercer suas atividades em seus consultórios no *Corredor do Brás* e adjacências.

As padarias além dos pioneiros portugueses, passam a ter nos imigrantes italianos um forte concorrente, muitas instalam as suas “*panetteria e pasticceria*” e introduzem uma novidade as broas e o filão de pão, que hoje denominamos “pão italiano” e, mais tarde surgem as padarias confeitarias e fábricas de chocolates – a famosa: Confeitaria Glória, Confeitaria, Restaurante, Panificação e Pizzaria “Copacabana”, Padaria do Sr. Eugenio, Padaria O Garoto, Confeitaria Guarany, Doceria Bauducco, Di Cunto, no bairro da Mooca, Panificadora Folar, Casa Tolle – Fábrica de Chocolates, Chocolates Dizzioli S.A. e outras referências. Vale o registro das fabricas de doces e biscoitos que proliferavam no bairro do Pari, Confiança, depois Tostines, Fabrica Embaré de doce de leite, e muitas outras, principalmente ao redor da Igreja de Santo Antônio do Pari.

Enfim, o *Corredor do Brás*, torna-se tão cobiçado que conforme mencionamos a lançou a semente dos “*shoppings*”, que após a instalação de grandes fabricas surgem os grandes Magazines especializados: Lojas Ducal, R. Monteiro S.A., Brinquedos Estrela, Casas Pirani S.A.- no prédio desse grande magazine funcionava em andar superior o “Clube Independência”, atualmente funcionando na Rua Dr. Carlos Botelho, promovendo jogos e atividades de lazer, inclusive os famosos bailes para a juventude da sociedade local -, Eletro Radiobraz, Loja A Sensação; alguns setores especializados no segmento da fabricação de móveis especializados: Fábrica de Móveis Pachoal Bianco, Moveis Teperman, Zullo & Sonata, passam a atrair para o bairro um número inimaginável de consumidores.

Neste período, os restaurantes e cantinas funcionavam durante o dia com um cardápio mais popular à noite as famílias se reuniam para comemorações especiais ou apenas degustar uma pizza, em seguida costumavam excursionar fazendo longas caminhadas à pé, a seu redor atraídas pela suntuosidade e bom gosto das vitrines das lojas muito bem iluminadas, o que impressionava muitos os turistas quando visitavam a cidade, comparando o *Corredor do Brás*, seja pela suntuosidade das instalações de suas lojas, seja pelo número de pessoas que por lá circulavam com as avenidas existentes no país vizinho, ou seja em Buenos Aires.

Entretanto, a partir da década de 1950 há o desembarque maciço dos migrantes nordestinos, que aqui desembarcavam literalmente, com “uma mão na frente e outra atrás”, motivados pela seca impiedosa que imperava no norte e nordeste em busca de um posto de trabalho, seja ele qual fosse, para a sua sobrevivência e de seus familiares, chegavam – diariamente na época mais crítica da estiagem – quando através da via férrea desembarcando diretamente na Hospedaria dos Imigrantes ou na carroceria de caminhões, – na frente da Estação do Largo da

Concordia – nos denominados “pau de arara”⁷⁶, de tal forma que era impossível a sua absorção imediata em postos de trabalho e de moradia, assim, impossibilitados de um teto para morar, muitos por não encontrar um posto de trabalho ou um lugar para morar em pensão ou cortiço, sem recursos, passavam a morar literalmente “*em baixo da ponte*”, pois acabam se abrigando de forma precária, na parte inferior dos viadutos.

O glamour de décadas passadas do bairro, começa a ser desmistificado, por uma política urbana sem nenhum planejamento, como iremos verificar a seguir: primeiro com a inauguração em 1968 do viaduto Alberto Marino (compositor da música símbolo do bairro, ou seja, “Rapaziada do Brás”), ou popularmente denominado viaduto do Gasômetro, que veio para resolver o problema das famosas “Porteiras do Brás”, que interrompia o tráfego de veículos e pedestres – naquela época era considerável o número de transeuntes que circulavam a pé, para ir e voltar ao trabalho - para possibilitar a passagem do trem da São Paulo Railway, mas a sua implantação aniquilou totalmente o comércio a seu redor, hotéis, bares e antigas confeitarias, que antes existiam no local acabaram sem nenhum charme e literalmente escondidos embaixo do viaduto, a seguir uma mudança ainda mais radical na circulação do *Corredor do Brás*, novamente, em nome do progresso, o departamento de trânsito, proíbe a circulação de veículos particulares, de trafegar em mão dupla, desta forma, há a implantação de mão única no corredor e os veículos particulares são desviados para a recém criada Avenida Radial Leste – essa mudança acaba de vez com a prática do comércio em toda a extensão do *Corredor do Brás*, ocasionando o fechamento de inúmeras lojas e pontos comerciais que são levados a falência.

Com o crescimento da cidade a extensão da área ocupada pelo bairro do Brás foi encolhendo assim as localidades a seu redor, então denominadas de subúrbio foram se emancipando com outras denominações, Mooca, Pari, Catumbi, Belém e outras. Em 1957, um quinto da área do bairro seria destruída para a abertura da Radial Leste. Nos anos 60 e 70 as obras do metrô também contribuiriam para o desaparecimento de parte do patrimônio construído do bairro, desapropriando e demolindo 944 imóveis do antigo Brás (FRÚGOLI Júnior, p. 37)⁷⁷.

Esse fato deu origem ao comércio hoje praticado no Brás com as seguintes características: nas proximidades da Igreja do Senhor Bom Jesus, existe o comércio de artigos plastificados e tapetes e outros que convivem com as poucas lojas especializadas no comércio de artigos de couro. Nas proximidades da Rua Bresser as ruas foram tomadas pelo comércio de tecidos e retalhos, nas proximidades da Rua Oriente os prédios das antigas fábricas se transformaram em “Shopping Populares”, identificados como “feirinhas” – também chamada, “*feirinha da madrugada*”; Nas ruas do Largo da Igreja do Pari o antigo comércio doces, biscoitos e balas deu lugar ao surgimento das lojas e “Shopping” de

⁷⁶ Pau de arara é o nome dado a um meio de transporte irregular, que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em caminhões adaptados para o transporte irregular de passageiros. Os caminhões paus de arara foram bastante utilizados durante o êxodo de nordestinos para o Sudeste do país, principalmente para o Estado de São Paulo. O termo refere-se também ao passageiro que utiliza esse tipo de veículo e, de uma forma genérica, refere-se também a todos os migrantes nordestinos.

⁷⁷ FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. p. 37.

artigos e acessórios para o lar, especialmente artigos voltados a abastecer, o funcionamento de bares, hotéis e restaurantes e, no Largo da Concórdia e em ruas ali próximas, um comércio popular de artigos de moda e vestuário, sendo que em todas as ruas em que o comércio é praticado prolifera a existência de numerosos ambulantes e camelos, esse é o retrato do bairro na atualidade, em que as habitações residenciais foram praticamente extintas, transformadas em ponto de comércio e, a multidão de compradores que ali comparece diariamente a partir da madrugada, são consumidores não só da capital, mas também do interior e de outros Estados, que para lá se dirigem, a fim de adquirir produtos e revendê-los, e todo esse grande fluxo de compradores circulam até o fim do horário comercial – ao redor das dezoito horas e trinta minutos, quando o comércio encerra suas atividades – de tal forma que, a partir das dezenove horas, todas as ruas vazias e desertas lembram o cenário de uma cidade fantasma.

Para avaliar o processo de transformação e crescimento do bairro, é preciso atentar para o aumento populacional, temos a seguinte estatística: em 1890, o bairro do Brás abrigava 16.807 habitantes – o maior de São Paulo; em 1893, essa cifra duplicou, atingindo 32.387 habitantes, enquanto a população total da cidade de São Paulo, naquele ano de 1893, era de 130.775 habitantes. E sete anos depois (1900), a população total de São Paulo atingia os 239.820 habitantes. Em 1967, do universo metropolitano de 5.589.413 habitantes, o bairro responderia por 62.480 moradores, ou seja, pouco mais de 1% da população (TORRES, p. 217)⁷⁸. Os registros servem para documentar de forma resumida o que ocorreu para olvidar a presença tão significativa dos alemães na formação do bairro do Brás.

De todo o exposto, temos que ponderar quanto a origem e formação do tradicional bairro do Brás, seja pela incansável participação nas obras públicas e construções que lhe deram início em tempos remotos ao crescimento do bairro, seja pelo apogeu da produção agrícola e do livre comércio, inclusive no ramo das bebidas, tornando-se referência nacional, a mão de obra dos inúmeros artesãos, que de forma anônima trabalhavam em suas casas em busca da sobrevivência e, mais tarde, os menos afortunados, trabalharam como operários no surgimento do parque fabril, seja pelos inúmeros empreendimentos industriais e imobiliários, bem sucedidos que contaram com a inteligência e a expertise alemã, seja nas evidências de inúmeros registros de logradouros públicos, praças, ruas e indicativos de sua presença no bairro, que ainda permanecem e nos remetem à origem dos pioneiros alemães, conforme mencionamos. Assim, é preciso justiça para resgatar para posteridade a importante contribuição germânica na formação do famoso bairro.

⁷⁸ TORRES, Maria Celestina T. M. Op. cit.

ANEXO – Observação

Durante a realização da pesquisa, me despertou enorme curiosidade de descobrir quem foi o autor do Projeto da Edificação do Prédio da Tecelagem Ítalo Brasileira na antiga Chácara do Joli, assim, acrescento esta nota sobre a pesquisa do tema:

Quando iniciamos a pesquisa sobre a passagem dos alemães no bairro do Brás, uma das coisas que mais nos intrigava era a construção imponente do prédio que abrigou a Tecelagem Matarazzo, no exato local da chácara do Júlio Joli, isto porque, se analisarmos as linhas arquitetônicas, ela respeita, na medida do possível, o traçado da antiga chácara, contendo o caminho de entrada, uma área ajardinada rodeada de palmeiras e outros requintes acentuados, como já mencionamos, para um edifício que iria abrigar uma indústria, assim, desde logo, tentamos de todas as formas obter junto a historiadores, pesquisadores, arquitetos, jornalistas e sites que relatam a história do grupo Matarazzo – pois a tecelagem Matarazzo em 1935, sucedeu a instalação anterior, ou seja, a Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira - , também, tentamos junto ao local atual, da administração do acervo do que restou das empresas do grupo Matarazzo e parte, onde funcionam as instalações da DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, mas igualmente sem sucesso, também, junto ao Escritório do ilustre Engenheiro Paulo Bastos - falecido, através dos profissionais que lá atuam, visto que Bastos, também, atuou na intervenção do local, na década de setenta, quando ocorreu a transformação de parte do edifício em um Shopping Comercial, mas igualmente, sem êxito, a mesma tentativa fizemos junto ao responsável pelo Shopping existente, conforme mencionamos, no referido local, porém, todos desconheciam quem fora o arquiteto responsável pela primeira edificação.

Tendo em vista que o referido imóvel encontra-se tombado(I) , consultamos por mais de dois anos a Secretaria da Cultura pois, apesar de ter ocorrido o tombamento do edifício, igualmente, não souberam responder a minha indagação, apenas se manifestando, após a minha insistência que: havia uma probabilidade do referido imóvel ter sido de autoria do arquiteto Nicolau Spagnolo – pesquisando a seguir, junto às obras executadas pelo mesmo, constatamos que: de fato, ele atuou em uma construção fabril no bairro do Brás, em São Paulo, porém, alguns anos mais tarde, o conjunto de sua obra arquitetônica atingiu o ápice na cidade de Santos, onde é reconhecido pelo seu enorme valor.

Prosseguindo nas buscas, junto ao Arquivo Histórico Estadual, nada encontramos, mas, finalmente, tendo obtido permissão para efetuar a pesquisa - somente após o abrandamento da pandemia, ou seja em setembro de 2021, junto ao Arquivo Histórico Municipal, através das responsáveis pela Biblioteca do Arquivo, Supervisão de Pesquisa e Difusão, foram disponibilizados os documentos que tanto desejávamos e, assim, retrocedendo no tempo, desde 1906, encontramos a informação que tanto almejávamos, pois no referido ano, encontramos um requerimento direcionado à Prefeitura Municipal, propondo a ampliação da planta do referido imóvel – então um mero barracão – para propiciar o funcionamento da Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, assinada pelo

engenheiro Augusto Fried, em requerimento firmado de próprio punho e anexando a planta com o carimbo do seu escritório de engenharia(II), no requerimento consta a assinatura como proprietário da então “Fábrica Tecelagem e Manufatura de Sedas”, C.G. Duvel. A importância desse documento é constatar que a obra é projeto de Augusto Fried para as instalações da então Tecelagem Ítalo Brasileira, cuja propriedade, conforme irá se comprovar, era de Guglielmo Poletti.

Nos demais documentos dos arquivos pesquisados à partir de 1906 até 1935, constatamos uma série de intervenções arquitetônicas no referido imóvel – seja no âmbito interno da fábrica – seja no aspecto exterior – a partir da década de vinte, encontramos os projetos assinados pelo Escritório Chiappori & Lanza, e os requerimentos e plantas assinados por José Chiappori, com as adequações que eram exigidas, para o funcionamento da indústria têxtil, seja no alinhamento do piso e adequações nas instalações de teares da indústria têxtil, nos locais do refeitório, vestiários e até um Memorial em 1934, solicitando autorização para a construção de uma chaminé, assinando como construtor Carlos (sobrenome ilegível) e outras modificações, e na parte externa, segue o aprimoramento da construção, com o alinhamento de muros, janelas com grades e perfil do telhado – pois com o crescimento da indústria, o prédio foi ainda sendo aprimorado até com a incorporação pelo aumento de áreas nas ruas vizinhas. No início, concentrava às suas dependências apenas na Rua Joli, depois foi incorporando as áreas contíguas: da Rua Sampson, que em algumas plantas constou como Sanção, e, também, na outra extremidade na Rua Dr. Manoel Vitorino – exigindo reformulações, demolições e novas construções para a devida adequação do Projeto, a fim de manter a mais perfeita unidade da obra. A partir de 1935, já na gestão do grupo Matarazzo, à 1938, temos a intervenção do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares Ltda., P ES19/725.4T – PE ES19/725.4 T.V.1-2, conforme registro na Biblioteca da FAU-USP.

Importante e vale registrar que a partir de 1910, em requerimento endereçado à Municipalidade, já encontramos a assinatura de Guglielmo Poletti, como proprietário – têm-se como data da inauguração da Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, ou como ainda constava Companhia Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, segundo seus biógrafos italianos a data da fundação é de 1892 – mas conforme iremos verificar a seguir essa data é controversa – pois somente a aprovação da planta oficial do imóvel em 1906 é que a maioria dos estudiosos confirmam a data oficial do funcionamento da tecelagem.

Não conseguimos comprovar a data oficial da chegada do Comm. Poletti no Brasil, porém, a maioria dá como certa de sua permanência a partir de 1903. Os seus biógrafos relatam que ele era um Comm. Italiano, que veio investir os seus recursos e experiência no Brasil, optando por fundar a Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira, dentre outras atividades comerciais.

Os seus negócios estavam em plena ascensão quando em 1926(III), Poletti, decidiu retornar à Itália, seu país de origem, mais precisamente à Milão sua terra natal, neste momento deliberou transformar o capital social da Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira em um fundo de ações, enfeixando as ações da empresa

nas mãos de um grupo de investidores, principalmente junto alguns conterrâneos que aqui atuavam, dentre eles, destaca-se Rodolfo Crespi, Lunardelli e, também, Guilherme Guinle. Diário Nacional, São Paulo, Ano III, 5.5.1929, fls. 2.

Em anos posteriores, ocorre que os investidores locais transferiram as ações recebidas para outros investidores e, com a crise econômica mundial do algodão na década de 30, estes contraíram significativas dívidas em nome da sociedade, conforme já mencionamos no presente trabalho, e estando a empresa a beira da falência, a alternativa foi indicar Guilherme Guinle para assumir o controle e, em 1935, ocorreu a transferência do controle da tecelagem às Indústrias do grupo Matarazzo. Dando assim, continuidade aos negócios com a alteração da denominação social para: Tecelagem Brasileira de Sedas.

I – Fonte: Processo de Tombamento. Número do Processo: 57120/08. Resolução 30 de 05/04/18. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 478, p.150. Publicação do Diário Oficial.

II – Augusto Fried: À proficiência de arquiteto do Sr. Augusto Fried, se destaca por inúmeros prédios executados em São Paulo. Dentre outros, o primeiro prédio da antiga Escola Alemã (Deutsche Schule), atual Colégio Visconde Porto Seguro, que funcionava na Praça Roosevelt, inaugurado em 1913; a Vila A. von Bulow, de três andares, à esquina das ruas Direita, Quintino Bocaiuva e Palacete Tereza Toledo Lara; o prédio da Cervejaria Antártica, em Água Branca; além de inúmeros e importantes edifícios comerciais e particulares.

III – Alguns historiadores afirmam que a Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira já existia desde de 1892, porém, a data de sua fundação oficial é de 1906 ou 1907, talvez ela até existisse informalmente. Entretanto, prosseguindo nos relatos, encontramos: quando o Comm. Poletti decide retornar a Itália em 1926, os seus biógrafos acrescentam: “após 22 anos a testa da Tecelagem de Seda Ítalo Brasileira”, esse fato talvez seja explicado dele estar efetivamente no país em data anterior a 1906, porém, impedido de atuar oficialmente por ausência da legalização de sua cidadania, - o que somente iriar ocorrer a partir 1906? – pois mesmo na assinatura da Planta oficial da Indústria têxtil, a sua assinatura – como proprietário – só é identificada a partir de 1906.

Bibliografia

Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo, organizado por F.I.X. de Assis Moura. Jorge Seckler: São Paulo, 1885, 1886, 1888 e 1893.

Almanach Paulista ilustrado para 1896, ed. por J. G. d'Arruda Leite. São Paulo, 1896.

Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, reconstrução desde 1836 até 1861, pub. of. Organizada por Eugênio Egas e Oscar Mota Melo, Secção de Obras do "O Estado de S. Paulo", 1923-1930.

Atas da Câmara da Cidade de São Paulo – Anos: 1843/1862/1863/1864/1865. Publicação da Subdivisão Histórica – Departamento de Cultura (Divisão de Documentação Histórica e Social). PMSP.

Carta de Datas de Terras, pub. Do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo -1700- 1750, 1755-1800, 1800-1820,1821-1825.

DAESP, Livro de Notas do 2º Cartório de Notas da Capital, Ordem: E12097, Livro 0042, Anos 1842-1843.

Certidões do 8º Tabelião de Notas –São Paulo, Certidões de Venda e Compra de Imóveis. Certidões do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 28.06.2018. Certidões de transcrição das transmissões de Imóveis de nº s. 16.048 de 18.10.1921, Liv. KI, fls.180 e 24.447 de 25.10.1923, Liv. Q2, fls. 227 emitidas em 27.04.2018.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, pub. do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Documentos, jornais e publicações:

-Fascículos das Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Anos diversos.

-Diário Nacional.

-O Correio Paulistano (Jornal); vários anos.

-O Estado de São Paulo (Jornal); vários anos.

-Manifestação operária na cidade de São Paulo, ocorrida em 1927, durante a Greve Geral.

-PINHEIRO, Paulo Sérgio & HALL, Michael M. A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930). VERONA, Antonio Folquito, FCL de Assis (SP) – Campus da UNESP.

Consultas via internet:

-Museu da Imigração São Paulo

-Museu da Imigração Santos

-Prefeitura do Município de São Paulo

-Escola Politécnica de São Paulo:

-Arquivo Público do Estado de São Paulo [Planta da Cidade de São Paulo – autoria Capitão de Engenharia Rufino J. Felizardo e Costa 1810]

-Arquivo Histórico Municipal – Secretaria Municipal de Cultura [Ano 1906, Caixa: OP 7; Ano 1907, Caixa OP 23; Ano 1909, Caixa OP 65; Ano 1910, Caixa OP 95; Ano 1911, Caixa OP 136; Ano 1913, Caixa OP 255; Ano 1915, Caixa OP 394; Ano 1919, Caixa OP S1; Ano 1920, Caixa J4; Ano 1920, Caixa S2; Ano 1921, Caixa J5; Ano 1923, Caixa OP 88/J7.]

-Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Inventário João Bhoemer – Juízo de Órfãos da Imperial Cidade de São Paulo – nº 748. Ano 1878.

Planta da Cidade São Paulo e seus edifícios – autoria de Carlos Abrão Bresser.

Referência o Mapa de Rufino de 1810, detalhe os edifícios públicos, sem data, divulgado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

Planta da Cidade de São Paulo, detalhe da cidade e os subúrbios, autoria de Carlos Abrão Bresser, 1841.

Planta da Cidade de São Paulo, detalhe as pontes existentes no percurso, 1847.

Planta da Cidade de São Paulo, detalhe Rancho dos Tropeiros, 1850.

Planta da Cidade de São Paulo, detalhe do mercado do Brás, 1905.

Planta da Cidade de São Paulo, detalhe para o surgimento dos bairros ao redor do bairro do Brás, 1897.

Referências bibliográficas:

ARROYO, Leonardo. *Memória e Tempo das Igrejas de São Paulo*. Companhia Editora Nacional. EDUSP: São Paulo, 1971.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrázio de. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, Comissão do IV Centenário de São Paulo*. São Paulo, 1954.

CAMPOS JR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. E-book. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências na Províncias do Sul do Brasil*. Livraria Itatiaia Editora Ltda; EDUSP: Belo Horizonte, 1980.

LAGO. Coronel Laurênio. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*. Editora do Exército, 1941. [Vale lembrar que, em 1811, a comarca de Paranaguá e Curitiba ainda era parte da Capitania de São Paulo, uma vez que esta só seria desmembrada do território paulista em 1853, quando a Província do Paraná foi criada a partir da porção Sul do território da então Província de São Paulo.]

MARTINS, José de Souza, *O Estado de São Paulo*. Edição de 04 de março de 2013.

MAY, William Henry. *Diário de uma viagem da Baía de Botafogo à cidade de São Paulo (1810)*. Tradução de Jean Marcel Carvalho França. José Olympio Editora Ltda. São Cristovão. Rio de Janeiro, 2006.

MELLO, Regina Lara Silveira – neta de Conrado Adalberto Sorgenicht (neto), *Casa Conrado: cem anos do vitral brasileiro*. UNICAMP; Instituto de Artes, Dissertação de Mestrado, 1996.

MENEZES, Raimundo. *São Paulo de nossos avós*. São Paulo: Editora Saraiva, 1969.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora (evocações da Metrópole)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1932.

OBERACKER, Jr. Carlos H. A Província de São Paulo de 1819 a 1823. In: _____ *O movimento autonomia no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977.

PINTO, Alfredo Moreira, A Cidade de São Paulo em 1900. São Paulo, Governo do Estado, 1979. Alfredo Moreira Pinto e BANDEIRA JR., Antônio. A Indústria no Estado de São Paulo em 1901. *Correio Paulistano* de 18.08.1903.

REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins, Três bairros, Três Mundos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora da Universidade São Paulo, 1982.

ROTHFUSS, Daniela, et. al. (Ed). *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*, vol. 8... há uma diferença entre B e β. Um é o “ss” (ou chamado “sz”) do alemão e o outro é a letra beta do grego. A família optou por utilizar somente o nome

Ablas, com um “S”, 2012, p. 31-33). VENTURA, Eloy Câmara. *A Rua Quintino Bocaiuva, berço dos Imigrantes Alemães*. E-book, p. 18, 2019. Instituto Martius Staden, São Paulo, www.martiusstaden.org.br

SAINT-HILAIRE. Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Apresentação de Mário Guimarães Ferri: Universidade de São Paulo, 1976, p.147-48. In VENTURA, Eloy Câmara. *Os Imigrantes alemães na construção da Sociedade Brasileira*. Edição do Autor. São Paulo, 2013.

SESSO JR. Geraldo. *Retalhos da Velha São Paulo*. São Paulo: Editora Maltes, 4ª ed., 1995.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo Alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1899)*. Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2003.

TAUNAY, Affonso d’Escragnole, deu especial destaque para o pioneirismo de Daniel Pedro Müller no campo das ciências estatísticas, chegando a propor que Müller recebesse o título de Patriarca da Estatística no Brasil. Ver: TAUNAY. Affonso d’Escragnole. Um Patriarca da Estatística no Brasil. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, Anno II, nº 21. Mai, 1936, p. 354/5.

TEICH, Daniel Hessel. *O Estado de São Paulo*. Ed. de 14 de novembro de 2004.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século da imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás*. Série História dos Bairros de São Paulo. Oficina Gráfica Municipal. São Paulo, 1969. In: ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*, Liv. José Olympio, Ed. Rio de Janeiro. 1953.

UNZELTE, Celso. *A Família Bresser na História de São Paulo*. Idealizado por Diva Bresser, organizado pelo autor. Editora Saraiva, 2003.

VANGELISTA, Chiara. Uma revista italiana e a emigração no Brasil durante os primeiros anos do Fascismo: Le Vie d’Italia e dell’America Latina, 1924-1932. In: *Veritas*, v. 40, n. 159, 1995.

VENTURA, Eloy Câmara, *A Rua Quintino Bocaiuva, berço dos Imigrantes Alemães*. E-book, 2019. Instituto Martius Staden: www.martiusstaden.org.br

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As Indústrias Matarazzo no Interior Paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960)* Dissertação de Mestrado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Defendida e aprovada pela Comissão Julgadora, em 26.08.20.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo*. Livraria Itatiaia Editora Ltda.; EDUSP. São Paulo, 1975.

ZUCULIN, Bruno. *Le grandi industrie italiana nel Brasile*. La Tecelagem de seda ítalo-brasileira, VIAL, II (1925) n. 7, p. 786-94, e p. 767.

Nossos agradecimentos a todos os que colaboraram e contribuíram para a pesquisa que propiciou a conclusão da obra, mesmo que não citados nominalmente, muito obrigado!